



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

MARIA DO SOCORRO NERI DE SOUSA

MEMÓRIA INSTITUCIONAL EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS

Brasília – DF

2018

MARIA DO SOCORRO NERI DE SOUSA

MEMÓRIA INSTITUCIONAL EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Organização da Informação

Orientadora: Prof^a. Dr^a Dulce Maria Baptista

Brasília

2018

S725m Sousa, Maria do Socorro Neri de
 Memória institucional em bibliotecas universitárias federais / Maria do
 Socorro Neri de Sousa. – Brasília, 2018.
 174f. : il.
 Orientação: Dulce Maria Baptista
 Dissertação (Mestrado - Mestrado em Ciência da Informação) --
 Universidade de Brasília, 2018.

1. Universidades. 2. Bibliotecas universitárias. 3. Memória institucional. .
I. Baptista, Dulce Maria, orient. II. Título.

027.7: 061.1(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: "Memória institucional em bibliotecas universitárias federais"

Autor (a): Maria do Socorro Neri de Sousa

Área de concentração: Gestão da Informação

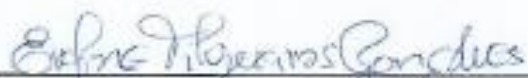
Linha de pesquisa: Organização da Informação

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade em Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Ciência da Informação.

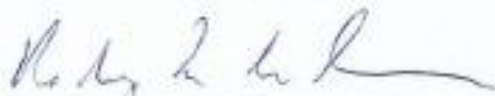
Dissertação aprovada em: 28 de março de 2018.



Profª Drª Dulce Maria Baptista
Presidente (UnB/PPGCINF)



Profª Drª Eveline Filgueiras Gonçalves
Membro Externo (UnB/BCE)



Prof. Dr. Rodrigo Rabello da Silva
Membro Interno

Profª Drª Ana Lúcia Abreu
Suplente

À minha mãe Júlia,
Ao meu pai José,
Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Providência Divina que me permitiu chegar até aqui.

Agradeço à professora Miriam Manini, que mesmo antes do ingresso no mestrado já me apoiava.

Agradeço a todos os professores da pós-graduação com quem tive o prazer de assistir as aulas, em especial Fernando Leite e professora Dulce (duplo agradecimento) por ter assumido a minha orientação na reta final da dissertação.

Agradeço aos colegas de trabalho, cuja ajuda foi fundamental: Néria Lourenço, Neide Gomes, Raphael Greenhalgh, Ana Flávia, Eduardo Macedo, Vanessa Madalena e Christiane Mansur (pelas boas risadas), Michelle Soares e Lussara Ribeiro (pelo incentivo).

Agradeço aos professores da banca, Dr^a Ana Abreu, Dr. Rodrigo Rabello e a Dr^a Eveline Gonçalves pelas preciosas contribuições.

Agradeço à equipe da secretaria da Pós-Graduação em especial à Vivian Miatelo, sempre prestativa.

Agradeço ao meu companheiro Marcelo pela ajuda e compreensão nas minhas ausências em razão da pesquisa.

Agradeço pelo companheirismo dos meus amores de quatro patas Juju e Jobim.

Às vezes nos surpreendemos, quando buscamos uma lembrança muito distante, com a rapidez com que o espírito salta por vastos períodos e, como se houvesse calçado as botas de sete léguas, apenas entrevê a passagem das representações do passado que aparentemente deveriam preencher aquele intervalo. Por que imaginar que todas as lembranças antigas estariam ali, arrumadas na ordem exata em que se sucederam, como se nos esperassem?

Maurice Halbwachs. (A memória coletiva)

RESUMO

A pesquisa ora apresentada teve por objetivo fazer um levantamento junto às bibliotecas centrais das universidades federais sobre o tratamento de sua memória institucional. O propósito foi verificar, com base em questionário estruturado, de que forma estas bibliotecas preservam sua memória institucional, se existe alguma iniciativa ou projeto de preservação e, a partir destes, quais produtos ou serviços são gerados. A revisão bibliográfica perpassa a história das universidades no contexto ocidental e, de forma pontual, o Brasil. Aborda também a história das bibliotecas universitárias e o tema memória, primeiramente como um todo e, depois, em partes, incluindo a memória institucional. Os resultados mostram que poucas bibliotecas, dentre as pesquisadas, realizaram iniciativas ou têm projetos de memória institucional. As respostas obtidas nos questionários indicam que os bibliotecários sabem do valor que a memória institucional tem e o quanto pode agregar no desenvolvimento de suas bibliotecas. Contudo, os projetos realizados com a intenção de preservar a memória são poucos, o que nos levar a crer que o tema precisa ser debatido a fim de despertar nos profissionais, iniciativas que contemplem projetos de preservação da memória institucional nas bibliotecas universitárias federais.

Palavras-chave: Universidades. Bibliotecas universitárias. Memória institucional.

ABSTRACT

The research presented here was intended to make a survey with the central libraries of federal universities on the treatment of their institutional memory. The purpose was to verify, based on a structured questionnaire, how these libraries preserve institutional memory, whether there is any initiative or preservation project and, from these, what products or services are generated. The bibliographical review runs through the history of universities in the Western context and, in a specific way, Brazil. It also covers the history of university libraries and the theme of memory, first as a whole and then in parts, including institutional memory. The results show that few libraries, among those surveyed, have carried out initiatives or have projects of institutional memory. The answers obtained in the questionnaires indicate that the librarians know the value that institutional memory has and how much it can add in the development of their libraries. However, projects carried out with the intention of preserving memory are few, which leads us to believe that the subject needs to be better discussed and work as motivation in professionals initiatives that contemplate projects of preservation of the institutional memory in the federal university libraries.

Keywords: Universities. University libraries. Institutional memory.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- O TRIUNFO DE SANTO TOMÁS DE AQUINO (1225-1274), FILÓSOFO EXPOENTE DA ESCOLÁSTICA, AFRESCO DE 1365-1368, DE ANDREA DA FIRENZE (1343-1377)	21
FIGURA 2 - DIPLOMA DE FUNDAÇÃO DO ESTUDO GERAL – 1 DE MARÇO DE 1290.....	24
FIGURA 3 - LOGOMARCA DA UNIVERSIDADE DE NALANDA.....	26
FIGURA 4 - BARTOLOMEU LOURENÇO DE GUSMÃO APRESENTA O BALÃO MOVIDO A AR QUENTE NO ANO DE 1709 PARA A CORTE PORTUGUESA . QUADRO DE BERNARDINO DE SOUSA PEREIRA, 1940.	31
FIGURA 5 - UNIVERSIDADE DO PARANÁ EM 1926.....	35
FIGURA 6 - CRONOLOGIA DA FUNDAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS.	41
FIGURA 7 - BIBLIOTECA MALATESTIANA EM CESENA, ITÁLIA, FUNDADA EM 1454.	45
FIGURA 8 - CONTEÚDO DO CATÁLOGO SORBONNE.	47
FIGURA 9 - BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE LEIDEN, DE J. C. Woudanus, GRAVADA POR W. SWANENBURGH (1610).	51
FIGURA 10 - O BIBLIOTECÁRIO, 1556. GIUSEPPE ARCINBOLDO (1527-1593).....	52
FIGURA 11 - EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DA BIBLIOTECA.	55
FIGURA 12 - FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA EM 1905.	57
FIGURA 13 - PRIMEIRA BIBLIOTECA PÚBLICA DA CIDADE DE SÃO PAULO, 1825.	58
FIGURA 14 - AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNB, 1979.	62
FIGURA 15 - CATÁLOGO DE FICHAS.	80
FIGURA 16 - PROJETOR DE SLIDES.....	80
FIGURA 17 - LEITORA DE MICROFICHAS	81
FIGURA 18 - MÁQUINA DE DATILOGRAFAR.....	81
FIGURA 19 - UNIFORME GRANDE DE BIBLIOTECÁRIO DA REAL BIBLIOTECA PÚBLICA ESPANHOLA. REALIZADO POR LORENZO CAPRILE A PARTIR DOS DESENHOS CONSERVADOS NO ARQUIVO DO PALÁCIO REAL. 2007.	99

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - GRAU DE INSTRUÇÃO.....	114
GRÁFICO 2 - FAIXA ETÁRIA.....	116
GRÁFICO 3 - TEMPO DE TRABALHO NA BIBLIOTECA (ANOS).....	116
GRÁFICO 4 - NOME DA BIBLIOTECA	119
GRÁFICO 5 - TAMANHO DO ACERVO FÍSICO DA BIBLIOTECA.....	120
GRÁFICO 6 - REGISTRO DE SINISTRO	120
GRÁFICO 7 - TIPOS DE SINISTROS.....	121
GRÁFICO 8 - PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE SINISTROS	122
GRÁFICO 9 - AÇÕES CONTEMPLADAS NOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DE SINISTROS	123
GRÁFICO 10 - EXISTÊNCIA DE ARQUIVO ADMINISTRATIVO.....	126
GRÁFICO 11 - BENS TOMBADOS	128
GRÁFICO 12 - PATRIMÔNIO REPRESENTATIVO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL	129
GRÁFICO 13 – INICIATIVAS OU PROJETO SOBRE A MEMÓRIA INSTITUCIONAL.....	132
GRÁFICO 14 - AÇÕES REALIZADAS PARA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL	134
GRÁFICO 15 – PRODUTOS E SERVIÇOS ELABORADOS PARA DIVULGAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DAS BIBLIOTECAS	136

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - MÉTODOS PARA PRESERVAÇÃO DIGITAL	105
QUADRO 2 - TIPOS DE ACERVO.....	108
QUADRO 3 - BIBLIOTECAS CENTRAIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS	112
QUADRO 4 - ANO DE FUNDAÇÃO DA BIBLIOTECA	117
QUADRO 5 - SINISTROS OCORRIDOS POR BIBLIOTECA.....	122
QUADRO 6 - AÇÕES CONTEMPLADAS NOS PLANOS DE PREVENÇÃO DE SINISTROS ..	124
QUADRO 7 - MEMÓRIA INSTITUCIONAL.....	124
QUADRO 8 - DESCRIÇÃO DO TIPO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL POR BIBLIOTECA.....	130
QUADRO 9 – INICIATIVAS DE PROJETO SOBRE MEMÓRIA POR BIBLIOTECA	132
QUADRO 10 - AÇÕES REALIZADAS PARA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL	135
QUADRO 11 - CONTRIBUIÇÕES DOS REGISTROS DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL PARA DESENVOLVIMENTO DA BIBLIOTECA	137
QUADRO 12- INFORMAÇÕES NÃO CONTEMPLADAS NA PESQUISA	139
QUADRO 13 - MAPA DA PESQUISA	143

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	- Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALA	- American Library Association
E-MEC	- Cadastro de Instituições e Cursos de Educação Superior
FBN	- Fundação Biblioteca Nacional
FIES	- Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior
FURG	- Fundação Universidade Federal do Rio Grande
IBBD	- Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MARC	- Machine Readable Cataloging
MAST	- Museu de Astronomia e Ciências Afins
MEC	- Ministério da Educação
PDE	- Plano de Desenvolvimento da Educação
PROUNI	- Programa Universidade para Todos
REUNI	- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SIB	- Sistema Integrado de Bibliotecas
SINAES	- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SNBU	- Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
UAB	- Universidade Aberta do Brasil
UFABC	- Universidade Federal do ABC
UFAC	- Universidade Federal do Acre
UFAL	- Universidade Federal de Alagoas
UFAM	- Universidade Federal do Amazonas
UFBA	- Universidade Federal da Bahia
UFC	- Universidade Federal do Ceará
UFCA	- Universidade Federal do Cariri
UFCG	- Universidade Federal de Campina Grande

UFCSPA	- Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFERSA	- Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFES	- Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	- Universidade Federal Fluminense
UFFS	- Universidade Federal da Fronteira do Sul
UFG	- Universidade Federal de Goiás
UFGD	- Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF	- Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPA	- Universidade Federal de Lavras
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	- Universidade Federal de Mato Grosso
UFOB	- Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFOP	- Universidade Federal de Ouro Preto
UFOPA	- Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	- Universidade Federal do Pará
UFPB	- Universidade Federal da Paraíba
UFPE	- Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	- Universidade Federal de Pelotas
UFPI	- Universidade Federal do Piauí
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UFRA	- Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB	- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	- Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	- Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR	- Universidade Federal de Roraima
UFRRJ	- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	- Universidade Federal de Sergipe
UFSB	- Universidade Federal do Sul da Bahia

UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	- Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	- Universidade Federal de São João Del-Rei
UFSM	- Universidade Federal de Santa Maria
UFT	- Universidade Federal do Tocantins
UFTM	- Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	- Universidade Federal de Uberlândia
UFV	- Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UnB	- Universidade de Brasília
UNIFAL	- Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP	- Universidade Federal do Amapá
UNIFEI	- Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP	- Universidade Federal de São Paulo
UNIFESSPA	- Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNILA	- Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA	- Universidade Federal do Pampa
UNIR	- Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF	- Universidade Federal do Vale do São Francisco
UTFPR	- Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO -----	14
1.1	PROBLEMA E JUSTIFICATIVA -----	15
1.2	OBJETIVOS -----	17
1.2.1	Objetivo Geral-----	17
1.2.2	Objetivos Específicos-----	17
1.2.3	Metodologia-----	17
2	REVISÃO DE LITERATURA -----	19
2.1	UNIVERSIDADES -----	19
2.1.2	As universidades após a Idade-Média-----	26
2.2	Os primórdios do ensino superior no Brasil-----	29
2.2.1	As primeiras universidades brasileiras-----	33
2.2.2	As universidades brasileiras após os anos 1930-----	37
2.2.3	Reforma universitária de 1968-----	42
2.3	BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS -----	43
2.3.1	As primeiras bibliotecas universitárias-----	44
	As bibliotecas universitárias após a Idade Média e a figura do	
2.3.2	bibliotecário-----	50
2.3.3	Bibliotecas universitárias no Brasil: primeiras experiências-----	55
2.3.4	Problemas e desafios nas bibliotecas universitárias brasileiras-----	63
2.4	MEMÓRIA -----	69
2.4.1	Memória e identidade-----	73
2.4.2	Memória e patrimônio-----	75
2.4.3	Memória institucional-----	81
2.4.4	Memória institucional e esquecimento-----	88
	SOBRE O CONCEITO DE DOCUMENTO NO CONTEXTO DA	
2.5	PESQUISA -----	90
2.5.1	Documento na perspectiva da Documentação-----	91

2.5.2	Documento na perspectiva da Arquivologia-----	93
2.5.3	Documento na perspectiva da Biblioteconomia-----	96
2.5.4	Documento na perspectiva da Museologia-----	97
2.6	PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL -----	99
2.6.1	Preservação digital e memória-----	104
	ATIVIDADES, PRODUTOS E SERVIÇOS GERADOS A PARTIR	
2.7	DOS REGISTROS DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL -----	108
	Exemplos de projetos de preservação da memória institucional nas	
2.7.1	bibliotecas universitárias-----	109
3	ANÁLISE DOS DADOS -----	111
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	141
5	FUTURAS PESQUISAS -----	145
	REFERÊNCIAS -----	147
	APÊNDICE A – Questionário -----	166
	ANEXO A - Lista das universidades federais brasileiras -----	172

1 INTRODUÇÃO

A memória é um fenômeno social instigante. É um recurso a que recorremos para lembrar eventos passados, sanar dúvidas ou simplesmente recordar voluntaria ou involuntariamente de algo. É também uma parceira vital para a História, seja para a história de uma pessoa, um grupo, uma cidade ou uma nação. A memória é o que dá embasamento à História. A memória pode ser individual, coletiva, social, nacional ou institucional, e se aplica em muitas outras definições.

Guardar as lembranças é natural do ser humano, mas sua capacidade de “armazenamento” é limitada. Nós nos esquecemos! Por isso registramos nossas memórias em diversos suportes: na pedra, no papel, em meio digital... Assim também ocorre com as instituições, que são “formas de saber-poder, que emergem no seio das sociedades e possuem duas faces simétricas: lembrar e esquecer.” (THIESEN, 2013, p. 29).

A memória, embora pareça um fenômeno do passado, é um fenômeno do tempo presente que dá subsídios para entender o passado. Tais subsídios correspondem às informações registradas em artefatos e documentos diversos. A memória está indissociavelmente ligada à *informação*.

A biblioteca universitária, com sua longa história, tem uma ligação forte com memória. Ela mesma é um lugar de memória, pois guarda os registros intelectuais humanos e é também uma produtora de memórias, pois, no decorrer de suas atividades diárias, produz informações e documentos. A instituição biblioteca é reconhecida por uma série de costumes e hábitos próprios que lhe conferem legitimidade junto à sociedade e um lugar reconhecido na história da humanidade. Sua trajetória é milenar, bem como a sua memória.

A pesquisa ora apresentada trata da memória institucional nas bibliotecas centrais das universidades federais e teve a intenção de observar o modo como essas bibliotecas tratam sua memória, considerando que os processos e as atividades que ocorrem diariamente nesses espaços produzem informações, desenvolvem serviços e criam rotinas as quais vão moldando a instituição de um jeito próprio, conferindo-lhe legitimidade. Como resultado tem-se a produção de documentos.

Frohmann (2008) afirma que “os documentos que circulam através e dentre as instituições têm uma materialidade pronunciada” (FROHMANN, 2008, p.24). Para este autor, produzir, instituir e disponibilizar documentos requer muito esforço. Este argumento vem contribuir para reforçar a importância do registro da memória institucional, visto que são fundamentais quando se investiga a trajetória de uma instituição.

O estudo foi organizado em três tópicos: *universidades, bibliotecas e memória*. No decorrer da revisão bibliográfica serão apresentadas as primeiras universidades criadas ainda na Idade Média e no Brasil, mais recentemente, no século XX. Em seguida daremos destaque às bibliotecas universitárias, sua história de forma geral e também no contexto brasileiro. Na última sessão será desenvolvido o tópico sobre memória no qual serão apresentados alguns teóricos e suas contribuições na construção das ideias apresentadas na argumentação. O termo memória será entrelaçado com outros temas, como patrimônio, por exemplo, para que se possa, mais à frente, compreender os elementos representativos da memória institucional. Para Thiesen:

A memória, enquanto meio de reconstruir o passado e acessar informações, precisa de apoio em materiais concretos para que o fio de seu movimento coincida com os registros documentais e outros testemunhos, aproximando-se sempre que possível das histórias de vida. (THIESEN, 2015, p. 1).

Neste sentido, relacionaremos ainda a memória com identidade, laço vital que une pessoas e forma grupos. Oposto à memória, o esquecimento também integra o contexto da pesquisa.

Em seguida serão apresentados os dados da pesquisa. As questões serão analisadas uma a uma, onde estão dispostos os gráficos e quadros, assim como a respectiva análise, baseada na argumentação apresentada na revisão de literatura. Após análise dos dados seguem-se as considerações finais.

1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

O contato com a temática *memória institucional* nos remete a ambientes consolidados e legitimamente reconhecidos. A consolidação e reconhecimento se dão em razão das práticas adotadas e das relações estabelecidas e que, ao

longo do tempo, foram se tornando próprias daquele local. Para Thiesen (2013), o insumo para a formação da memória institucional é a *informação*, a qual se pode dizer é insumo básico de todas as relações dentro das instituições. A forma como a informação é transmitida e registrada também caracteriza e produz registros da memória institucional.

A memória institucional no contexto dessa pesquisa vai além dos processos rotineiros realizados pelos indivíduos que trabalham nas bibliotecas. Na verdade, esses indivíduos, profissionais da informação e demais colaboradores, vêm em primeiro lugar, pois são eles que realizam tarefas, produzem coisas e geram informações que vão dar corpo à memória. Cada indivíduo tem suas próprias memórias, que coexistem com uma memória maior, a memória coletiva. Para Maurice Halbwachs (2006), a memória coletiva é uma experiência em grupo, a qual resulta numa construção social representativa de um grupo ou sociedade. Na memória coletiva nem todos os fatos importantes são lembrados por todos, visto que tais fatos podem ser percebidos e sentidos de formas diferentes.

Entre os motivos que influenciaram a decisão de pesquisar sobre memória institucional das bibliotecas centrais das universidades federais, tem-se que tais bibliotecas, mais que guardiãs, juntamente com os arquivos, da memória da universidade a qual atendem, também produzem suas próprias memórias através dos processos cotidianos, os quais muitas vezes são deixados de lado frente à instituição maior. As bibliotecas são locais de guarda de memória e também produção da memória institucional, consubstanciada em artefatos e documentos. São ambientes que guardam vestígios, rastros e marcas do passado (NORA, 1993). Assim, a partir do contato com o tema memória institucional e observando o quanto os artefatos e documentos dizem sobre os lugares, instituições e sobre a coletividade e considerando ainda a importância da preservação dos mesmos, optou-se por pesquisar sobre essa temática, cujo problema de pesquisa pode ser resumido da seguinte forma: **de que maneira as bibliotecas centrais das universitárias federais tratam a sua memória institucional?**

Este tipo de pesquisa contribui para o registro e conhecimento da trajetória das bibliotecas, permitindo que, ao conhecer melhor suas instituições, os bibliotecários e colaboradores possam desempenhar melhor suas atividades, comparando cenários entre passado e presente para evitar erros no futuro. Desta forma, acredita-se que a pesquisa sobre este tema é relevante, pois o registro da memória institucional pode contribuir para o desenvolvimento e tomada de decisão nas bibliotecas, seja sobre desenvolvimento de coleções, sobre usuários ou por questões administrativas. Mais que isso, o conhecimento da trajetória da biblioteca possibilita aos profissionais que lá trabalham entender o lugar, o *status* social que esta instituição ocupa na comunidade onde se encontra.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar de que forma as bibliotecas centrais das universidades federais tratam a sua memória institucional.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar iniciativas ou projetos sobre memória institucional e sua contribuição para o desenvolvimento das bibliotecas centrais;
- Identificar nas iniciativas ou projetos, ações para preservação dos artefatos representativos da memória institucional;
- Verificar quais produtos e serviços são gerados para divulgar a memória institucional das bibliotecas em questão.

1.2.3 Metodologia

Propôs-se realizar a pesquisa considerando a realidade das bibliotecas universitárias federais centrais e buscou-se identificar os meandros pelos quais transita a memória institucional nestas bibliotecas.

Segundo Bhattacharjee (2012) a pesquisa descritiva é aquela voltada para descrever *o que, onde e quando* ocorre o fenômeno a ser pesquisado. Desta forma, a nossa pesquisa é do tipo **descritiva** e se baseia em

levantamento (questionário) e pesquisa bibliográfica. Para Bhattacharjee (2012), o método de levantamento pode ser utilizado para pesquisas cujos alvos são indivíduos como unidade única de análise, mas também pode ser aplicado a grupos. Segundo Creswell (2010), o levantamento torna possível a descrição quantitativa de tendências no grupo estudado a partir da análise de amostras.

Para Creswell (2010), as ciências humanas lidam com problemas de pesquisa complexos e por esta razão a utilização somente da abordagem qualitativa ou quantitativa não consegue expressar por completo toda a complexidade do problema pesquisado. Para esse autor, a combinação das duas abordagens, resultando num **método misto**, é o mais adequado, visto que cria a possibilidade de maiores *insights*. Assim, para esta pesquisa, a abordagem metodológica adotada é do tipo mista, com questões abertas e fechadas. Sobre a natureza da pesquisa, pode-se dizer que é do tipo **aplicada**, visto que é baseada em conhecimentos já existentes, conforme bibliografia utilizada, para gerar novos conhecimentos ou para solucionar problemas (BHATTACHERJEE, 2012).

Para a coleta de dados a técnica utilizada foi o **questionário do tipo estruturado**, o qual foi elaborado na ferramenta *online Google Forms*, que permite elaborar gráficos e tabelas, auxiliando na análise dos dados da pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A seguinte revisão de literatura abordará referencial teórico sobre os temas base da pesquisa: *universidades, bibliotecas universitárias e memória*. Serão apresentados alguns teóricos e suas idéias a respeito dos temas citados, buscando elementos os quais possam sustentar argumentos para a pesquisa.

2.1 UNIVERSIDADES

A universidade, do latim *universita*, instituição secular, surgiu na Europa num contexto propício. Neste período, final do século XI, vários fatos históricos aconteceram e culminaram num cenário que ajudou no desenvolvimento das universidades. Entre tais fatos se pode citar as Cruzadas, o contato dos europeus com o conhecimento e com a cultura árabe na Península Ibérica, o desenvolvimento das cidades e do comércio, bem como o crescimento dos reinados (LOUREIRO, 1986). Para atender as novas demandas surgidas com este desenvolvimento, eram necessários novos conhecimentos, o que exigia uma renovação escolar. Charle e Verger afirmam que:

Esta renovação escolar não é explicada apenas pelo desenvolvimento geral do Ocidente, pela renovação econômica, pelo crescimento urbano, pela aceleração das trocas. Isso se deve ao fato de a Igreja e, em menor escala, os poderes leigos e as classes dirigentes, especialmente nos países mediterrâneos, terem sentido cada vez mais necessidade de apelar a letrados competentes, dominando as disciplinas eruditas e todas as técnicas da escrita, para gerir seus negócios, tanto privados quanto públicos. (CHARLE; VERGER, 1996, p. 15).

O ensino universitário surgido no século XII evoluiu a partir de métodos pedagógicos que eram utilizados na época. A educação medieval pode ser classificada em quatro períodos (LOUREIRO, 1986):

- *Catecúmeno*: preparava aqueles que desejavam ingressar nas hostes cristãs; apresentava um curso de curta duração, o qual era realizado em santuários, criptas, catacumbas ou em casas particulares;

- *Patrístico*: modelo aplicado segundo ditames do Império Romano. Neste período começou o ensino, além de Teologia, Astronomia, Gramática e Retórica;

- *Monástico*: neste período, que durou até o século XII, também conhecido como “*dark age*” (LOUREIRO, 1996, p. 17), a pouca educação que havia era ensinada nos mosteiros e igrejas;

- *Escolástico*: momento em que surgem as universidades. Este período corresponde também ao auge do sistema educacional religioso, a Escolástica, a qual contribui de forma definitiva para a Renascença.

O método aplicado na Escolástica consistia na leitura crítica (*lectio*) de textos de determinados autores, seguida de discussão/disputa (*disputatio*) e uma sentença (*sententiae*) para fechar o assunto. Para Burke (2003), as primeiras universidades tinham um papel indiscutível de transmitir conhecimento; a pesquisa e a descoberta de novos conhecimentos não eram imprescindíveis. Contudo, algumas matérias e autoridades eram de leitura obrigatória:

Prisciano (por volta de 500) na Gramática, Aristóteles na Lógica e na Filosofia, a bíblia na Teologia, os dois corpus (*juris civilis e juris canonici*), no Direito, um conjunto mais composto (tratados hipocráticos, galênicos e árabes) na Medicina constituíam as autoridades essenciais. (CHARLE; VERGER, 1996, p. 34).

Segundo Burke (2003), entre os professores do método escolástico o mais famoso foi Tomás de Aquino. Os professores entre si não usavam o termo escolástico¹ como mútua designação; referiam a si próprios e aos demais como homens de letras, clérigos, mestres ou filósofos.

¹ “Escolástico” era uma expressão desdenhosa inventada pelos seguidores de um novo currículo universitário, as “humanidades” (BURKE, 2003, p. 28).

FIGURA 1- O triunfo de Santo Tomás de Aquino (1225-1274), filósofo expoente da Escolástica, afresco de 1365-1368, de Andrea da Firenze (1343-1377)²



Fonte: Costa, 2017

² De cima para baixo: as sete virtudes (teológicas e cardeais) voam sobre o trono de Santo Tomás de Aquino (ao centro) - Fé, Esperança e Caridade; Temperança, Justiça, Fortaleza, Prudência. À direita de Santo Tomás: Jó, Davi, São Paulo, Marcos, Mateus. À sua esquerda: João, Lucas, Moisés, Isaías e Salomão. Prostrados aos pés de Santo Tomás: Nestório, Ário e Averróis.

Abaixo (à esquerda do observador) as Sete Ciências Sagradas:

- 1) Direito Civil, com Justiniano a seus pés;
- 2) Direito Canônico, com o papa Clemente V;
- 3) A Filosofia, com Aristóteles;
- 4) As Sagradas Escrituras, com São Jerônimo;
- 5) A Teologia, com João Damasceno;
- 6) A Contemplação, com o Pseudo-Dionísio, o Areopagita;
- 7) A Pregação, com a Teologia Dogmática.

Abaixo, à direita do observador, as Sete Artes Liberais:

- 1) A Aritmética, com Pitágoras
- 2) A Geometria, com Euclides;
- 3) A Astronomia, com Ptolomeu;
- 4) A Música, com Tubalcaim;
- 5) A Dialética, com Pedro Hispano;
- 6) A Retórica, com Cícero;
- 7) A Gramática, com Prisciano.

Fonte: Costa, 2017

Para Monroe (1979), o ensino universitário à época do surgimento das universidades era baseado nos textos dos livros, cuja seleção era muito limitada. Para este autor, os textos trabalhados em aula eram muitas vezes aceitos como verdade absoluta, o que não despertava o senso crítico dos alunos. Segundo Monroe, as leituras e debates eram mais direcionados para o domínio do poder dos discursos formais – especialmente a argumentação, prática comum do método escolástico – do que para a aquisição de conhecimento real dos fatos. Desta forma, a busca da verdade no sentido mais profundo era prejudicada, visto que era suficiente construir argumentos para vencer os debates. Monroe (1979) afirma ainda que a familiarização dos estudantes com as fontes literárias do saber que, “embora ao seu alcance, estavam fora da aprovação eclesiástica ortodoxa” (1979, p. 133), muitas vezes eram desconhecidas, pois os alunos entravam em contato apenas com parte da obra, os textos selecionados. Um dos fatores que pode ter contribuído para tal é a escassez de livros. Os poucos que existiam eram utilizados pelos mestres, que muitas vezes ditavam para seus alunos.

Sobre a noção da importância do ensino universitário, os estudantes medievais estavam convencidos de que os estudos não constituíam um fim em si, “mas deviam propiciar aos que alcançavam o saber, beneficiarem-se pessoalmente dele e colocarem sua competência a serviço de fins socialmente legítimos.” (CHARLE ; VERGER, 1996, p. 30). Para os autores, salvo exceções, esses alunos “rejeitavam a idéia de um desfrute egoísta do saber; como um dom de Deus, este deveria servir tanto para a boa organização da sociedade cristã como para a salvação das almas.” (CHARLE ; VERGER, 1996, p. 30).

As primeiras universidades possuíam estruturas muito diferentes das universidades contemporâneas. A estrutura curricular pretendia cobrir todo o conhecimento humano, à exceção das artes mecânicas, tida como arte própria para os servos e escravos, bem como as ciências lucrativas. As artes liberais, voltadas para os homens livres, eram compostas pelo *trivium* (Lógica, Gramática e Retórica) e pelo *quadrivium* (Aritmética, Música, Geometria, Astronomia). Recebiam o *status* de *Studium Generale* as instituições que ofereciam cursos de Artes, Teologia, Direito e Medicina.

As primeiras universidades que surgiram na Europa foram criadas a partir de escolas particulares, onde os ensinamentos eram passados por um mestre. Charle e Verger (1996) afirmam que nestas escolas os alunos, deixando de lado a autoridade do mestre, começaram a se reagrupar de acordo com sua origem geográfica por “nações” (ingleses, alemães, provençais, lombardos, toscanos). A partir dessas organizações como nações, os estudantes ganharam força. Assim, criaram suas próprias regras e tinham argumentos para decidir os ensinamentos dos quais tinham necessidade junto ao mestre. “Pouco a pouco, as nações estudantis reagruparam-se em universidades” (CHARLE ; VERGER, 1996, p. 17), sendo as primeiras a serem reconhecidas as de Bolonha e Paris.

A forma como foram criadas as universidades segundo Verger (1973), apresenta três modalidades:

a- Espontâneas: oriundas de escolas que já existiam.

Exemplos: Oxford na Inglaterra (1214); Montpellier (1220) e Paris (1250) na França; e Bolonha (1088) na Itália;

b- Formadas por migração de mestres e alunos de uma corporação para outra.

Exemplos: Universidade de Pádua (1222) na Itália, formada por dissidentes da Universidade de Bolonha; e Cambridge (1318) na Inglaterra, formada por dissidentes da Universidade de Oxford;

c- Formadas por decreto real ou papal: apresentavam um estatuto e seus privilégios em bulas ou cartas de fundação.

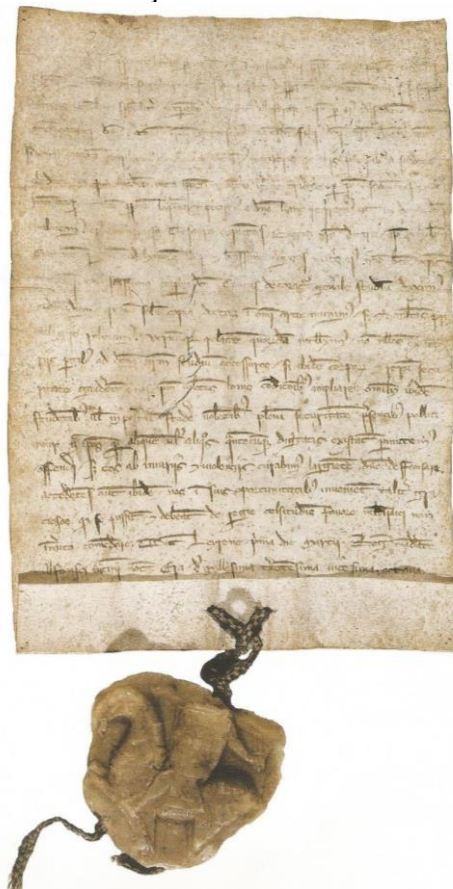
Exemplos: Universidade de Nápoles (1224) na Itália, Universidade de Salamanca (1218) na Espanha e Universidade de Lisboa (1290), que seria transferida para Coimbra em 1308.

As universidades criadas por decreto real ou papal traziam consigo desde o princípio certa formalidade. Abaixo, o discurso D. Dinis ao decretar a fundação da Universidade de Lisboa, e o documento ou diploma da fundação da Universidade.

[...] Ora, desejando nós nos enriquecer nossos reinos com este precioso tesouro, houvemos por bem ordenar, na Real Cidade de Lisboa para honra de Deus e da Santíssima Virgem Sua Mãe e também do Martir S. Vicente, cujo corpo exorna a dita cidade, um Estudo Geral que não só munimos com cópia de doutores em toas as artes mas também roboramos (*sic*) com muitos privilégios. Mas,

porque das informações de algumas pessoas entendemos que alguns virão de várias partes ao nosso dito Estudo, se gozarem de segurança de corpos e de bens. Nós, queremos desenvolvê-lo em boas condições, prometemos, com a presente carta, plena segurança a todos os que nele estudam ou queiram de futuro estudar, e não permitiremos que lhes seja cometida ofensa por algum ou alguns de maior dignidade que sejam, antes, com a permissão de Deus, curaremos (*sic*) de os defender de injúrias e violências. Além disso, quantos a ele vierem nos acharão em sua necessidade de tal modo generosos, que podem e devem fundamentalmente confiar nos múltiplos favores da Alteza Real . (D. DINIZ , 1290)³

FIGURA 2 - Diploma de fundação do Estudo Geral – 1 de março de 1290.



Fonte: História da universidade em Portugal, 1997, v.1. p. [XVI].

A Universidade de Bolonha, tida como a mais antiga no ocidente, surgiu a partir da necessidade de se estabelecer leis e normas, as quais não fossem derrubadas a todo o momento (LOUREIRO, 1986). Os conflitos de direito eram

³ Carta traduzida por Dr. Miguel Pinto de Meneses em Lisboa, 1958. Coligida e publicada por Artur. Moreira Sá na obra *Chartularium Universitatis Portugalensis* (1288-1537), volume I, 1966.

comuns desde a época das invasões bárbaras e, desta forma, buscava-se estudos aprofundados de forma a criar normas jurídicas consistentes que pudessem respaldar escrivães, juízes, notários e advogados no exercício de suas atividades. Seguindo o *ius romanum*, Bolonha consegue sistematizar um ensino de qualidade, o que lhe conferiu o *status* de metrópole do Direito na Idade Média.

As primeiras universidades se desenvolveram não obedecendo a um único modelo (CHARLE ; VERGER, 1996). Aquelas da região norte da Europa se constituíram em associações de mestres, ou federações de escolas, onde se ensinava mais Teologia e artes liberais. Na região mediterrânea as universidades constituíram-se a partir de associações de estudantes, nas quais as disciplinas principais eram Direito e Medicina. O ponto em comum aos modelos adotados era a presença eclesiástica, que, mesmo a distancia, diante da autonomia universitária, ainda exercia influência. À frente de cada universidade estava um reitor, eleito anualmente.

No princípio, as universidades enfrentaram certa resistência das comunas⁴, as quais se opunham à criação destas instituições. Com o apoio da Igreja Católica às universidades, aos poucos as comunas começam a aceitar e a reconhecer as universidades. O apoio da Igreja Católica não veio sem isenção. Segundo Charle e Verger (1996), a Igreja começou a introduzir no sistema de ensino das universidades a *licentia docendi*, que correspondia aos níveis de conhecimento de um estudante, comprovado por meio de testes. Após aprovação, o aluno recebia o título de mestre ou doutor. Na prática, os eclesiásticos exerciam monopólio sobre o ensino e escolhiam os futuros mestres.

Na disputa pelo título de universidade mais antiga estão a Al Quaraouiyine, fundada em 859 d.C, na cidade de Fez, no Marrocos (LOUREIRO,1986) e a Universidade de Nalanda, na Índia, que teria durado cerca de 800 anos, tendo findado por volta do século XII quando sofreu ataque dos turcos, segundo informações em seu site. Esta universidade era voltada

⁴ As comunas, durante a Idade Média, eram pequenas comunidades governadas por burgueses, os quais tomavam as decisões políticas e econômicas locais. Fonte: *Dicionário Priberan*, 2017.

para os ensinamentos budistas. No seu auge chegou a ter 10.000 alunos e uma biblioteca com manuscritos raros. Sua queda coincide com o surgimento das primeiras universidades na Europa. Já nos tempos atuais, precisamente em novembro de 2010, foi inaugurada uma nova Nalanda, somente com cursos de pós-graduação. Nalanda significa “doador de conhecimento” e sua logomarca, representada por uma árvore em alusão à árvore de Bodhi⁵, traduz a ideia central da instituição:

- O homem que vive em harmonia com o homem;
- O homem que vive em harmonia com a natureza;
- O homem que vive em harmonia como parte da natureza.

FIGURA 3 - Logomarca da Universidade de Nalanda.



Fonte: Nalanda University, 2017

2.1.2 As universidades após a Idade-Média

O modelo de universidade como surgiu no século XII, com forte influência da Igreja, mantida com recursos oriundos dos próprios estudantes e mais voltada para o ensino “profissionalizante” que para a pesquisa, perdurou até o final do século XVIII praticamente sem alterações. Como conseqüência, Hortale e Mora (2004, p. 938) afirmam que na “Europa, o Iluminismo, as academias científicas e a Enciclopédia surgiram fora do âmbito das universidades, que estavam demasiado apegadas ao *Ancien Regime*”.

⁵ **Árvore de Bodhi**: também chamada árvore de Bo, de acordo com a tradição budista, esta foi a árvore sob o qual o Buddha se sentou quando alcançou a iluminação (Bodhi) em Bodh Gaya (perto de Gaya, estado de Bihar do oeste-central, Índia). Fonte: *Enciclopedia Britânica Acadêmica online*.

Para Burke (2003), mesmo com a resistência das ideias tradicionais, as universidades passaram por importantes mudanças entre o Renascimento e o Iluminismo. Como exemplo, cita as teorias e esquemas discutidos visando a uma classificação do conhecimento. Segundo este autor, alguns desses esquemas foram apresentados por filósofos famosos como Bacon, Descartes, Locke e Leibniz. “Leibniz, por exemplo, estava interessado na reforma tanto das bibliotecas como das enciclopédias” (p. 91).

Meneghel (2002, p.3) afirma que os conceitos iluministas de *Razão* (instrumento de compreensão e domínio do mundo) e *Estado* (fundamentado em bases racionais), “vistos como parte da estrutura cognitiva e social do mundo ocidental no período moderno” (p.3), foram os princípios que nortearam o debate sobre a refundação da Universidade, após o esgotamento do modelo medieval.

Para Hortale e Mora (2004), a história das universidades pode ser dividida em três períodos:

- Universidade antiga: Idade Média até final do século XVIII;
- Universidade moderna: a partir do Iluminismo e da Revolução Francesa (1789-1799);
- Universidade Universal: seria a fase atual, caracterizada pelo aumento do número de discentes, e pela passagem de uma educação superior de elite para uma educação superior universalizada. A formação dos alunos busca responder às necessidades de uma sociedade globalizada e visa atender a uma nova sociedade – a do conhecimento. (HORTALE ; MORA, 2004).

O nascimento do Estado-Nação no começo do século XIX foi um divisor de águas na história das universidades. Estas instituições, que eram privadas, passaram a ser administradas pelo Estado, exceto no Reino Unido (o que mais tarde foi denominado de *Modelo anglo-saxão*). A partir do momento em que o Estado passa a administrar as universidades nascem dois modelos universitários, o alemão e o francês (HORTALE ; MORA, 2004).

O modelo alemão surgiu com a criação da Universidade de Berlim por Von Humboldt em 1808.

Esse modelo, fruto do idealismo alemão, considera a pesquisa o objetivo básico da universidade. As universidades convertem-se em

centros de desenvolvimento científico, controladas pelo Estado no seu funcionamento e financiamento, porém com grande respeito à liberdade acadêmica. (HORTALE; MORA, 2004, p. 939).

O modelo francês surgiu em 1811 com a criação da Universidade Napoleônica, a qual tinha por objetivo atender às demandas do Estado no que tange ao corpo de funcionários públicos qualificados. O modelo estatal não tinha autonomia universitária,

Já que tanto seus objetivos quanto o programa curricular eram os mesmos em todo o território nacional. Apesar disso, era grande o poder dos docentes universitários, por suas características de classe social de alto prestígio, permitindo-lhes ser particularmente influentes na elaboração dos cursos e na definição da política universitária. (HORTALE; MORA, 2004, p. 939).

Mais recente, um fato histórico importante sobre as universidades no contexto europeu diz respeito ao Processo de Bolonha, assinado em 1999. O processo tinha por objetivo a “criação de um espaço europeu de educação superior capaz de integrar e, simultaneamente, de diferenciar um vastíssimo número de ‘subsistemas nacionais’ de instituições educativas” (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008, p. 15) presentes nos diversos países que compõem a União Europeia.

Segundo a Comissão Europeia para educação e formação, os principais objetivos do Processo de Bolonha nos países que compõem a União Europeia são:

- Introduzir sistemas de três ciclos (licenciatura/mestrado/ doutoramento);
- Reforçar a garantia da qualidade;
- Facilitar o reconhecimento das qualificações e dos períodos de estudo.

Hortale e Mora (2004) consideram que a transformação mais importante na história das universidades no contexto europeu desde o princípio do século XIX foi possivelmente o Processo de Bolonha. A história das universidades é muito extensa e certamente este é somente um dos fatos que marcam a trajetória dessas instituições. Muitos outros são relevantes, contudo não caberia citá-los no espaço desta pesquisa.

2.2 Os primórdios do ensino superior no Brasil

Na América as primeiras universidades surgiram nas colônias espanholas. Instituídas por decreto real com estatutos inspirados nas universidades de Salamanca (1134) e Alcalá (1499), eram quase sempre controladas por ordens religiosas, especialmente pelos dominicanos e jesuítas⁶. Nessas universidades os principais cursos eram Teologia e Direito Canônico (CHARLE ; VERGER, 1996). Criada em 1538, a Universidade de Santo Domingo (atual capital da República Dominicana) é historicamente a primeira universidade das Américas. Depois vieram as de San Marcos, no Peru (1551); México (1553); Bogotá (1662); Cuzco (1692); Havana (1728); e Santiago (1738). Na América do Norte as primeiras universidades foram Harvard (1636), Yale (1701) e Filadélfia (1751).

Sguissardi (2006, p. 277) chama a atenção para as diferenças no que tange à implantação de universidades em colônias a despeito do colonizador:

A desigual experiência universitária em países de colonização inglesa, espanhola e portuguesa alerta para o fato de que esta instituição não possui, para sua implantação e desenvolvimento, uma relação bastante direta (*sic*) ou estreita apenas com o desenvolvimento econômico, mas sofre influência de diversos outros fatores, como os políticos, religiosos e culturais em geral, que caracterizam a seu modo tanto os impérios inglês e espanhol, quanto o português. (SGUISSARDI, 2006, p. 277)

Para Sguissardi (2006), um fato é inquestionável: o Brasil tem um atraso de dois a três séculos no quesito universidade em relação aos demais países da América Latina. Para este autor, ainda que se considerem as primeiras experiências brasileiras – Manaus (1909), São Paulo (1911) e Curitiba (1912) – o atraso é visível, pois estas primeiras,

Se tratavam de experiências de Seminários, Conventos e Escolas, em geral, estritamente profissionais, que respondiam pragmaticamente ao imediatismo das exigências do poder burocrático e das necessidades

⁶ **Dominicanos:** membros de uma Ordem Religiosa católica, fundada no século XIII pelo espanhol Domingos de Gusmão. O carisma dos Dominicanos, chamados também de Pregadores, é a pregação e o estudo da Teologia.

Jesuítas: membros de uma Ordem católica, fundada na Espanha pelo basco Inácio de Loyola. Os jesuítas obrigam-se a uma obediência especial ao Papa. A tarefa dos jesuítas é a propagação da fé por meio da Missão e da cura das almas (pastoral). Sua sigla é SJ (Societas Jesu = Companhia de Jesus) (SCHWIKART, 2001).

das elites detentoras dos poderes econômicos, políticos e culturais. (SGUISSARDI, 2006, p. 276)

O fato de ter sido o último país das Américas a criar universidades não significa que não existisse ensino superior no país. Como exemplo se pode citar o primeiro curso de Filosofia criado pelos jesuítas em 1572, na Bahia, o qual concedia grau de bacharel, mestre, e licenciado em Artes (BARRETO ; FILGUEIRAS, 2007). Segundo os autores, foram feitos vários pedidos de reconhecimento do Colégio de Salvador como universidade aos consultores da Universidade de Coimbra, mas todos foram negados. Em uma das repostas, afirmava o reitor que os habitantes da Bahia sequer se dedicavam como deviam à exploração do sertão, "muito menos o farão entretidos (*sic*) com os exercícios mais suaves dos estudos" (CASTELO-BRANCO, 1972, p. 628). Para este autor, outro fator que era claramente utilizado como negativa para o reconhecimento do curso era o preconceito racial, como relatado pelo padre Antônio Vieira sobre a ocasião em que seu provincial, o padre Antônio de Oliveira, foi à Corte de Lisboa solicitar para o Colégio de Salvador o privilégio de universidade, e,

Ouviu da boca do Ministro, em menosprezo destes estudos, que lhe constava que os mais graves moradores de maneira alguma toleravam que nas classes literárias se misturassem os seus filhos com aqueles mestiços, a maior parte dos quais são de vil e obscura origem, de costumes corrompidos, viviam corrompendo os outros, e com audaciosa soberba eram pouco respeitosos para com os Professores e em geral intoleráveis aos estudantes. (CASTELO-BRANCO, 1972, p. 628).

Um grande entusiasta para a criação de uma universidade no Brasil foi o padre jesuíta Marçal Beliarte, lente de teologia formado pela Universidade de Coimbra, que chegou à colônia em 1587. O padre Beliarte lutou pelo reconhecimento do Colégio de Salvador como universidade, mas teve seu pedido indeferido.

É inegável a contribuição dos jesuítas ou inicianos na educação no Brasil colônia. Durante a sua estada no país até sua expulsão, em 1759, por decreto de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, os jesuítas coordenaram cursos de excelência, dos quais saíram estudantes que se destacaram em diferentes áreas do conhecimento. Entre eles estava Bartolomeu Lourenço de Gusmão (1685-1724), inventor da *passarola*, "instrumento para

andar pelo ar”. Barreto e Filgueiras (2007) afirmam que Gusmão realizou seus estudos em colégio jesuíta e, tão logo deixou o Brasil, construiu os primeiros balões de ar quente da história, os quais foram elevados na presença do rei D. João V no ano de 1709.

FIGURA 4 - Bartolomeu Lourenço de Gusmão apresenta o balão movido a ar quente no ano de 1709 para a corte portuguesa . Quadro de Bernardino de Sousa Pereira, 1940.



Fonte: Visoni ; Canalli, 2009.

O atraso na implantação do ensino superior no Brasil se deveu principalmente a não autorização por parte da metrópole. Como dito antes, várias foram as tentativas e iniciativas para implantação ou reconhecimento de cursos superiores, mas todos foram negados. Orso (2007) afirma que as negativas da metrópole se davam em parte por razões políticas, pois a ideia de se desenvolver o ensino universitário livre no Brasil entrava em choque com os interesses da metrópole, visto que um ensino livre abria espaço também para aspirações de liberdade política e econômica da colônia. Para o autor, também as divergências entre membros das classes dominantes no Brasil prejudicavam a implantação do ensino superior, pois muitos tinham consciência da necessidade da criação de universidades no Brasil, mas poucos concordavam

com o modelo dos projetos apresentados, baseados principalmente no modelo aplicado em Coimbra (ORSO, 2007).

Deaecto (2011) faz uma observação quanto ao “deserto” na paisagem intelectual na colônia: afirma que os letrados eram poucos, e dentre estes era dado “pensar os rumos da sociedade e manter viva a memória da cultura escrita, estabelecendo a ponte necessária entre as instituições do novo e do velho mundo” (p.104). A autora afirma ainda que estes mesmos letrados tinham garantido “os meios de transmissão do conhecimento na forma de instituições educacionais e científicas, que zelavam igualmente pelos meios próprios de manutenção da classe” (DEAECTO, 2011 p. 104). Com este poder veio também a capacidade de censurar. Para Deaecto (2011), os projetos formulados por intelectuais coincidiam sempre com os interesses das elites políticas.

De fato, a formalização da educação superior no país começa com a vinda da família real portuguesa em 1808.

Neste ano, foram criadas as escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ) e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio. Dois anos após, foi fundada a Academia Real Militar (atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ). Seguiram-se o curso de Agricultura em 1814 e a Real Academia de Pintura e Escultura. (MARTINS, 2002, p. 4).

Para Favero (2006), as primeiras instituições de ensino superior criadas no Brasil depois da chegada da família real tinham como principal propósito a formação de profissionais técnicos para atender às demandas do poder público. A concepção de ensino e pesquisa tal qual se tem hoje dentro das universidades era inexistente. Para a autora, dois cursos criados durante o Império (1822-1889), o curso de Direito no Convento de São Francisco na cidade de São Paulo e o curso de Direito no Mosteiro de São Bento em Olinda (ambos em 1827), tornaram-se cursos de grande prestígio no país e foram responsáveis pela circulação de novas ideias e concepções políticas. Foi também durante o império que foi proposta a criação de uma universidade no sul e outra no norte do país. O dilema foi decidir em quais províncias deviam ser construídas essas universidades (BARRETO; FILGUEIRAS, 2007). Outro desafio, segundo os

autores, era a escassez de mestres no Brasil, o que obrigava a recrutá-los na Europa. Para muitos mestres estrangeiros era um verdadeiro desafio se deslocar para as terras brasileiras. Para outros se dava como uma oportunidade.

Deaecto (2011) descreve o caso de dois mestres estrangeiros que vieram para lecionar nos cursos criados na cidade de São Paulo: Giovanni Baptista Libero Badaró (1798-1830), o qual veio a ocupar a cadeira de Aritmética e Geometria. Badaró, depois de um ano em São Paulo, criou um jornal, o *Observador Constitucional*, no qual publicava artigos que despertaram a fúria dos partidários de D. Pedro I. Em meio às tensões políticas daquele momento, Badaró foi assassinado a tiros em 20 de novembro de 1830. Outro professor estrangeiro que passou por aqui foi o alemão Julius Frank (1808-1841), do qual se cogita duas possibilidades para sua vinda ao Brasil: teria ele fugido da Alemanha após cometer grave crime em Berlim; outra versão supõe que ele teria vindo para o Brasil fugindo de dívidas em seu país. Contudo, o que importa é a contribuição dada por Frank ao meio acadêmico paulistano⁷.

2.2.1 As primeiras universidades brasileiras

O estudo sobre as universidades no Brasil representa um desafio no sentido de buscar compreensão do contexto histórico, político e econômico no momento em que estas instituições surgem. Se fugirmos desse panorama corremos o risco de apenas criar uma grande cronologia de datas de fundações de universidades. Um país de extensões continentais como o Brasil apresenta diferenças regionais que não podem ser ignoradas para o entendimento da questão por completo. As primeiras universidades surgiram por iniciativa privada de grupos que, diante da necessidade de centros de estudos, resolveram se reunir e fundar uma universidade. Todas começaram com pouquíssimos cursos.

⁷ Julius Frank fundou em 1831 a Burschenschaft, a Bucha, sociedade filantrópica que deu voz ao liberalismo, republicanismo e ao abolicionismo e que teve papel fundamental na formação ideológica do corpo acadêmico e político paulista. Frank também publicou, em 1839, um compêndio tido como marco inicial do curso de História da Academia de São Paulo, o *Resumo de História Universal Impresso por Ordem do Governo para Uso da Aula d'Historia e Geographia da Academia de Sciencias Jurídicas e Sociaes d'Esta Cidade de São Paulo* (DEAECTO, 2011, p. 126).

Camacho (2005), ao discorrer sobre a formação das universidades no Brasil, afirma que a universidade brasileira foi o produto tardio de um “conglomerado de escolas superiores pré-existentes [...]. Essa origem tardia e fracionada da universidade resultou em seu perfil burocrático sob dominação oligárquica, que persiste até hoje” (CAMACHO, 2005, p. 101).

A primeira universidade – ou a primeira a receber no nome o vocábulo “universidade” - no Brasil foi a Universidade de Manaós, cuja primeira denominação era Escola Universitária Livre de Manaós, criada em 1909. Surgida em meio ao ciclo da borracha, a Universidade de Manaós foi idealizada pelo tenente coronel da Guarda Nacional do Amazonas, Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves. Esta instituição foi pensada com o propósito de instruir seus membros fundadores, que eram eminentemente militares. Oferecia apenas dois cursos, sendo um preparatório e outro efetivo, voltados para áreas militares. Em 1913 passou a se chamar oficialmente Universidade de Manaós e durou até 1926, quando foi extinta. Os cursos remanescentes foram mantidos pelo Estado por algum tempo e funcionavam de forma independente. O único curso que sobreviveu foi o curso de Direito, o qual foi incorporado em 1962 à Universidade Federal do Amazonas, fundada naquele ano.

Cunha (1986, p.206), ao se referir às primeiras universidades brasileiras, denomina-as “universidades passageiras” por conta do pouco tempo de duração. Entre elas está a Universidade de São Paulo (nada tem a ver com a USP), fundada em 1911. De iniciativa privada, a *Universidade Livre de São Paulo* tinha por objetivo formar alunos desde o jardim de infância (alfabetização), instrução secundária (preparatória fundamental) até a superior (instrução profissional). Por fim, o projeto incluía as escolas superiores de Direito, Engenharia, Farmácia, Medicina (MOTT ; DUARTE ; GOMES, 2007). Por ser privada, a instituição conseguiu se manter bem por certo tempo. Camacho (2005) afirma que alguns professores de instituições públicas renomadas, como a Escola Politécnica e a Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia, que eram mantidas pelo governo estadual, passaram a criticar o modelo utilizado na Universidade Livre de São Paulo, acusando-a de prática de ensino de baixa qualidade.

A criação, em 1912, pelo governo estadual, da Faculdade de Medicina trouxe vários problemas financeiros para a Universidade Livre de São Paulo, que deixou de funcionar em 1917 (CAMACHO, 2005).

Por iniciativa privada, surgia, em 1912, na cidade de Curitiba, a Universidade do Paraná. Naquele período, o Paraná vivia um momento próspero na economia devido à produção e comercialização da erva-mate. Ao que consta, a pedra fundamental para a criação de uma universidade no Paraná foi lançada pelo político e jornalista José Francisco da Rocha Pombo em 1892. Contudo, somente no ano 1912 foi possível a realização do sonho de Rocha Pombo, graças à iniciativa do médico e político Victor Ferreira do Amaral e Silva, que viria a se tornar o primeiro reitor daquela instituição. A universidade começou com os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Medicina e Cirurgia, Comércio, Odontologia, Farmácia e Obstetrícia. Manteve-se unificada até o início de 1915, quando foi publicado o Decreto nº 11.530 do governo federal, no qual foi apresentada nova organização do ensino secundário e superior no país. Por ocasião do referido decreto, os cursos foram desmembrados em faculdades. A universidade foi reunificada somente em 1946, tornando-se Universidade Federal do Paraná.

FIGURA 5 - Universidade do Paraná em 1926.



Fonte: Universidade Federal do Paraná, 2017

Em 1920 surgia a Universidade do Rio de Janeiro, primeira universidade criada por ato oficial (FÁVERO, 2006). A criação dessa universidade já estava

prevista na Reforma de Carlos Maximiliano, por meio do decreto nº 11.530 de 1915 em seu 6º artigo:

Art. 6º O Governo Federal, quando achar opportuno, reunirá em Universidade as Escolas Polytechnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a ellas uma das Faculdades Livres de Direito dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edificio para funcconar. (BRASIL, 1915).

Passados cinco anos, enfim é instituída a Universidade do Rio de Janeiro por meio do decreto nº 14.343 de 07 de setembro de 1920, o qual dispunha sobre normas gerais, conselhos e direção. Pelo decreto, a universidade deveria criar seu regulamento respeitando as normas já existentes nas três faculdades que lhe deram origem: Faculdade de Medicina, criada em 1808, Escola Politécnica, criada em 1810, e a Faculdade de Direito, de 1891.

Para Fávero (2006), a Universidade do Rio de Janeiro, além de ser a primeira universidade criada por ato oficial do Estado, reavivou o discurso em torno da educação superior no Brasil, trazendo à tona questões sobre a concepção da instituição universidade, suas funções, modelos e autonomia.

No ano de 1937, início do Estado Novo, a universidade muda o nome para Universidade do Brasil, dando início a um projeto liderado pelo então ministro Gustavo Capanema, cujo propósito era expandir a Universidade do Rio de Janeiro e aplicar um modelo universitário que aos poucos seria implantado no resto do país. Somente em 1965 passa a se denominar Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em São Paulo, em 1934, foi criada a USP – Universidade de São Paulo (nada tem a ver com a Universidade Livre de São Paulo criada em 1911). No contexto político da época, no qual as oligarquias cafeeiras do estado de São Paulo perderam espaço na política diante da eleição de Getúlio Vargas para a presidência do país em 1930, as elites não se conformaram com o declínio político e pensaram então em uma nova forma de retomar sua influência política, agora por meio do conhecimento. A criação da USP tinha, entre outros objetivos, o de formar uma nova elite, burguesa, independente das velhas oligarquias. Segundo Orso (2007), seria uma nova forma de manter a burguesia no poder,

mas agora detentora de conhecimento e intelectualizada. Neste contexto, no ano de 1934, um grupo de intelectuais liderado pelo jornalista Júlio de Mesquita Filho (1892-1969) fundou a Universidade de São Paulo (USP), a qual nasceu com a intenção de ser a “alma mater” para a nova sociedade almejada. Orso (2007) confirma que a Universidade de São Paulo nasceu de um projeto político cujo interesse era garantir que a elite burguesa se mantivesse no poder. Não era um projeto com intenção de educação para a toda a sociedade.

A USP surgiu da união da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) com as já existentes Escola Politécnica de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito e Faculdade de Farmácia e Odontologia.

As universidades acima citadas foram as primeiras a serem criadas no Brasil. Contudo, não foram as únicas. Muitas outras universidades foram surgindo pelo país. A maioria teve sua origem semelhante àquelas citadas acima, vieram de escolas e faculdades pré-existentes.

2.2.2 As universidades brasileiras após os anos 1930

Após a criação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920, muitas universidades públicas começaram a surgir nas décadas posteriores. Contudo, estas instituições não receberam a devida atenção dos governos federal e estadual, os quais não tiveram a percepção do valor da ciência e da pesquisa como propulsoras do desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico para o país (DIÓGENES, 2012). “A criação da universidade brasileira fez-se tardia, sem a firmeza política de investimentos públicos e sem a percepção de construí-la como parte de um projeto nacional”. (SILVA, 2006, p. 183).

Para Martins (2002), o período de 1931 a 1945 foi marcado por intensa disputa pelo controle da educação entre lideranças laicas. Em troca do apoio ao novo regime (Era Vargas), o governo deu à Igreja a permissão para a prática do ensino religioso facultativo no ciclo básico a partir de 1931. Segundo o autor, “as ambições da Igreja Católica eram maiores e culminou com a iniciativa da criação das suas próprias universidades na década seguinte” (MARTINS, 2002, p. 3).

Em 1931 foi aprovado o regime universitário no Brasil com a publicação do Decreto nº 19.851, o qual:

Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização tecnica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. (BRASIL, 1931).

Até a década de 1950 houve significativo aumento do número de universidades, sendo muitas delas particulares. Segundo Diógenes (2012), estas instituições eram mais voltadas para a formação profissional que para a pesquisa. No ano de 1950 foi publicada a Lei N° 1.254 que dispunha sobre a federalização do ensino superior no Brasil. Em seu primeiro artigo estabelece que:

O sistema federal de ensino superior supletivo dos sistemas estaduais será integrado por estabelecimentos mantidos pela União e por estabelecimentos mantidos pelos poderes públicos locais, ou por entidades de caráter privado, com economia própria, subvencionados pelo Governo Federal, sem prejuízo de outros auxílios que lhes sejam concedidos pelos poderes públicos. (BRASIL, 1950).

Após a federalização do ensino superior no período, até 1968, houve crescente luta do movimento estudantil e do corpo docente das universidades na defesa do ensino público. Discutia-se a urgência de uma reforma no sistema de ensino superior, o que veio a culminar com a Reforma Universitária de 1968.

Em meio às discussões em prol da reforma, foi criada, em dezembro de 1961, a Universidade de Brasília, a qual teve sua origem planejada em todos os aspectos (ensino, pesquisa, extensão, administração, formas de ingresso, cursos etc.). Inaugurada em 21 de abril de 1962, a UnB resultou de um sonho realizado pelos trabalhos do antropólogo Darcy Ribeiro, do educador Anísio Teixeira, e projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Nasceu com o propósito de renovar o modelo de gestão universitária vigente no país. Fonseca (1988) ao discorrer sobre sua experiência na UnB, afirma:

Creio, que não exagero ao dizer que a reforma universitária brasileira foi desencadeada pela Universidade de Brasília. É preciso distinguir as

dificuldades por que passaram (sic) a Universidade de Brasília – dificuldades de natureza exclusivamente política – daquelas que surgem nas demais universidades brasileiras com a implantação da reforma universitária. Houve crises, (sic) na Universidade de Brasília, todas repito, de natureza política. Estruturalmente, ela teve sobre as demais universidades brasileiras a vantagem de já nascer reformada. (FONSECA, 1988, p.197).

Em sua obra *UnB: Invenção e descaminho*, Darcy Ribeiro, idealizador desta universidade, escreveu:

A UnB foi organizada como uma Fundação, a fim de libertá-la da opressão que o burocratismo ministerial exerce sobre as universidades federais. Ela deveria reger a si própria, livre e responsavelmente, não como uma empresa, mas como um serviço público e autônomo. (RIBEIRO, 1978, p. 100).

Há tempos também foi proposta uma forma inovadora de gestão universitária com a criação da Universidade do Distrito Federal, idealizada por Anísio Teixeira em 1935. Contudo, devido ao contexto político da época, essa universidade durou menos de quatro anos.

A partir da década de 1970 houve grande salto no número de vagas no ensino superior, contudo a maior parte estava na iniciativa privada, que respondia por 62,3% das matrículas (MARTINS, 2002). Para o autor, entre as razões para o crescimento das instituições de ensino superior privadas estava a exigência da Reforma Universitária por universidades que alinhassem o ensino à pesquisa, o que elevou os custos do ensino público e restringiu sua capacidade de expansão. Desta forma se abriu espaço para o setor privado atender a demanda não absorvida pelo Estado.

Nos anos seguintes, as universidades brasileiras passaram por dificuldades e algumas mudanças: a crise econômica e política na década de 1980 impactaram diretamente os investimentos na educação e o número de vagas e de egressos do ensino médio nas universidades também caiu. Uma mudança importante foi a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394, em 1996, que deu autonomia às universidades para abrir e fechar cursos (DIÓGENES, 2012).

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) houve expansão de acesso ao ensino superior nas instituições privadas. As universidades

federais apresentavam certo sucateamento com a suspensão nos processos de contratação de professores e funcionários e da diminuição significativa de financiamento (DIÓGENES, 2012).

Para Aguiar (2016), a expansão do número de vagas no ensino superior público no Brasil começou a partir de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, e prosseguiu durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

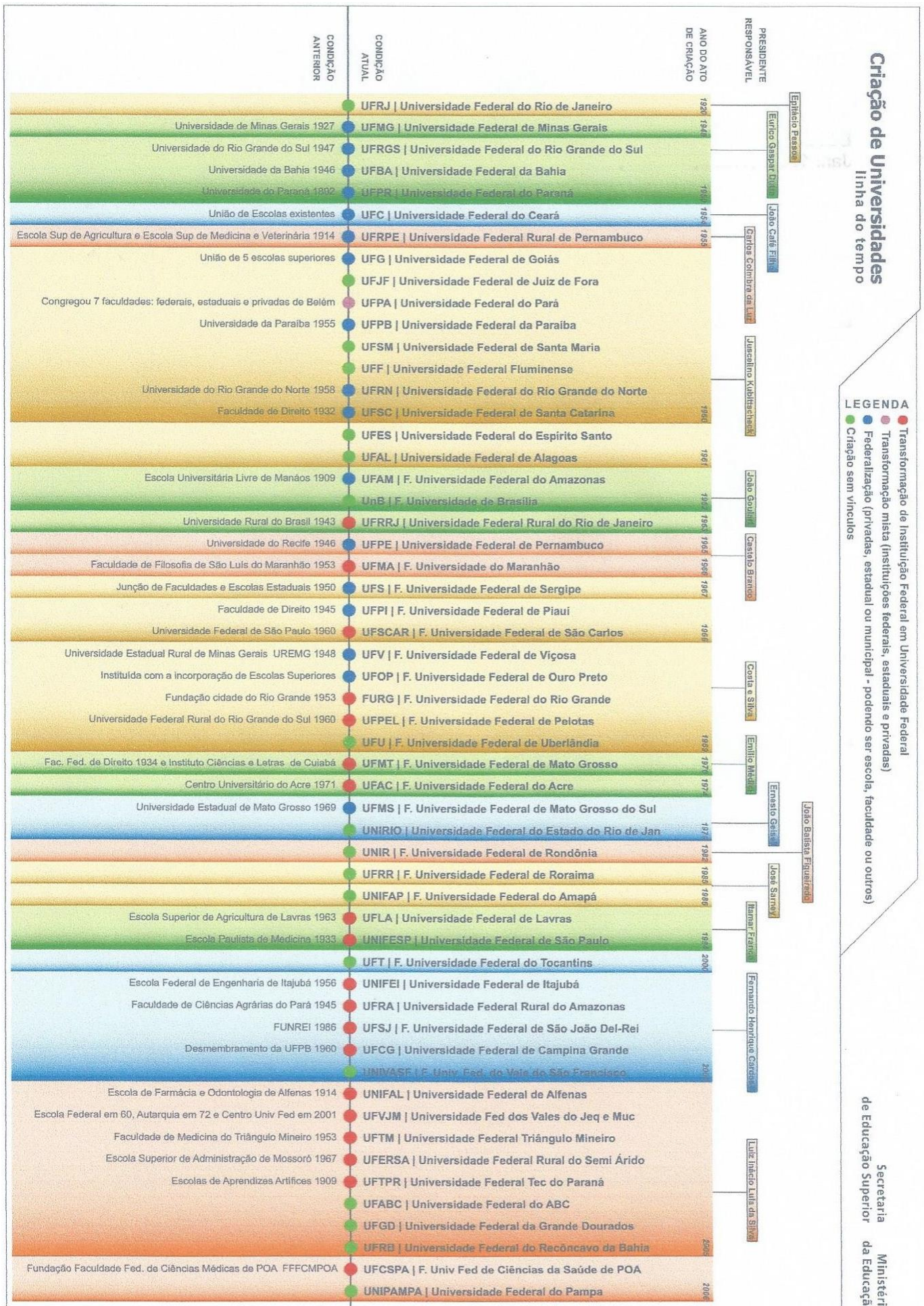
Segundo Ferreira (2009), dentre as mudanças e avanços ocorridos no Governo Lula da Silva, pode-se citar a criação de novas universidades públicas, a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), do Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), aprovação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), da expansão dos Institutos Federais e da implementação de políticas de ações afirmativas.

Após essas ações, o ensino superior nas universidades federais deu um grande passo com o aumento do número de estudantes. No governo Dilma Rousseff (2011-2016), seguiu-se a expansão das universidades e do número de vagas. Neste governo foi criada em 2012, a Lei N°12. 711, que estabelece a reserva de vagas, ou sistemas de cotas. A lei afirma, em seu artigo 1°:

As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (BRASIL, 2012).

Quanto às universidades, foram criadas: Universidade Federal do Sul da Bahia (2011), Universidade Federal do Cariri (2013), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (2013) e Universidade Federal do Oeste da Bahia (2014).

Abaixo segue quadro cronológico da criação das universidades federais brasileiras até o governo Lula, segundo o Ministério da Educação.



2.2.3 Reforma universitária de 1968

A reforma universitária de 1968 é a designação genérica para a Lei nº 5.540, que “fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências” (BRASIL, 1968). Para Martins (2009, p.1), a Reforma de 1968 “visou fundamentalmente a modernização e expansão das instituições públicas, destacadamente das universidades federais”. Esta reforma também teve impacto no ensino superior privado visto que as modificações introduzidas nas universidades federais não conseguiram ampliar de forma satisfatória as matrículas para atender à crescente demanda de acesso (MARTINS, 2009).

O que impulsionou a reforma foram os intensos debates dentro das universidades pelos docentes, pesquisadores, movimento estudantil e a pressão da sociedade que cobrava soluções para os problemas universitários da época (FAVERO, 2006). Entre os docentes e pesquisadores, as críticas vinham daqueles que possuíam experiência no exterior e desejavam que a universidade brasileira se transformasse em um local de pesquisa e produção de conhecimento científico (MARTINS, 2009). Entre os estudantes, as reivindicações eram, entre outras, pelo aumento de vagas e expansão do ensino superior.

O movimento estudantil realizou seminários sobre a reforma universitária, nos quais criticava seu caráter elitista, denunciando igualmente a existência do regime de cátedra vitalícia, indicava a necessidade de realização de concursos públicos para a admissão de professores e lutava por currículos atualizados e pela ampliação da participação estudantil nos órgãos colegiados. (MARTINS, 2009, p. 18)

O autor acima citado menciona outros fatores que contribuíram para impulsionar a reforma universitária. Entre eles, destaca a repressão do Regime Militar instaurado em 1964, a perseguição e vigilância aos docentes, invasões aos *campi*, como ocorreu com a UnB em 29 de agosto de 1968, e a insatisfação geral dos estudantes e professores.

Diante de tal crise, o governo viu-se pressionado a dar uma resposta aos anseios do corpo universitário. Para isso foram feitos estudos para discutir a questão e propor soluções para a crise. Em 1968 foi criado por meio de decreto

o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária para propor “soluções realistas” e “medidas operacionais” (MARTINS, 2009, p. 20), com o objetivo de conferir eficiência e produtividade ao sistema. Em seu primeiro artigo o Decreto 62.937 de 1968, determina a criação de um grupo de trabalho com o propósito de agilizar as reformas necessárias nas universidades brasileiras, “visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país” (BRASIL, 1968).

Aprovada a reforma, algumas mudanças foram marcantes no sistema de ensino superior: adoção do sistema departamental, vestibular unificado, ciclo básico, sistema de créditos e matrícula por disciplina, carreira do magistério e criação de programas de pós-graduação (FÁVERO, 2006)

Sobre os impactos da Reforma Universitária de 1968 no desenvolvimento das bibliotecas universitárias, Fonseca afirma:

A reforma universitária brasileira não poderia deixar de contribuir para a teoria da biblioteca central. Essa reforma, aliás, não é mais do que uma resposta dos educadores brasileiros mais lúcidos aos desafios de uma época em que a explosão científica e tecnológica impõe a integração como *conditio sine qua non* da plena utilização de recursos materiais e humanos. (FONSECA, 1988, p. 195).

As bibliotecas universitárias não ficam isentas às mudanças na estrutura das universidades. Mudanças como propostas pela Reforma Universitária de 1968, assim como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) causam impactos diretos e indiretos nas bibliotecas das universidades federais, em termos financeiros, de pessoal, de recursos materiais e de serviços.

2.3 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Nesta seção será apresentada primeiramente a trajetória das bibliotecas universitárias desde o início das universidades na Baixa Idade Média, por volta do século XI, de forma a compreendê-la em seus aspectos de desenvolvimento e práticas. Do mesmo modo em seguida a biblioteca universitária será

contextualizada no âmbito brasileiro, em tempos mais recentes, no século XX, quando são criadas as primeiras universidades brasileiras.

2.3.1 As primeiras bibliotecas universitárias

As primeiras universidades européias surgiram no final do século XI e suas bibliotecas têm origem na Baixa Idade Média, a partir das coleções que eram guardadas em abadias e mosteiros. Ao longo do tempo, muitas dessas bibliotecas tiveram seus acervos enriquecidos por doações de particulares. É a partir deste momento que essas bibliotecas e suas universidades dão um pequeno passo rumo a laicização, influenciadas principalmente pelo movimento do Humanismo Renascentista⁸. Neste processo tem destaque a biblioteca da Universidade de Oxford, fundada em 1320 pelo bispo e chanceler da Inglaterra Richard de Bury, o qual doou todos os livros que possuía. No ano de 1440 a biblioteca recebeu uma doação de 600 livros, desta vez do duque de Humphrey (MARTINS, 1957). No ano de 1598 a biblioteca recebe uma doação do futuro patrono, Thomas Bodley, diplomata da Rainha Elizabeth I, o qual doou 2500 livros.

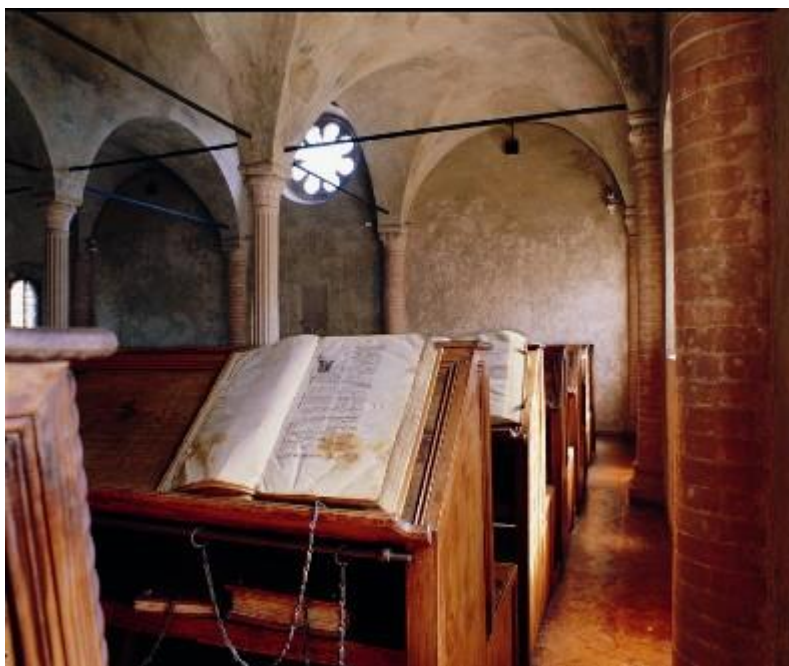
Àquela época, estas bibliotecas não desempenhavam o papel que exercem nos dias de hoje. A quantidade de materiais que disponibilizavam era infinitamente menor, assim como o público era menor e menos heterogêneo. Os livros disponíveis nas bibliotecas eram acessíveis somente àqueles que frequentavam regularmente as universidades. Algumas bibliotecas mantinham seus livros acorrentados⁹. Segundo Martins (1957, p. 67), na biblioteca da Sorbonne “os livros na maior parte tem uma corrente fixada na encadernação, suficientemente longa, entretanto, para permitir o seu transporte”.

⁸ **Humanismo Renascentista:** teve início na Itália no século XIV e representou um movimento de valorização intelectual do homem, colocando-o como figura central no mundo (antropocentrismo), oposto ao teocentrismo, Deus como centro do mundo, movimento dominante na Idade Média. (CARVALHO, 2017?).

⁹ **Liber Catenatus:** livros acorrentados. A prática de acorrentar livros vinha desde o século V, quando as igrejas expunham livros para os fieis. Pela preciosidade que representavam e pelos custos de produção começaram a acorrentá-los para evitar furtos. A prática aos poucos foi incorporada às bibliotecas universitárias.

A biblioteca Malatestiana, fundada em 1454 em Cesane, na Itália, a qual servia a um *studium* ao lado do mosteiro de São Francisco, possui uma ala, *La Malatestana Antica*, onde livros estão acorrentados para mostrar como era a biblioteca no princípio.

FIGURA 7 - Biblioteca Malatestiana em Cesena, Itália, fundada em 1454.



Fonte: Biblioteca Malatestiana, 2017

A biblioteca universitária era considerada um lugar sagrado, onde se deveria entrar usando beca e boné. “*Sacer et augustos locus*”¹⁰ dizia o regulamento da biblioteca da Sorbonne (MARTINS, 1957, p. 92). O regulamento aconselhava que, após a leitura, o leitor deveria,

[...] Refletir e meditar, passeando devagar ao longo da galeria coberta que rodeia a biblioteca. Depois, quando as sombras da noite se adensam, cada um se recolhe à sua casa, visto ser proibido, por prudência, trazer lanternas [...] (BONNEROT *apud* MARTINS, 1957, p. 92).

Entre as regras impostas pelo regimento da biblioteca da Sorbonne seguem algumas disposições:

¹⁰ Lugar sagrado e augusto (MARTINS, 1957, p. 93)

Nenhum membro da sociedade entrará na biblioteca sem beca e sem boné;

É proibida a entrada às crianças e aos iletrados;

Se pessoas recomendáveis e instruídas solicitarem a entrada, um dos membros da sociedade deverá servir-lhes de introdutor, mas os seus criados permanecerão à porta;

Cada membro conservará a sua chave da biblioteca com todo o cuidado e não poderá emprestá-la a ninguém;

Em tempo algum será permitido trazer à biblioteca fogo ou luz;

Nenhum volume será retirado da biblioteca sem o consentimento da sociedade;

Antes de colocar um volume na estante, para leitura, deve-se começar por limpá-lo do pó; deve-se manuseá-lo com cuidado e depois recolocá-lo fechado no seu lugar;

É proibido escrever nos volumes, fazer-lhes rasuras ou dobrar-lhes as folhas;

Que se escreva ou que se leia, não se deve interromper ninguém, seja conversando, seja andando;

Tanto quanto possível, o silêncio deve reinar na biblioteca, como num lugar augusto e sagrado. (ROUYRE, 1899 *apud* MARTINS, 1957, p. 93)

A biblioteca da Sorbonne foi uma das maiores, se não a maior biblioteca universitária à época do surgimento das universidades. Teve seu primeiro catálogo organizado em 1290, no qual constavam 1017 livros apenas, os quais estavam sempre com os professores. “Era só quando um professor viajava que os livros usados por ele ficavam armazenados em arcas acessíveis a todos” (BATTLES, 2003, p. 80).

FIGURA 8 - Conteúdo do catálogo Sorbonne.

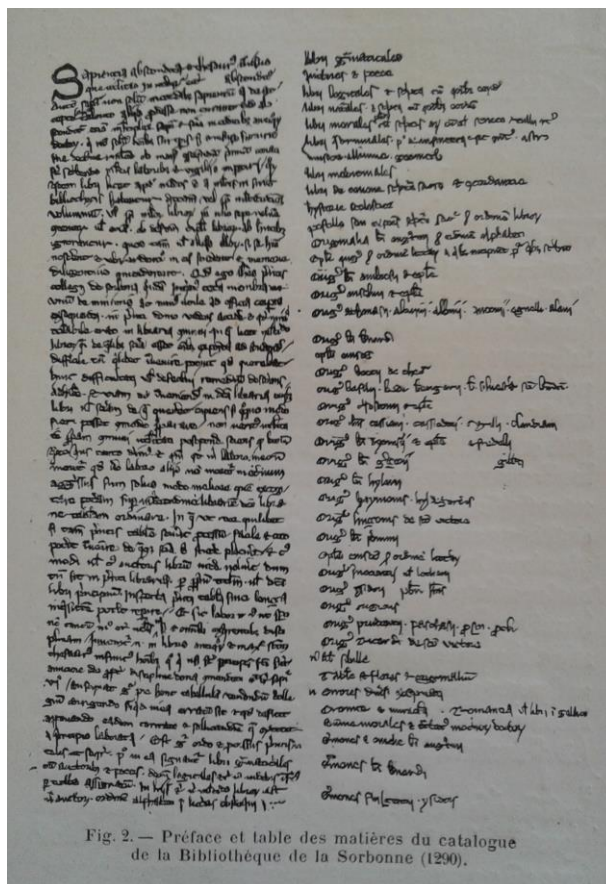


Fig. 2. — Préface et table des matières du catalogue de la Bibliothèque de la Sorbonne (1290).

Fonte: Rouveyre, 1899, p.13

As bibliotecas universitárias desde o princípio têm como característica – talvez pelo meio em que se encontram: dentro das universidades – a busca de inovações e ferramentas que facilitam o trabalho. Foi assim que ocorrera com o uso dos numerais arábicos, que passaram a ser utilizados pelos catalogadores da biblioteca de Oxford, pois para eles a ordem numérica facilitava a localização dos livros (BATTLES, 2003).

No que tange à administração das bibliotecas universitárias, em Portugal, na Universidade de Coimbra foi criado o cargo de *Guarda do cartório e da livraria*, papel antes exercido pelo bedel do Estado (CASTRO, 1997). Era atribuição do guarda zelar pelo acervo assim como pelas boas condições físicas da *Casa da livraria da universidade*.

A Universidade de Coimbra foi fundada em 1290, mas, segundo Castro (1997), somente no Estatuto aprovado em 1559 a biblioteca ganhou destaque e

um verdadeiro regimento, o qual estabelecia suas regras de funcionamento e as atribuições do guarda da livraria. “O guarda velaria por tudo quanto dizia respeito à sala, de cuja chave era detentor, e sob sua directa e única responsabilidade ficavam todos os livros e demais bens pertencentes à Livraria” (CASTRO, 1997, p. 886). Do guarda também era obrigação manter os livros limpos, sem pó e mandar que a sala fosse limpa ao menos duas vezes por semana.

Castro (1997, p. 886) sugere que foi no Estatuto de 1559 que surgiu a ideia de se organizar um catálogo na biblioteca da Universidade de Coimbra, observando que, no capítulo 51 do documento, fica determinado que o Escrivão do Conselho “organizasse um livro de receita da Livraria, onde devia registrar, por ordem alfabética, todos os livros existentes, organizando esse inventário por faculdade.” (CASTRO, 1997, p.886).

Amaral (2015) afirma que entre 1742 a 1798 foi organizado o primeiro catálogo por assunto em Portugal. Incluía rubricas gerais, específicas e entradas remissivas. Segundo o autor, no século XVIII, a biblioteca passa por importantes mudanças:

Adota novas marcas bibliográficas, carimbos e superlibros, indo buscar dois elementos secundários que acompanhavam a Sabedoria dos Estatutos: a coruja e o livro. Muda a imagem e muda a estratégia: com Ribeiro dos Santos¹¹, as compras fazem-se de acordo com os pedidos dos professores e com as ideias iluministas do Bibliotecário, terminam-se os catálogos de matérias, integram-se materiais não-livro e dedica-se especial atenção à qualidade do serviço prestado. (AMARAL, 2015, p. 168)

A biblioteca do *Estudio Salamantino* (Universidade de Salamanca), ao contrário do que ocorrera com a vizinha biblioteca da Universidade de Coimbra, quando da criação da universidade (1218), já trouxera em seu estatuto menção à futura biblioteca. Na Carta Magna de Afonso X, de 1254, ficava estabelecida a criação do cargo de “*Estacionário*”, aquele responsável pela “*Estación de libros*” mantidos pela universidade. O primeiro inventário da biblioteca data de 1471, no qual foram registrados somente 201 livros. Destes, cogita-se que foram em boa

¹¹Antônio Ribeiro dos Santos (1745-1818): bibliotecário nomeado pelo reitor D. Francisco de Melo em 1777 para administrar a Casa da Livraria da Universidade de Coimbra.

parte manuscritos doados por Juan de Sagovia, clérigo e teólogo espanhol, cuja participação foi ativa no Concílio da Basileia¹².

Em 1470, a biblioteca da Universidade de Salamanca ganha um espaço maior e exclusivo para o acervo. Perdeu seu espaço em princípios do século XVI, e só o retomou em 1509 para local atual. Sobre as regras da biblioteca, o estatuto de 1538 determinava a criação de Comissão para inspecioná-la e aplicar sanções ao estacionário ou bedel responsável pelo acervo em caso de perda de livros. Em 1531, a Comissão determinou que os livros duplicados fossem vendidos para adquirir títulos diferentes. No ano de 1558, a Comissão determinou o expurgo dos livros considerados heréticos.

O acervo da biblioteca se desenvolveu graças à compra de livros determinada pelo estatuto da universidade. Contudo, assim como em outras bibliotecas, muitos livros eram recebidos por doação:

Las diversas donaciones de particulares, entre las que sobresalen, por un lado, la del Canónigo de Toledo Alonso Ortiz, en 1505, que aportó principalmente manuscritos de Teología, Artes y Cánones, y por otro lado, en 1548, la de Hernán Núñez de Toledo, el Comendador Griego, conocido también por El Pinciano: casi todos los ejemplares de esta donación llevan anotaciones manuscritas de su propietario y, aunque el número de obras transferidas es algo menor que en el caso anterior, se incorporaron a la Biblioteca, además de manuscritos, también incunables e impresos, la mayor parte clásicos latinos y griegos, así como libros de historia. (BREVE HISTÓRIA DE LA BIBLIOTECA, 20--? p. 2).

As bibliotecas universitárias da Idade Média têm grande desenvolvimento no século XV, quando as riquezas materiais das universidades aumentam, permitindo a ampliação de acervos, construção de novos prédios e a contratação de bibliotecários como fez a biblioteca da Universidade de Angers (MARTINS, 1957). Para esse autor foi a partir da Renascença que a biblioteca universitária passa a adquirir o sentido que tem hoje.

¹² Concílio da Basileia: convocado pelo Papa Eugênio IV em 1431, o 17º Concílio Ecumênico da Igreja Católica Romana, Concílio da Basileia, tinha entre os propósitos a reconciliação com os Hussitas, movimento iniciado por John Huss (1369-1415) que lutava por reformas na Igreja Católica. Muitas de suas ideias reformistas influenciaram a Reforma Protestante liderada por Martinho Lutero (1483-1546).

2.3.2 As bibliotecas universitárias após a Idade Média e a figura do bibliotecário

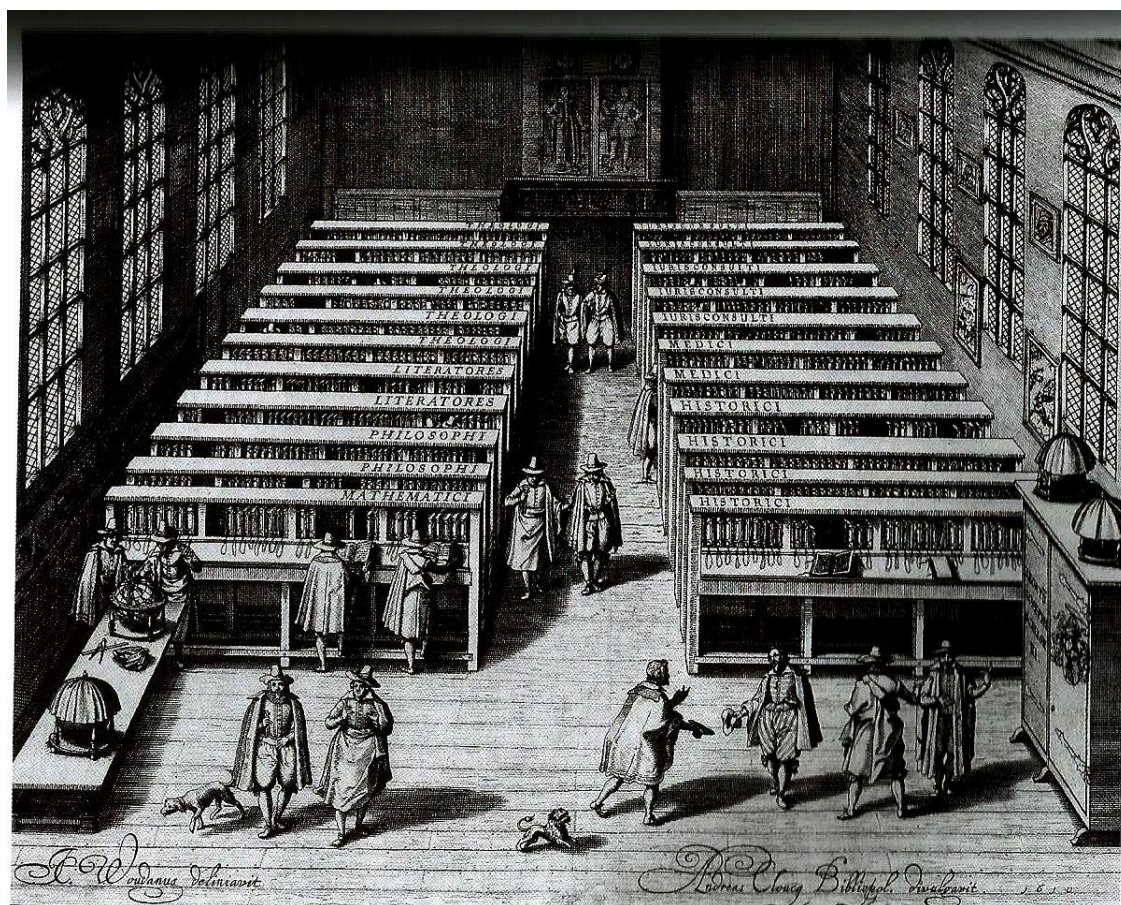
As primeiras bibliotecas universitárias, formadas em sua grande maioria a partir de coleções particulares, refletiam bem as condições históricas e culturais da humanidade na época de seu surgimento. A produção e o registro do conhecimento eram dominados pela Igreja Católica. Tal realidade começou a mudar com o movimento humanista e renascentista no século XV. As ideias contestadoras desses movimentos punham em cheque a forma como a sociedade se desenvolvia, assim como as regras impostas pela Igreja. Fenômenos que ocorreram na mesma época, como a invenção dos tipos móveis por Gutenberg por volta de 1450 e, conseqüentemente, o aumento da produção e reprodução bibliográfica impactou diretamente no desenvolvimento das bibliotecas universitárias.

Com o crescimento do número de publicações, começou também uma demanda por técnicas para administração de tantos materiais bibliográficos. Burke (2003) afirma que em 1550 o escritor italiano Antonfrancesco Doni reclamava que havia tantos livros que não tinha tempo para ler sequer os títulos. Em meio ao caos e desordem dos livros começam a surgir ideias sobre organização de acervos.

Um novo e complexo sistema foi proposto pelo estudioso espanhol Francisco de Aráoz num tratado sobre *Como organizar uma biblioteca* (1631). Aráoz dividia os livros em 15 categorias. Cinco dessas categorias eram religiosas: teologia, estudos bíblicos, história eclesiástica, poesia religiosa e obras dos padres da Igreja. Dez eram seculares: dicionários, livros de lugares-comuns, retórica, história secular, poesia secular, matemática, filosofia natural, filosofia moral, política e direito. (BURKE, 2003, p. 97)

Outras ideias surgiram para tentar solucionar o problema da classificação dos livros. Abaixo a figura da classificação dos livros na Biblioteca de Leiden, na Holanda, em 1610, cujos livros estão classificados em sete categorias: Teologia, Direito, Medicina, Matemática, Filosofia, Literatura e História (BURKE, 2003).

FIGURA 9 - Biblioteca da Universidade de Leiden, de J. C. Woudanus, gravada por W. Swanenburgh (1610).



Fonte: Burke, 2003, p. 99.

Neste novo contexto surgiram também novos profissionais do livro, como tipógrafos, revisores, impressores e também bibliotecários. Os livros que antes eram produzidos e reproduzidos nos mosteiros pelos monges copistas em seus *scriptoria* passam a ser produzidos de forma mais ágil e em maiores quantidades. Este aumento substancial trouxe alguns conflitos e intrigas entre autores em razão de plágios, o que, de certa forma, afetava economicamente a vida intelectual da época. Naquele período (Renascimento) surgiram as ideias de *gênio*, *originalidade* e *autor*. Segundo Burke, os humanistas da época buscavam reconhecimento e, com frequência, acusavam-se de roubo. Os acusados então afirmavam que não era roubo, mas sim “imitação criativa” (BURKE, 2003, p.137). O autor cita o caso de dois impressores de Frankfurt, os quais disputavam o uso de um modelo de entalhe em madeira para ilustrar um

tratado sobre ervas. O impressor acusado de plágio argumentou que a difusão do conhecimento era benéfica para a humanidade. Disputas entre intelectuais famosos também foram registradas, como o caso em que Isaac Newton acusou Leibniz de plágio em 1699 sobre os estudos de cálculo infinitesimal (BURKE, 2003).

Para Martins (1957), foi na Renascença que as bibliotecas universitárias ganharam os contornos que conhecemos ou imaginamos. O autor concorda com Ortega y Gasset em seu discurso proferido em 1935, em Madri, por ocasião da abertura do Congresso Internacional de Bibliotecários, ao afirmar que foi na Renascença que também surgiu a figura do bibliotecário junto ao livro:

Durante a Idade Média a ocupação com os livros ainda é infra-social, não aparece para o público: está latente, secreta, pode-se dizer intestina, confinada no recinto secreto dos mosteiros. Nas próprias universidades não se destacava essa prática. Nelas se guardavam livros necessários à prática do ensino, do mesmo modo, nem mais nem menos, como se guardariam os utensílios de limpeza. Ser guardião dos livros não era algo especial. Somente no alvorecer da Renascença é que começa a delinear-se na área pública, a diferenciar-se dos outros tipos genéricos de vida, a figura do bibliotecário! E não por coincidência! É precisamente a época em que também pela primeira vez o livro, no sentido mais estrito da palavra, não o livro religioso, nem o livro de leis, mas o livro escrito por um escritor, portanto o livro que pretende ser somente livro e não revelação ou código é precisamente a época em que, também pela primeira vez, o livro é sentido socialmente como necessidade. (ORTEGA Y GASSET, 2006, p. 18).

FIGURA 10 - O Bibliotecário, 1556. Giuseppe Arcimboldo (1527-1593).



Fonte: Giuseppe-Arcimboldo.org, 2017

A figura do bibliotecário é definitivamente consolidada na Idade Moderna, período no qual surgem obras que se tornariam bases para a Biblioteconomia. Entre outros nomes, destacam-se Gabriel Naudé (1600-1653), cuja obra *Advis pour dresser une bibliotheque* (Como gerir uma biblioteca), publicada em 1627, “é o primeiro tratado escolar de administração de bibliotecas, que fundamenta práticas até hoje em vigor” (PINHEIRO, 2013, p. 7). Naudé, ao que parece, era um homem pragmático e afirmava que o objetivo da classificação era “simplesmente encontrar os livros, ‘sem trabalho, sem dificuldade e sem confusão’”. (BURKE, 2003, p. 98). Para ele, a organização era fundamental e fez uma comparação interessante ao afirmar que “uma pilha de livros não era uma biblioteca, assim como um monte de soldados não constituía um exército” (BURKE, 2003, p. 98). Para Fonseca (2007), Naudé foi um dos primeiros teóricos da Biblioteconomia a chamar a atenção para a questão do leitor, tendo dedicado em sua obra um capítulo inteiro para tal fim.

Outro nome de destaque foi o alemão Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), o qual exerceu por duas vezes a função de bibliotecário, situação que, acredita Fonseca (2007), pode ter sido a inspiração para a concepção de uma *scientia generalis*. Para Burke (2003), Leibniz é como o resultado de uma combinação de um filósofo-bibliotecário e um bibliotecário-filósofo, representados por John Dewey e Melvil Dewey, respectivamente. Para Leibniz, uma biblioteca deveria funcionar como uma enciclopédia; assim ele produziu um plano para organizar bibliotecas (*Idea bibliothecae ordinae*). Foi co-fundador, juntamente com Otto Mencke, matemático e filósofo alemão, do primeiro periódico científico da Alemanha, a *Acta Eruditorum*, em 1684. Segundo Fonseca (2007), Leibniz idealizou também uma organização internacional para permuta de informações entre pesquisadores.

Nunes e Carvalho (2016) consideram que uma importante mudança no contexto das bibliotecas universitárias ocorre com as contribuições de Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892- 1972). As autoras afirmam que:

A sua contribuição à Biblioteconomia não se restringe à sua época. Ao lançar o livro *Five Laws of Library Science* (1931), e os demais publicados posteriormente, Ranganathan deixa para as gerações futuras o seu legado, considerando que suas leis ainda hoje são

estudadas com vistas a encontrar soluções possíveis para os desafios que as bibliotecas enfrentam em pleno Século XXI. (NUNES; CARVALHO, 2016, p. 182)

Ranganathan entende a biblioteca como um sistema dinâmico em constante mutação e que busca se adequar às demandas da sociedade. Com esta visão a biblioteca desempenha papel fundamental no desenvolvimento social e intelectual da sociedade, dando suporte ao ensino e à pesquisa (NUNES; CARVALHO, 2016). Podemos entender que esta percepção vai além da quinta lei de Ranganathan, “A biblioteca é um organismo em crescimento”, pois há uma preocupação em extrapolar os limites físicos da biblioteca. O desejo de atender às demandas informacionais torna-se mais relevante.

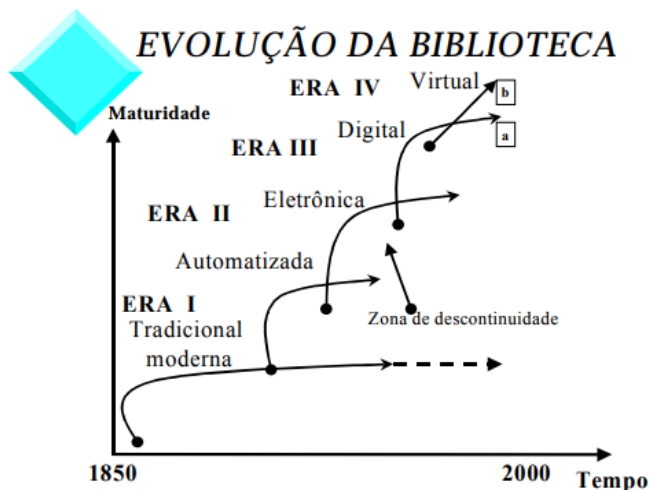
A biblioteca universitária e a Biblioteconomia receberam, em fins do século XIX e começo do XX, grandes contribuições de pensadores que hoje têm reconhecimento unânime na área. As principais propostas visavam à criação de sistemas de classificação que pudessem pôr ordem na grande quantidade de livros em circulação. “Nomes como Harris, Cutter, Dewey e Otlet despontaram nesta virada de século XIX para o século XX como proeminentes classificacionistas” (SALES, 2016, p. 57).

A biblioteca universitária moderna passou por muitas transformações, todas influenciadas pelo contexto da época. Mudanças de paradigma e percepção do mundo, passagem da mentalidade medieval para a moderna, problemas de organização e classificação, grandes volumes de material bibliográfico e as dificuldades para recuperá-los, períodos de guerras, desafios e avanços tecnológicos, disponibilização e acesso à informação, advento da internet, bibliotecas digitais e virtuais etc. Cunha (2000) afirma que em todos os períodos da História a biblioteca dependeu de tecnologia da informação:

Na passagem dos manuscritos para a utilização de textos impressos, o acesso a base de dados bibliográficos armazenados nos grandes bancos de dados, o uso do CD-ROM e o advento da biblioteca digital, no final dos anos 90, altamente dependente das diversas tecnologias de informação, demonstram que, nos últimos 150 anos, as bibliotecas sempre acompanharam e venceram os novos paradigmas tecnológicos. (CUNHA, 2000, p. 75)

Na figura abaixo, Cunha (2000, p. 75) demonstra a evolução tecnológica da biblioteca até o ano 2000.

FIGURA 11 - Evolução tecnológica da biblioteca.



Fonte: CUNHA, 2000, p. 75.

Há muito tempo se cogita que as bibliotecas irão desaparecer, assim como se pensou que o livro tivesse tal destino com o surgimento dos formatos digitais; e se pensou que o bibliotecário de referência também tivesse tal sorte. No entanto, as bibliotecas e os livros persistem e resistem ao tempo. O bibliotecário de referência como o “intermediário da informação ainda tem muito que fazer.” (CUNHA, 2000, p. 83).

2.3.3 Bibliotecas universitárias no Brasil: primeiras experiências

Assim como ocorreu com as bibliotecas universitárias europeias, no Brasil as primeiras que surgiram vieram de acervos de particulares ou ordens religiosas. À época da chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, na Europa a circulação de livros era pequena, mas já presente. No Brasil colônia, a circulação de livros era fenômeno raro. Rubens Borba de Moraes, no primeiro capítulo do livro *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, publicado em 1976, fala sobre a “Idade Média” brasileira, período de meio século após a chegada dos portugueses em que não se têm registros sobre a circulação de livros por terras

brasileiras. Moraes cogita a possibilidade de existirem alguns livros de natureza legal (ordenações manuelinas) junto aos magistrados e livros pertencentes aos religiosos. Contudo, afirma que oficialmente só tivemos livros no Brasil a partir de 1549 com o estabelecimento do governo-geral em Salvador, na Bahia, e com a chegada dos jesuítas, liderados por Manoel da Nóbrega.

Só começamos a engatinhar pelo caminho da cultura depois do estabelecimento dos conventos dos jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos, principalmente dos padres da Companhia de Jesus que logo após a sua chegada abrem colégios na Bahia e em outras capitais. A instrução e os livros estavam nos conventos... (MORAES, 1976, p. 1)

Como afirmou Moraes, as possibilidades de se obter conhecimento por meio dos livros estavam nos conventos e mosteiros. Ainda que algumas pessoas estudassem nesses locais, não chegavam a uma instrução de nível superior, visto que por estas terras não havia instituições deste nível reconhecidas. Moraes aponta que, ao longo do século XVI, apenas treze brasileiros chegaram a uma universidade, a de Coimbra, em Portugal.

As bibliotecas brasileiras voltadas para o ensino superior surgiram oficialmente após a chegada da família real ao Brasil em 1808. Seus acervos foram formados a partir das coleções mantidas em conventos e ordens religiosas. A primeira instituição de ensino superior fundada no Brasil foi a Faculdade de Medicina da Bahia, localizada no Terreiro de Jesus, em Salvador, no dia 18 de fevereiro de 1808. A Faculdade ocupava o antigo prédio do Colégio dos Jesuítas e sua biblioteca teve início somente em 1836. No ano de 1905, o prédio da Faculdade de Medicina sofreu um grande incêndio e a biblioteca perdeu parte de seu acervo, considerado de referência na área médica na América Latina. Em 1909, a biblioteca foi reinaugurada a partir de doações da sociedade baiana.

FIGURA 12 - Faculdade de Medicina da Bahia em 1905.



Fonte: Neves, 2017.

A Academia de Direito de São Paulo, fundada em 1827 no Convento de São Francisco, possuía uma biblioteca que já servia à comunidade antes mesmo da fundação da faculdade. Em 1825 esta se tornaria a primeira biblioteca pública da cidade de São Paulo, com acervo formado pela junção de duas importantes livrarias particulares, a do Convento de São Francisco e o acervo da livraria do bispo diocesano D. Mateus de Abreu Pereira, que faleceu em 05 de maio de 1824 (DEAECTO, 2011).

A fundação da Academia de Direito de São Paulo trouxe grande agitação à cidade, impactando a vida cultural e econômica, o que representou um marco cronológico na história desta cidade. Com a fundação da academia surgiram grupos sociais marcantes, os lentes e os estudantes, que impulsionavam a geração de uma elite intelectual. Como resultado, a produção e circulação de livros tornavam-se naturais neste contexto, apesar de ocorrerem de forma lenta. Deaecto (2011) afirma que o primeiro livro impresso na cidade de São Paulo de que se tem conhecimento foi de um professor da academia, em 1836: *Questões sobre as presas marítimas em São Paulo*.

FIGURA 13 - Primeira biblioteca pública da cidade de São Paulo, 1825.



Fonte: FEBAB, 2017

No mesmo ano de 1827 foi criado o curso de Ciências Jurídicas em Olinda. Em 1854 este curso foi transferido para a cidade do Recife e passou a constituir a Faculdade de Direito do Recife, cuja biblioteca também era originária de um convento, o de São Francisco dos Clérigos. Criada por decreto imperial em 1830, em princípio era uma biblioteca pública. A biblioteca da Faculdade de Direito do Recife recebeu importantes acervos, os quais hoje integram parte da coleção de obras raras da Biblioteca da Universidade Federal de Pernambuco. Entre estas coleções se destaca a da Biblioteca dos Oratorianos¹³, da Congregação de São Filipe Néri, extinta em 1830. (BERNARDES, 2006)

Diógenes (2012) afirma que as bibliotecas universitárias brasileiras começaram a se desenvolver muito tempo depois da instituição do regime universitário no Brasil, em 1931 (DECRETO 19.851), “com exíguos orçamentos e inexistência de políticas governamentais integradas até hoje” (p. 124).

¹³ Congregação do Oratório (*Confoederatio Oratorii Sancti Philippi Nerii*), fundada em 1565 por São Filipe Neri, em Roma. Iniciou suas atividades no Brasil em 1659 no Estado de Pernambuco.

Depois de 1945, vê-se o crescimento das universidades, a consolidação do ensino privado, a exigência de mercado de trabalho em termos de ciência e tecnologia e com eles a criação de bibliotecas ligadas às universidades, com o nome de biblioteca central da universidade, ou bibliotecas ligadas às diversas faculdades que foram reunidas e levavam o nome da universidade.(CUNHA ; DIÓGENES, 2016, p. 102).

Após 1945, as primeiras bibliotecas universitárias criadas foram: Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1945), Biblioteca Central da Universidade de São Paulo (1947), Biblioteca Central da Universidade Federal do Ceará (1957), Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1959), Biblioteca Central da Universidade de Brasília (1962) e Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (1968). Vale ressaltar que muitas dessas bibliotecas foram oficializadas nas datas apresentadas, mas os acervos já existiam, sob a guarda de outros proprietários ou instituições (DIÓGENES, 2012).

Nas décadas de 1960 e 1970 houve grande discussão sobre o modo de organização administrativa das bibliotecas universitárias, se de forma centralizada ou descentralizada. Dos dois lados havia prós e contras.

Entretanto, é evidente que a tendência atual é mais para a centralização em diferentes graus, pois a descentralização total vem sendo reconhecida como irracional e prejudicial à qualidade dos serviços prestados, além de ser muito mais onerosa para a universidade. (FERREIRA, 1976, p.55).

Para os defensores da centralização da biblioteca universitária, as vantagens eram muitas: economia financeira, processos unificados de trabalho, melhor qualidade dos serviços prestados etc. Para os defensores da descentralização os principais argumentos eram que os materiais bibliográficos deveriam estar mais próximos dos leitores, nos departamentos. Argumentavam também que a descentralização da biblioteca traria maior agilidade na aquisição de material bibliográfico solicitado por professores e pesquisadores (FERREIRA, 1976). Outra opção que entrou na discussão foi a centralização parcial:

Uma posição intermediária entre os dois extremos citados é a centralização parcial, em que apenas o acervo é descentralizado, sendo o processamento técnico realizado pela biblioteca central. Neste caso, as publicações estarão junto dos leitores, mas o órgão central tem possibilidades de exercer controle, senão na aquisição, pelo menos padronizando o tratamento das publicações, passando, portanto, a possuir registro do acervo bibliográfico de toda universidade. (FERREIRA, 1976, p. 57)

Os processos técnicos, sobretudo a catalogação nas bibliotecas universitárias de uma forma em geral, tiveram grande dificuldade em se estabelecer, principalmente pela indefinição de regras. Ao discorrer sobre a história da catalogação no Brasil, Modesto (2007, p. 2) afirma que a primeira iniciativa, no “sentido de um código nacional, ocorre com o trabalho de Jorge Duarte Ribeiro, intitulado ‘*Regras bibliográficas: ensaios de consolidação*’, editado em 1934”, no qual o autor se propunha a estabelecer regras de entradas de nomes pessoais. O primeiro curso de catalogação foi criado dois anos mais tarde, em 1936, sob a coordenação de Rubens Borba de Moraes. As décadas seguintes são marcadas pela busca de padronização. Em princípio eram utilizados os códigos da ALA (*American Library Association*) e da Vaticana¹⁴.

A partir da década de 1970 houve grande esforço brasileiro no sentido de criar um código nacional de catalogação, o que viria em bom momento, pois as universidades estavam começando o processo de automação.

Na história dos processos de catalogação no Brasil um nome de destaque é o da bibliotecária Lygia de Queiroz Sambaquy (1913-2006). Sob o seu comando foram introduzidas inovações como o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), a criação, em 1954, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual IBICT, assim como a adoção e uso da ficha catalográfica 7,5 X 12,5 cm, seguindo o padrão norte-americano. “Daí, (*sic*) vão se moldar os catálogos bibliográficos brasileiros, bem como o aprendizado da catalogação.” (MODESTO, 2007, p. 4).

¹⁴ Código da Vaticana: *Norme per il catalogo degli stampati*, publicado em 1931 pela Biblioteca do Vaticano, apresentava regras para catalogação de materiais impressos.

Um fato importante na história da catalogação brasileira e nos processos de catalogação nas bibliotecas universitárias foi a adesão ao formato MARC¹⁵, que permite o compartilhamento de dados da catalogação entre as bibliotecas. Com isso os processos de catalogação ganham rapidez, uma vez que a partir do compartilhamento de metadados se evita que a mesma descrição de um título seja feita desde o início repetidas vezes. Contudo, a adoção do formato MARC só foi possível com a automação. Sambaquy, em texto publicado em 1978, previa que “a automação dos processos técnicos no tratamento das informações e dados disponíveis, em muito pouco tempo, será um imperativo. Representará aumento sensível da eficiência e barateamento do custo dos serviços prestados” (SAMBAQUY, 1978, p. 59).

Viana (2016) afirma que as primeiras experiências nas universidades brasileiras com uso de computadores ocorreram nos anos 1960, período em que, nos países desenvolvidos, a automação já era uma realidade nas bibliotecas. A automação nas bibliotecas universitárias brasileiras começou nos anos 1980 com *softwares* produzidos pelas próprias universidades. Segundo Viana (2016), a experiência brasileira no processo de automação sofreu grande influência de países como Estados Unidos e Inglaterra por meio de leitura de conteúdos relacionados ao tema.

A partir do final dos anos 1970 começam a ser utilizados os primeiros sistemas de automação de bibliotecas, e no final dos anos 1980 surgiram no Brasil as primeiras experiências com o desenvolvimento de softwares comerciais para bibliotecas, e também de alguns livres. Nos dias atuais, a partir de 2011, as universidades brasileiras começaram a adotar ferramentas de descoberta para suas bibliotecas, integrando todos os seus registros bibliográficos dos acervos físicos com os recursos eletrônicos que podem acessar através da Internet. (VIANA, 2016, p. 49)

Robredo (1981), em pesquisa sobre a automação das bibliotecas universitárias brasileiras, relata que no início da década de 1980 pouquíssimas instituições possuíam sistemas automatizados. Eram elas:

- a) Universidade do Amazonas;

¹⁵ MARC: *Machine Readable Cataloguing*, representa um conjunto de formatos digitais para descrição de itens na catalogação. São padrões de formatos de registros bibliográficos. Foi desenvolvido pela *Library of Congress* dos Estados Unidos na década de 1960.

- b) Universidade Federal da Paraíba;
- c) Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- d) Universidade Federal de Juiz de Fora;
- e) Universidade de Brasília;
- f) Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- g) Fundação Getúlio Vargas;
- h) Universidade de São Paulo;
- i) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

FIGURA 14 - Automação dos Processos da Biblioteca Central da UnB, 1979.



Fonte: Biblioteca Central da UnB, 2017.

Desde o início dos processos de automação as bibliotecas universitárias evoluíram consideravelmente até os dias atuais (ano de 2018). Os avanços das tecnologias de informação, o desenvolvimento de *softwares* e a Internet permitem que atualmente boa parte das bibliotecas tenha acesso a redes de informações onde são compartilhados os catálogos das bibliotecas, conteúdos integrais em repositórios institucionais, artigos de periódicos, textos completos, ebooks e outros.

Através dos séculos, o ponto focal da universidade tem sido a biblioteca, com o seu acervo de obras impressas preservando o conhecimento da civilização. Atualmente, esse conhecimento existe sob muitas formas: texto, gráfico, som, algoritmo e simulação da realidade virtual e, ao mesmo, ele existe literalmente no éter, isto é, distribuído em redes mundiais, em representações digitais, acessíveis a qualquer indivíduo e, com certeza, não mais uma prerrogativa de poucos privilegiados da academia. (CUNHA, 2000, p. 73).

A automação e informatização dos serviços nas bibliotecas universitárias impactaram também a forma de atendimento aos usuários. O serviço de referência, por exemplo, é muito mais ágil em obter respostas às demandas dos usuários a partir de buscas em bases de dados com conteúdos produzidos por pesquisadores do mundo todo. As bases multidisciplinares permitem buscar diversos conteúdos em um único local. Um bom exemplo é o Portal de Periódicos da Capes, que oferece acesso a conteúdos de diversos periódicos nacionais e internacionais para todas as instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior.

2.3.4 Problemas e desafios nas bibliotecas universitárias brasileiras

Diógenes (2012) discorre sobre os desafios e superações das bibliotecas universitárias brasileiras ao longo do tempo. Entre os principais se encontram a falta de investimentos e autonomia das bibliotecas, bem como problemas de gestão. Discorre também sobre os problemas trazidos pela Reforma Universitária de 1968, que, de certa forma, complicou a atuação dos bibliotecários, pois colocou a biblioteca isolada no corpo da universidade, impedindo uma visão sistêmica. Para a autora, esta reforma manteve a biblioteca marginalizada em sua atuação, pois seus objetivos não estavam alinhados aos da universidade.

Para Tarapanoff (1981) a Reforma Universitária não estabeleceu o papel da biblioteca universitária, deixando os bibliotecários sem respaldo para gerir as bibliotecas de forma a atender a reforma. Outros fatores também contribuíram para retardar a ação dos bibliotecários, segundo a autora:

1. A biblioteca universitária brasileira estava tradicionalmente ligada à faculdade isolada e à sua administração, fator que impedia a visão sistêmica;
2. O papel da biblioteca dentro do sistema tradicional de ensino brasileiro marginalizava a atuação da biblioteca nos objetivos da universidade, deixando-a com a função residual de preservação de acervo;
3. Os bibliotecários não conheciam os objetivos da universidade;
4. Os bibliotecários não possuíam informação sobre a situação das bibliotecas universitárias no Brasil, e até mesmo da situação das bibliotecas de uma mesma universidade;

5. Os bibliotecários de universidade não tinham tradição de planejamento, ainda que experientes não sabiam planejar nem tampouco tiveram formação de planejadores;

6. Falta de motivação para mudanças;

7. Falta de consciência da importância da biblioteca dentro da universidade tanto da parte dos professores quanto dos bibliotecários. (TARAPANOFF, 1981, p. 19).

Para Fonseca (1988), a estrutura da biblioteca universitária de forma centralizada foi uma consequência da reforma, pois esta visava à utilização plena dos recursos materiais e humanos, e proibia a duplicação de meios para os mesmos fins. Por outro lado, Miranda (1978) afirma que a biblioteca universitária poderia ter se tornado um problema para o desenvolvimento da reforma universitária no país:

Com a explosão demográfica na universidade (hoje [1978] são mais de um milhão de estudantes); com a pretendida mudança dos métodos de ensino que mais e mais orientam o aluno (e o professor) a abandonar a apostila e as "anotações de aula" para iniciar-se na pesquisa bibliográfica; com a proliferação de cursos de pós-graduação (hoje são mais de 800 em todo o País); com a ampliação do número de professores com titulação de mestre e de doutor, ou especialização, pressupondo novos métodos de atualização permanente de conhecimento; com um contingente cada vez maior de indivíduos e equipes realizando pesquisas e preparando teses, dissertações e trabalhos acadêmicos, com tudo isso [...] teria crescido a biblioteca proporcionalmente à demanda? Teria evoluído qualitativamente? Involuiu? (MIRANDA, 1978, p.5).

Macedo (1980) cita algumas das principais dificuldades enfrentadas por essas bibliotecas e que, naquela época, não se restringiam somente a países subdesenvolvidos como o Brasil:

- 1- Falta de definição de objetivos da universidade e, por conseguinte, de suas bibliotecas;
- 2- Falta de compreensão, por parte das autoridades universitárias e dos docentes, sobre os reais problemas de suas bibliotecas;
- 3- Quadro de profissionais da biblioteca defasado;
- 4- Falta de verba;
- 5- Estabelecimentos inadequados;
- 6- Burocracia universitária.

No caso brasileiro, Macedo, citando nomes importantes da biblioteconomia nacional como Edson Nery da Fonseca, Agenor Briquet de Lemos e Antonio Miranda, indica, além dos desafios citados acima, outros problemas, tais como o crescimento vegetativo das coleções, isolamento da biblioteca universitária e falta de dinamismo por parte dos bibliotecários.

Fonseca (1967) é enfático ao afirmar que:

O aspecto principal do problema é o desinteresse das autoridades universitárias pelas bibliotecas [...] quem se dispuser a examinar os orçamentos das universidades brasileiras verificará que as maiores verbas são destinadas aos restaurantes, às lavanderias, às oficinas e laboratórios disso e daquilo, aos gabinetes dos reitores, aos edifícios suntuosos das reitorias. (FONSECA, 1967, p.10).

Os problemas acima citados não eram encontrados somente na realidade brasileira. Olden (2015) relata sua experiência no período em que trabalhou no continente africano, em uma biblioteca setorial da Universidade do Senegal nos anos 1980. Segundo o autor, o acervo era desatualizado e fisicamente dilapidado, não havia periódicos correntes e as prateleiras eram velhas e inapropriadas e o ar-condicionado não funcionava. As cadeiras eram em concreto. Os fornecedores recusavam-se a prestar serviços por não receberem pagamento. A biblioteca ficava no andar superior do prédio. O inusitado era que o bibliotecário anterior tinha deficiência física, sendo impossibilitado de subir as escadas.

Miranda (1978) elenca os desafios da biblioteca universitária sob três aspectos:

- *Estrutura administrativa*: a ausência de uma estrutura administrativa definida, com atribuições claras e objetivos explícitos dificulta o desenvolvimento dos serviços bibliotecários na maioria de nossas bibliotecas universitárias;

- *Processos técnicos*: os bibliotecários teriam “excessivo apego aos processos técnicos” (p. 6) e isto toma muito tempo, o que pode deixar a razão principal da existência da biblioteca de lado: o usuário. Miranda (1978) argumenta

que o serviço de seleção e referência devem ser efetivos na formação e atualização do acervo e atendimento aos usuários, respectivamente;

- *Pessoal*: com o desenvolvimento das universidades e com pesquisas que demandam informações cada vez mais especializadas, faz-se necessário capacitar a equipe da biblioteca, diminuindo o excessivo tempo gasto em processos técnicos e aprimorando os bibliotecários em atendimento de excelência.

Com tantos desafios e limitações financeiras, as bibliotecas universitárias passaram por períodos em que suas coleções ficaram estagnadas. Sobre o desenvolvimento de coleções nessas bibliotecas, Miranda (1993) fez uma série de levantamentos sobre os acervos e constatou triste realidade quanto à administração e ao planejamento nas instituições:

Um dos graves problemas que o administrador de sistemas de informação enfrenta é a falta de dados correntes e retrospectivos para facilitar as análises e as conseqüentes tomadas de decisões administrativas. Ora os dados são incompletos, ora inacessíveis, ora incompatíveis entre si, para não citar os falsos e os inexistentes. Não havendo uma norma preestabelecida, de aceitação geral, os dados disponíveis variam de qualidade conforme os critérios (ou falta de) na sua elaboração. (MIRANDA, 1993, p. 32).

Carvalho (1981), na obra *Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias*, fez uma análise da situação das instituições quanto ao planejamento, atividade esta que somente nos anos 1980 passou efetivamente a fazer parte das discussões biblioteconômicas. No estudo a autora buscou sistematizar padrões mínimos para que as bibliotecas universitárias brasileiras conseguissem cumprir sua missão junto às universidades, a partir do planejamento bibliotecário. Entre os padrões sugeridos estavam orçamento, pessoal, espaço físico, acervo, processos técnicos, referência, listas-padrão e bibliografia mínima.

O trajeto das bibliotecas universitárias brasileiras, como se vê, encontrou e ainda enfrenta muitas dificuldades. Contudo, muitas iniciativas positivas foram tomadas:

Na década de 1970, a iniciativa dos diretores das Bibliotecas Centrais das universidades resultou na formação do Grupo de Implantação da Comissão Nacional de Diretores das Bibliotecas Centrais Brasileiras em 1972 e na criação, em agosto de 1973, da Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias Brasileiras (ABBU) que, dentre outros objetivos visava estudar os problemas das bibliotecas universitárias com a finalidade de formular uma política nacional para seu desenvolvimento. (CUNHA; DIÓGENES, 2016, p. 104).

A criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), por meio do decreto presidencial N°35.124 de 27 de fevereiro de 1954, representou um momento importante para as bibliotecas universitárias, para a Biblioteconomia brasileira e para o desenvolvimento científico. Pelo decreto, as finalidades do IBBB eram:

- A- Promover a criação e o desenvolvimento dos serviços especializados de bibliografia e documentação;
- B- Estimular o intercâmbio entre bibliotecas e centros de documentação nos âmbitos nacional e internacional;
- C- Incentivar e coordenar o melhor aproveitamento dos recursos bibliográficos e documentários do país tendo em vista, em particular, sua utilização na informação científica e tecnológica destinada aos pesquisadores. (BRASIL, 1954)

Entre as atividades que o IBBB deveria desenvolver estavam:

- A- Publicação de boletins bibliográficos;
- B- Prestação de serviços de referência especializados;
- C- Manutenção de serviço de catalogação cooperativa;
- D- Organização de um catálogo coletivo dos recursos bibliográficos do País;
- E- Preparação de bibliografias especiais, solicitadas pelo Conselho Nacional de Pesquisas, pela Fundação Getúlio Vargas, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público e entidades colaboradoras do Instituto;
- F- Publicação de guias gerais das fontes de pesquisas bibliográficas;
- G- Cooperação, no campo da pesquisa do intercâmbio bibliográfico e da documentação, com as entidades especializadas pelo País e do exterior;
- H- Serviço de reprodução fotográfica (duplicação de documentos necessários às pesquisas);
- I- Desenvolvimento de cursos de formação e aperfeiçoamento em Biblioteconomia e Documentação. (BRASIL, 1954)

Outras iniciativas como a criação de espaços para debater problemas e encontrar soluções para as questões da biblioteca universitária se consolidaram com o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), em 1979, e o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, em 1986, que contribuíram para que as bibliotecas universitárias ganhassem a devida importância no cenário brasileiro como parceria indispensável para o desenvolvimento científico e tecnológico do país (CUNHA; DIÓGENES, 2016).

A partir de 2004, com a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a estrutura das bibliotecas universitárias brasileiras passaram a compor importante aspecto a ser avaliado nos cursos de graduação. Em 2006, com o Decreto N. 5773, o qual dispunha sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino, foram determinados quais quesitos seriam avaliados nas bibliotecas:

Com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos. (BRASIL, 2006)

Na prática, as chamadas “Visita Mec” analisam o quanto a biblioteca está alinhada com o curso que está sendo avaliado. Este alinhamento diz respeito à presença da bibliografia básica e complementar no acervo, se a quantidade é suficiente para atender aos alunos, se é atualizada. A avaliação é feita mediante análise de relatórios e observação do acervo nas estantes. A bibliografia é avaliada também no meio digital, em que se verificam os títulos que a biblioteca disponibiliza por meio de suas bases de dados. Além da bibliografia dos cursos, são avaliadas também as instalações físicas das bibliotecas e recursos tecnológicos.

Neste novo cenário criado a partir de 2006, com visita obrigatória dos avaliadores do Ministério da Educação às instalações das bibliotecas universitárias, fica claro o quanto estas bibliotecas representam para uma boa

avaliação dos cursos superiores, diferente do que ocorreu em 1968 com a Reforma Universitária, em que a biblioteca não recebeu devida atenção para auxiliar no desenvolvimento do ensino superior no país.

As mudanças pelas quais passaram as bibliotecas universitárias federais brasileiras desde o começo das primeiras universidades do país até os dias de hoje (2018) foram enormes. A automatização e a informatização de muitos processos, como a catalogação, serviço de empréstimo, referência digital, etc., modificaram as rotinas de trabalho, tornando os serviços mais ágeis. O desenvolvimento das tecnologias da informação, informação em rede, catálogos *online*, repositórios digitais, bases de dados e novos formatos de publicação facilitaram muito o trabalho dos bibliotecários e ajudam as bibliotecas a cumprirem sua missão. Estes novos recursos representam também um desafio no sentido de que aquelas bibliotecas que não se adaptam a esta nova realidade que gera demandas, provavelmente perderão valor frente ao seu público alvo, e frente à sociedade. Cabe aos administradores das bibliotecas e a comunidade bibliotecária a luta pela valorização das bibliotecas e pela prestação de serviços de qualidade, atingindo um número cada vez maior de usuários de forma física ou remota.

2.4 MEMÓRIA

Escrever sobre memória requer, antes, a definição de um enfoque. O tema pode ser estudado por diversas áreas do conhecimento. Na presente pesquisa o tema será abordado no âmbito da biblioteca universitária, com enfoque na preservação da memória institucional e no campo da Ciência da Informação. Buscando na literatura voltada para as ciências sociais podemos encontrar muitas definições e contextos que podem caracterizar a memória, assim como objetos, monumentos, lugares de memória, e sobretudo pessoas, como aponta Nora (1993). Para este autor, a memória

É a vida, sempre carregada por grupos vivos, e neste sentido ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas,

vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível a longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p.3).

Para Le Goff (2003), a memória pode ser definida da seguinte maneira:

Fenômeno individual e psicológico, a memória liga-se também à vida social. Esta varia em função da presença ou da ausência da escrita e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado, produz diversos tipos de documentos/monumentos, faz escrever a história e acumular objetos. A apreensão da memória depende deste modo do ambiente social e político: trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos que falam do passado, em suma, de certo modo de apropriação do tempo. (LE GOFF, 2003, p.419).

Meneses (1999), ao escrever sobre memória, argumenta que ela estaria em crise diante de tantas perspectivas e abordagens, e afirma que ela está viva, seja como prática ou como representação.

Isso, porém não significa estabilidade e nem mesmo situação de equilíbrio e tranqüilidade. Pelo contrário, seu status é extremamente problemático a ponto de muitos especialistas, como Richard Terdiman, diagnosticarem no mesmo quadro delineado uma verdadeira crise da memória na sociedade ocidental. (MENESES, 1999, p. 13).

Para tentar entender o quadro crítico da memória, o autor estabelece quatro dimensões consideradas marcas mais salientes:

Dimensão epistemológica: está relacionada com a noção que se tem do passado e das relações deste com o presente. A crise nesta dimensão está vinculada à questão da representação na modernidade, em que o sujeito não se reconhece dentro de um fluxo contínuo da história;

Dimensão técnica: é uma crítica sobre os processos de externalização da memória, passando as sociedades da tradição oral para a tradição escrita. Para Platão, a escrita enfraquece a memória, pois é guardada “fora do homem” (MENESES, 1999. p. 15);

Dimensão existencial: diz respeito às tentativas de representação do passado, muitas vezes anacrônicas. Há aqui uma crítica em relação aos lugares de memória, pois tais lugares não seriam capazes de reproduzir as memórias; criam apenas representações;

Dimensão política: crítica à comunicação de massa em que tudo é urgente, para o aqui e agora. A memória não se concretiza e não tem representatividade devido ao imediatismo dos fatos.

Dimensão socioeconômica: diz respeito aos aspectos e implicações da economia da informação, o que afeta também os centros de memória; abrange ainda o controle dos meios de comunicação e da indústria cultural, bem como a circulação de documentos e dados.

Entre os teóricos que pesquisaram sobre memória se destaca Maurice Halbwachs, o qual tem uma obra de referência, *A memória coletiva*, publicada em 1950, após sua morte. Nesta obra Halbwachs nos dá uma noção de memória coletiva, e afirma que esta é uma experiência em grupo, a qual resulta numa construção social representativa de um grupo ou sociedade. Na memória coletiva nem todos os fatos importantes são lembrados por todos, visto que tais fatos podem ser percebidos e sentidos de maneiras diferentes.

A memória coletiva de certa forma se assemelha com a memória institucional, tema deste trabalho, no sentido de ocorrerem no âmbito da coletividade. Em outras palavras, é um fenômeno social. “Para se lembrar, precisa-se dos outros.” (RICOEUR, 2010, p.130).

Mas o que seria a memória e qual a sua importância para a história dos indivíduos, grupos, pessoas e para a humanidade como um todo? De maneira simples, pode-se dizer que a memória é a capacidade de registrar acontecimentos e fatos marcantes em nossas vidas e os rememorar a partir de novas situações. A lembrança pode ser voluntária ou involuntária (SILVEIRA, 2010). Izquierdo (2002, p.9) afirma que memória é a “aquisição, a formação, a conservação e a evocação de informações”. No entanto, acredita-se que a memória esteja além desta equação, no sentido de que mais que “informação”, a memória carrega em si um amontoado de sensações, emoções, sentimentos, dores e prazeres. Pode ser observada por diversas lentes, ou seja, pode ser estudada por diversas áreas do conhecimento: Neurologia, Psicologia, Sociologia e Comunicação, entre outras. Como uma construção social, a memória pode ser coletiva, institucional, local e também nacional; depende do enfoque que se deseja trabalhar.

No âmbito do sujeito temos a memória individual, que coexiste com a memória coletiva, e também a chamada memória subterrânea, enraizada em cada um, mas que se coloca como uma memória de excluídos e que se opõe à memória dita oficial. Pollak (1989) afirma que as memórias subterrâneas são aquelas que ficam numa espécie de limbo. Permanecem latentes à espera de uma oportunidade para emergir; quando isso acontece, contradizem aquilo que é tido como memória oficial.

Candau (2011) traz importantes contribuições para o tema memória. O autor propõe, dentro de uma perspectiva antropológica, três níveis de memória:

- 1- Protomemória ou memória de baixo nível: memória procedural, que constitui a memória repetitiva ou memória-hábito;
- 2- Memória propriamente dita ou memória de alto nível: “evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica.” (CANDAU, 2011, p.23). São os saberes, as crenças, as sensações e sentimentos.
- 3- Metamemória: diz respeito à representação que cada pessoa faz da sua própria memória; está relacionada com a identidade de cada indivíduo.

Landsberg (2004) discorre sobre as memórias protéticas, que são memórias compartilhadas mesmo que os indivíduos não tenham vivido os experimentos representados por tais memórias. Seriam lembranças não originais do indivíduo. Assim, quando alguém vê, por exemplo, um filme ou programa de televisão, têm a memória dos eventos narrados sem de fato tê-los vivido. Seriam memórias originárias da cultura de massa.

Como disposto em momento anterior, o fenômeno memória pode ser estudado em muitas áreas de conhecimento. O estudo é perfeitamente possível no escopo da Ciência da Informação. Segundo Oliveira,

A informação enquanto objeto de estudo é o atrator por excelência do conceito de memória no âmbito da Ciência da Informação no Brasil. Essa informação na maioria das vezes consubstanciada no documento aparece, também, associada a narrativas e relatos. (OLIVEIRA, 2010, p. 113).

A autora afirma ainda que os estudos sobre memória no escopo da Ciência da Informação estariam relacionados também com as etapas dos processos informacionais e com os espaços de prática profissional. No caso desta pesquisa, o foco é um centro de memória por natureza, a biblioteca universitária. Vista como uma instituição de memória juntamente com os arquivos e museus (HJØRLAND, 2000), as bibliotecas, além de salvaguardarem os registros do conhecimento, também são produtoras de registros de suas atividades.

2.4.1 Memória e identidade

Para Candau (2011), a memória coletiva está associada à ideia de representatividade, uma forma de metamemória. Contudo, esta metamemória não é a mesma usada no sentido da memória individual, pois é pouco provável que todos os indivíduos de um grupo tenham lembranças exatamente iguais de um mesmo fato. Segundo o autor, a expressão memória coletiva é por vezes associada ao conceito de identidade de grupos, utilizada principalmente para relatos sobre cultura, costumes, patrimônio de uma cidade ou aldeia, por exemplo.

A condição de homem exige que o indivíduo embora exista e aja como um ser autônomo, faça isso somente porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo como algo mais amplo – como um membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo, ao qual ele pode até não dar um nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar. (SCRUTON, 1986, p.34, tradução nossa)

Mas qual seria o conceito de identidade? Candau (2011) aponta duas possibilidades, no âmbito individual e coletivo:

Individual: pode ser um documento (carteira de identidade) com dados que identificam uma pessoa, informando nome, idade, data de nascimento etc.; identidade pode ser também uma representação, sugerindo a ideia que se tem de si mesmo; também pode ser um conceito: o de identidade individual, utilizado nas Ciências Sociais e Humanas;

Coletivo: o termo identidade é utilizado no sentido de semelhante ou de similitude; diz respeito às representações comuns entre indivíduos que se

percebem como membros de um mesmo grupo, com as mesmas origens, mesma história.

Hall (1986), ao discorrer sobre identidade cultural, a qual, no âmbito desta pesquisa, exerce influência na formação da memória institucional, distingue identidade cultural a partir de três sujeitos que foram evoluindo ao longo da história:

- a- Sujeito do Iluminismo: baseia-se na concepção de uma pessoa como um indivíduo único, centrado e unificado, dotado de consciência e ação; seu centro consistia em um núcleo interior que vinha à tona no momento do nascimento e assim permanecia ao longo da vida. Nesta concepção, a identidade cultural do sujeito era praticamente imutável;
- b- Sujeito sociológico: aqui o sujeito tem sua identidade cultural formada a partir da interação entre o eu e a sociedade. Seu núcleo representa o eu real, contudo não é auto-suficiente e autônomo para compreender a complexidade do mundo moderno. Seu núcleo sofre alterações contínuas por meio do contato entre o mundo interior e exterior, ou pessoal (individual) e público (coletivo). Para Hall, à medida que o sujeito se projeta na cultura externa e absorve seus valores como parte de si, há um alinhamento dos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos ocupados por este sujeito no mundo social e cultural. “A identidade então costura ou, para usar uma metáfora médica, ‘sutura’ o sujeito à estrutura.” (HALL,1986, p.12). A identidade é responsável por estabilizar tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que habitam, “tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis.” (HALL, 1986, p. 12);
- c- Sujeito pós-moderno: o sujeito, cuja identidade antes estava unificada e estável, encontra-se agora fragmentada, composta de várias identidades, muitas delas contraditórias. Há um conflito entre o mundo interior e exterior do sujeito, cuja identidade é formada e transformada continuamente pelos sistemas culturais que o rodeiam.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e

representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 1986, p. 13).

Hall argumenta também que a formação de um traço cultural como um dos aspectos da identidade contribui para criar padrões e formação de instituições culturais. Cita a cultura nacional, que, com suas características – a língua, as tradições – consolidam, por exemplo, a cultura dos sistemas de ensino de uma nação.

Medeiros e Bastos Jr. (2015) afirmam que “entre indivíduos, a memória é responsável por conferir sentido à vida, formar identidade e senso de pertencimento social.” (p. 213). A memória teria uma relação direta com a identidade individual ou coletiva, como afirma Le Goff:

É um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. (LE GOFF, 2003, p. 469).

Esta relação entre memória e identidade é constante também em ambientes organizacionais, cuja construção da memória está relacionada com a trajetória histórica institucional, onde se evidenciam os valores empregados nas organizações e que lhes conferem *status* junto à sociedade. “No âmbito das organizações, sobressai o aspecto identitário e unificador propiciado pela memória institucional.” (MEDEIROS; BASTOS Jr., 2015, p. 213).

2.4.2 Memória e patrimônio

A noção de patrimônio nos remete a um grande número de possibilidades. Pode-se falar em patrimônio econômico, financeiro, mobiliário, assim como se pode falar em patrimônio histórico, artístico, cultural, material e imaterial. Gonçalves (2009) afirma que a ideia de patrimônio como categoria de pensamento no sentido de posse é milenar. Não é uma invenção moderna e está presente desde o mundo clássico à Idade Média, assim como em sociedades tribais.

A noção de patrimônio histórico, artístico e cultural remete ao final do século XVIII e tem ligação direta com o surgimento da ideia de nação:

Utilizado com finalidades políticas, visando unir grupos econômica e culturalmente diferentes, integrar facções politicamente divergentes, no sentido de consolidar um projeto de nação, o conceito de patrimônio histórico nacional começou a ser forjado durante a Revolução Francesa. No decorrer das lutas revolucionárias, buscando defender da agressão e da pilhagem imóveis e obras de arte pertencentes às elites francesas, grupos interessados começaram a discutir os meios necessários para defender a integridade e manutenção desses símbolos. (RELATÓRIO FINAL..., 2008, p.8).

Leenhardt apresenta interessante reflexão sobre o termo patrimônio. Para o autor, “a essência do patrimônio reside em sua posição sobre a barreira do tempo” (LEENHARDT, 2011 p. 9). Para ele, não se pode definir patrimônio segundo a natureza dos objetos, mas a partir do momento em que determinado objeto tem sua visão modificada pela consciência social. Esta mudança de percepção sobre o objeto se dá quando o mesmo sai da esfera do cotidiano e entra em outro plano, tornando-se patrimônio, regido segundo regras determinadas ou estatutos. A partir daqui estes objetos, agora patrimônio, têm outra função. Funcionam como registros de memória e, mesmo estando no presente, representam o passado. O autor lembra-nos sobre a questão da funcionalidade que se dá ao objeto por aqueles que dele usufruem. Aqueles objetos cuja funcionalidade foi perdida tornam-se patrimônio, para os quais se produz discursos emocionados e entram no espaço da “contemplação da memória” (LEENHARDT, 2011, p.12). Para este autor, o patrimônio só aparece a partir do momento em que ele “pode existir no espaço da memória social, em que é oferecido à contemplação como uma política do tempo que põe o passado à distância” (p. 13).

Gonçalves afirma que a noção de patrimônio se confunde com a noção de propriedade, no sentido de que os objetos utilitários ou não, são associados a um dono, a um proprietário. Para o autor, muitos destes objetos carregam um significado mágico, religioso ou espiritual: “constituem de certo modo, extensões morais de seus proprietários, e estes, por sua vez, são partes inseparáveis de

totalidades sociais e cósmicas que transcendem sua condição de indivíduos.” (GONÇALVES, 2009, p. 27.)

A abordagem do patrimônio como material ou imaterial é recente e representa, de certa forma, uma sensibilidade com os aspectos imateriais da cultura; aspectos incontáveis ou intangíveis: não se pode acumular fisicamente, mas viver e presenciar. O patrimônio imaterial representa as festas, os costumes, os hábitos religiosos, a medicina popular, a culinária e a música (GONÇALVES, 2009). Para o autor o patrimônio imaterial representa um fato social total. Em muitos aspectos não é possível o tombamento de bens do patrimônio imaterial, mas é possível o seu registro e o acompanhamento de suas mudanças e evolução. Para Gonçalves, esse patrimônio é usado mais que para representar ou simbolizar; é utilizado, de certo modo, para formar pessoas. Assim, acredita-se que é parte da formação cultural de um povo, de um grupo, ou nação.

Mário de Andrade, figura das mais destacadas das artes no Brasil, ativo participante da Semana de Arte Moderna de 1922, foi um dos primeiros intelectuais a reconhecer a importância que os costumes, comportamentos cotidianos e outras manifestações populares têm para a compreensão da cultura de um povo, inaugurando as discussões sobre o tema cultura imaterial no país. Sua concepção de patrimônio, engendrada nas décadas de 1920 e 1930, foi fruto das viagens pelo interior do país e da experiência à frente do Departamento de Cultura de São Paulo. No período em que dirigiu o órgão, Mário de Andrade desenvolveu uma proposta inovadora e pioneira de coleta e registro do patrimônio não tangível, utilizando-se das novas tecnologias de gravação e filmagem para coleta e salvaguarda de documentação sobre as mais diversas formas de expressão da cultura popular brasileira. (RELATÓRIO FINAL..., 2008, p. 10)

Ainda sobre patrimônio imaterial, Abreu (2009), ao discorrer sobre os *tesouros humanos vivos* que são aquelas pessoas “detentoras do ‘saber-fazer’ e de técnicas essenciais à perenidade de expressões importantes do patrimônio cultural imaterial” (GONÇALVES 2009, p. 85), afirma por meio de metáfora que “quando morre um ancião numa comunidade tradicional, queima-se uma biblioteca inteira” (GONÇALVES 2009, p. 84). Desta forma, o autor sinaliza para a importância do reconhecimento dessas pessoas, como representantes vivos do patrimônio imaterial.

A preservação do patrimônio histórico e cultural pode ser exercida por meio do tombamento, que é o processo de reconhecimento pela administração pública federal, municipal ou estadual do valor histórico, cultural, ambiental, artístico, arquitetônico ou arqueológico do bem analisado. Podem ser bens móveis ou imóveis, assim como o patrimônio imaterial, aqui citado.

O homem, durante a sua passagem pelo mundo, desenvolveu diversas formas simbólicas, tanto artísticas quanto lingüísticas, expressas pela sua consciência. Essas formas, representadas pelos objetos, mesmo em um museu, continuam a ter vida. Analisando e estudando a cultura material, identificamos as técnicas, os usos e as diversas funções de cada objeto. Associados aos valores estéticos, históricos, simbólicos de uma época. É fundamental manter, preservar e estudar cada um desses objetos culturais. (CARLAN, 2008, p. 85).

A memória seria um patrimônio ou estaria representada pelo patrimônio? A memória como algo dizível, mas intocável, pode ser representada pelo patrimônio material e imaterial. O patrimônio material é, neste caso, a solidificação ou materialização dos fatos da memória. Constitui uma espécie de documentação que comprovaria a existência de uma memória.

O patrimônio funciona como um aparelho ideológico da memória: a conservação sistemática dos vestígios, relíquias, testemunhos, impressões, traços, serve de reservatório para alimentar as ficções da história que se constrói a respeito do passado e, em particular a ilusão da continuidade. (GUILLAUME, 1986, *apud* CANDAU, 2011, p. 158),

A história do patrimônio representa também a construção do sentido de identidade. O patrimônio se torna uma espécie de relicário onde as identidades são guardadas no passado (POULOT, 1993).

Nas instituições como um todo e nas bibliotecas neste caso, deve-se observar as diferenças quando se trata de *bem* e *patrimônio*, conceitos também utilizados no tombamento de bens históricos e culturais. Segundo Carsalade (2015), o termo “bem” possui muitos significados dependendo do contexto. Numa biblioteca, por exemplo, existem bens que constituem valor monetário, mas não necessariamente valor histórico cultural, o que não impossibilita que certos bens venham se tornar bens culturais. A transformação de um bem comum de valor monetário em um bem cultural ensejaria outros valores. O conjunto dos bens culturais representa o patrimônio cultural, ao passo que o

conjunto de bens com valor monetário representa o patrimônio no sentido de posse, aquisições feitas pela instituição.

Para Carsalade (2015), há uma tendência de associar a expressão “bem cultural” aos bens protegidos ou escolhidos para preservação. Seriam os bens que mudaram da esfera do uso para a esfera da contemplação, como afirmou Leenhardt (2011).

No caso das bibliotecas universitárias, quais objetos do seu patrimônio seriam representantes da memória institucional? Certamente muitos objetos e equipamentos trazem na sua materialidade resquícios da memória institucional. Podem ter sido utilizados em situações corriqueiras, em que a visão de contemplação não existia; havia apenas a visão do utilitarismo. Vejamos o caso dos catálogos de ficha, atualmente caindo em desuso devido à automação (mais remotamente) e à informatização (mais atualmente).

Com o desenvolvimento da automação, os catálogos apresentam-se cada vez mais em formatos legíveis por máquina e o termo arquivo substitui o termo catálogo. Eles são a memória das unidades de informação. Todas as operações dos serviços aos usuários e as de gestão têm como base a exploração dos catálogos (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 197).

Desta forma, após a automação do catálogo, o que fazer com o equipamento físico? O destino provável seria a baixa patrimonial, que é o procedimento de exclusão de bens do ativo permanente da instituição. Contudo, poder-se-ia pensar também em outro destino para tal objeto, como, por exemplo, atribuir-lhe um valor histórico e o preservar como representante da memória institucional.

FIGURA 15 - Catálogo de fichas.

Fonte: Bibliotecários Sem Fronteiras, 2017.

Assim como ocorreu com o catálogo de fichas, muitos outros objetos utilizados nas rotinas de trabalho das bibliotecas caíram em desuso. A destinação final destes objetos e a atribuição de valor histórico dependem de políticas adotadas pelas bibliotecas. Abaixo, alguns exemplos de objetos que caíram em desuso, mas que podem figurar como documentos representantes da memória institucional.

FIGURA 16 - Projetor de slides.

Fonte: GANTZ, 2017.

FIGURA 17 - Leitora de microfichas

Fonte: fotografia de Maria do Socorro Neri de Sousa, 2016.

FIGURA 18 - Máquina de datilografar

Fonte: Pinterest, 2017

2.4.3 Memória institucional

Os estudos sobre memória institucional são cada vez mais recorrentes, visto que representam um valor positivo para as instituições. Totini e Gagete (2004) informam que estes estudos tiveram início nos primeiros anos do século

XX, na Alemanha. Em meados da década de 1920 surgiu, nos Estados Unidos, a *Business Historical Society*, que deu um avanço nos estudos sobre memória nas empresas. Os termos memória institucional e memória empresarial aparecem em alguns momentos como sinônimos, e em todos os casos são vistos com bons olhos por aqueles que de alguma forma se relacionam com a empresa ou instituição, pois agregam valor à sua imagem. A história de uma empresa apresenta uma vantagem: “a credibilidade do discurso, na medida em que este não é mais discurso de complacência (as sagas, as historiografias de diretores, as ‘success stories’, etc.)” (TOTINI ; GAGETE, 2004, p. 116). Com isso, os estudos sobre memória institucional podem contribuir com algo a mais sobre as instituições e empresas, trazendo-lhes maior transparência nas transações e credibilidade frente à sociedade.

A biblioteca como uma entidade secular, que se estabeleceu há mais de 1000 anos, pode ser de fato, considerada uma instituição: do latim “*institutiōne*” (que significa “sistema; disposição”), o termo “instituição”, para além de fazer alusão à ação e ao efeito de instituir (fundar, dar começo, erigir) algo, é uma coisa instituída, isto é, estabelecida ou fundada.

Uma instituição é, pois, obra coletiva, criação social, cultural, acontecimento. São agenciamentos coletivos que se instituem no seio das relações sociais. As instituições são construídas historicamente e trazem embutidos, em seu processo instituinte, mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta que venha a garantir o seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras, que tendem à estabilidade e que obedecem a uma certa regularidade. Trata-se de reproduzir uma determinada ordem alcançada, com a intenção da manutenção dessa ordem. Tal função deve ser pensada como memória, pois introduz um ritual que deve ser reproduzido diariamente. Não se trata de repensar o passado em função do presente, mas de aproveitar do passado o suficiente para a manutenção do presente institucional. É uma memória que coexiste com o presente, que faz com que as ações passadas estejam se atualizando no presente. Há um certo passado coexistindo com o presente, como um hábito que se reproduz. (THIESEN, 2013, p.165)

Thiesen (2013) afirma que o estudo sobre memória institucional deve levar em conta alguns traços que caracterizam as instituições sociais:

Exterioridade: a instituição possui uma realidade exterior, fora dos indivíduos;

Interioridade: são incorporadas ao “eu social” presente em todos os indivíduos; a presença da instituição e seus padrões acabam se impondo aos indivíduos;

Objetividade: o objeto em questão é apropriado pela instituição que se torna sua guardiã legítima;

Coercitividade: a instituição detém poder e o exerce sobre os indivíduos, os quais podem sentir sua força diante da negativa em obedecer;

Resistência à mudança: as mudanças e transformações são inevitáveis, mesmo sendo característica das instituições a reprodução de hábitos para sua manutenção no tempo; ainda assim há resistências pelos indivíduos às mudanças;

Reprodutibilidade: é própria das instituições a reprodução de hábitos, dentro de um padrão mínimo de controle estabelecido anteriormente nas regras institucionais;

Legitimidade: a instituição em seu processo instituinte legitima-se à medida que impõe suas regras a todos aqueles que de alguma forma relacionam-se com ela; assim a instituição se fortalece, tomando corpo e fundamento;

Seletividade: como uma entidade maior, a instituição determina os discursos a serem reproduzidos. Pode-se inferir que é a instituição que determina o que será reproduzido e preservado, assim como o que será esquecido, ou ficará no silêncio;

Historicidade: a instituição existe no tempo e produz uma história composta por um legado característico, o qual vai se reproduzindo por meio de informações, hábitos e memórias entre os indivíduos dentro da instituição.

Temporalidade: “toda instituição instaura um domínio do tempo” (THIESEN, 2013, p. 193) delimitado pela reprodução, aproveitando o passado para a manutenção do presente institucional;

Conflitualidade: as relações de poder geram conflitos dentro e fora das instituições;

Socialização: uma instituição se caracteriza além de outros aspectos, pelas relações sociais típicas, próprias entre os membros que compõem o corpo da instituição.

Ao pesquisar sobre memória institucional se deve diferenciá-la de memória organizacional, utilizada de forma comum como sinônimo para a primeira.

Nesse sentido é importante não identificarmos organização com instituição, para que não se confunda o conceito de memória institucional com o de memória organizacional, pois o último tende a tratar a informação-memória privilegiando o aspecto da eficiência.(THIENSEN, 2013, p. 31).

Para Thiesen a memória institucional abrange a memória organizacional, mas não se limita a ela, pois são as relações de forças que definirão o plano institucional, que, por sua vez, definirá a organização. Thiesen (2013, p. 26), ao escrever sobre memória institucional, afirma que esta “constitui marcas, rastros ou traços que contêm informação”. A memória institucional “se plasma; é prenhe.” (p. 26). Seria um permanente jogo de informações que “se constrói em práticas discursivas dinâmicas; o instituído e o instituinte – as duas faces da instituição – fazem suas jogadas na dinâmica das relações sociais.” (THIENSEN, 2013, p. 37).

Para a autora, a memória institucional forma-se a partir dos hábitos e das práticas comuns desenvolvidas pelas pessoas dentro das instituições. Assim, pensando em uma biblioteca universitária, como se caracterizaria a sua memória institucional?

“A biblioteca é um organismo em crescimento” (RANGANATHAN, 2009, p.241) afirmou Ranganathan na quinta lei da Biblioteconomia, publicada pela primeira vez em 1931. Somente com esta lei já se pode pensar em quantos processos e procedimentos ocorrem dentro de uma biblioteca no desenvolvimento de suas atividades. Contudo, a lei está relacionada com o crescimento do acervo, mas poderia estar relacionada com a memória organizacional. Para tanto, é possível fazer também um paralelo com a memória institucional, que se formará a partir dos hábitos e práticas no desenvolvimento

dos trabalhos e carregará consigo as marcas e traços pessoais daqueles que aí desenvolvem suas atividades profissionais.

A prática das Cinco Leis da Biblioteconomia, que por si só já constitui memória e história da Biblioteconomia, seria também um traço da memória institucional das bibliotecas universitárias? São elas:

- 1- Os livros são para serem usados;
- 2- A cada leitor, o seu livro;
- 3- A cada livro, o seu leitor;
- 4- Poupe o tempo do leitor;
- 5- A biblioteca é um organismo em crescimento.

A memória institucional vai além dessas práticas profissionais. Estaria moldada nas práticas do atendimento ao usuário, na forma de pesquisa e organização dos catálogos, na política de empréstimo de livros, na política de seleção de material bibliográfico, nas relações humanas, nas práticas administrativas e de gestão da própria biblioteca. Molina e Valentim (2011) destacam que, na execução diária dos trabalhos em uma instituição, são produzidas milhares de informações que resultam em novos conhecimentos e num grande número de documentos, os quais, se não forem organizados, podem dispersar-se, o que acarreta prejuízo na tomada de decisões por parte da direção.

Medeiros e Bastos Jr. (2015) asseveram:

A memória institucional, por sua vez, nada mais é do que uma memória coletiva que confere características identitárias a determinada instituição e a seus membros, criando em seus integrantes um vínculo que os identifica perante a sociedade e consolida os valores que regem sua conduta. Essa memória é consubstanciada de diversas maneiras, que se evidenciam na produção de documentos, fotografias, monumentos, lugares de memória, datas de celebração, produção historiográfica, documentários, museus, publicações na imprensa e na internet. (MEDEIROS ; BASTOS JR., 2015, p. 214)

Toda atividade desenvolvida em uma instituição está de alguma forma envolta pela memória institucional, ou seja, caracteriza-se por um jeito próprio de ser feita naquela instituição. Nas bibliotecas universitárias as atividades parecem ser as mesmas, mas certamente cada instituição tem seu jeito de fazê-las. Isto

ocorre porque são atividades realizadas por pessoas diferentes, com maneiras próprias de executar tarefas semelhantes. Para González de Gomez (1990), as bibliotecas constituem sistemas de informação cuja formalidade, aspecto importante para a formação da memória institucional, dá-se em dois sentidos:

a- Primeiro, por ser institucional, ou seja, sujeita a regras e a processos de legitimação, à definição de uma “jurisdição” para o exercício de sua função dentro do contexto institucional mais amplo, e identificável por suas funções, serviços, produtos e destinatários no contexto de outras agendas de ação informativa;

b- Segundo, devido ao fato de trabalhar no domínio da comunicação formal, com registros de conhecimento ou registro de dados, e com registros de seus próprios instrumentos e rotinas.

Para Thiesen (2013), um elemento fundamental para a construção da memória institucional é a informação, elemento, segundo a autora, “mitificado, endeusado e cultuado por tantos” (THIESEN, 2013, p. 31), e que representa matéria prima das sociedades pós-modernas. A informação como elemento fundamental nas relações humanas constitui também um elemento fundamental na institucionalização, ou seja, na formalização das práticas e hábitos que permitirão o reconhecimento de uma entidade como instituição (legitimidade) frente à sociedade. Esta formalização das práticas está relacionada com a elaboração de normas e manuais escritos, os quais geram documentos que por si projetam aspectos e materializam a memória.

Na pesquisa sobre a história das instituições a consulta aos documentos internos é fundamental e pode revelar momentos cruciais na trajetória institucional. Entre estes documentos encontram-se aqueles pertencentes a chamada literatura cinzenta, que engloba documentos não encontrados no circuito convencional (editoras, livrarias). Para Cunha e Cavalcante (2008) a literatura cinzenta é representada pelo:

Conjunto de documentos impressos ou multicopiados que não são nem editados, nem difundidos comercialmente. Circulam, geralmente, na administração pública e privada, em congressos, reuniões e centros de pesquisa [...]” .(CUNHA ; CAVALCANTE, 2008, p. 230).

A expressão *literatura cinzenta* se consolidou por volta dos anos 1970, contudo, os materiais que a caracterizam começaram a se destacar por volta dos anos 1940 durante a Segunda Guerra Mundial, com os relatórios que circulavam entre grupos restritos. Eram considerados *literatura de informes* (POBLACIÓN, 1997). A peculiaridade de ser produzido fora do circuito tradicional, restrito a instituições governamentais, centro de pesquisa e outros, fora das editoras, restringia o acesso aos documentos da literatura cinzenta. Entretanto a partir dos anos 1990 com o desenvolvimento das tecnologias de informação e Internet muitos desses documentos são atualmente encontrados facilmente nos repositórios institucionais, em bibliotecas digitais e outros sites por meio de mecanismo de busca na Internet. Desta forma a expressão literatura cinzenta se transformou desde o princípio de sua adoção até os dias hoje (ano de 2018), quando já não mais figura como documentos quase secretos. Os documentos compartilhados em rede chegam mais rapidamente a um número maior de pessoas e instituições interessadas, acelerando a produção do conhecimento e permitindo maior transparência por parte de quem os produz.

Voltando à questão da memória institucional nas bibliotecas universitárias brasileiras, estas desde o início enfrentaram dificuldades para se afirmar. As memórias destas bibliotecas contêm um legado de histórias sobre a luta pelo desenvolvimento e manutenção de acervos, bem como a busca por novas tecnologias que permitiram o avanço da Biblioteconomia e melhores condições para a prática profissional. Miranda (1978), ao discorrer sobre a problemática do planejamento nas bibliotecas universitárias, argumenta:

Cada instituição tem suas características próprias, suas tradições e até mesmo barreiras psicológicas que são o produto de sua ideologia – ou para ser mais preciso – do ideário dos que a forjaram e nela imprimiram sua personalidade, assim como a influência de seus novos líderes. (MIRANDA, 1978, p. 10)

Toda a trajetória das bibliotecas traz em si fragmentos da memória institucional. A construção do prédio, o primeiro livro, o mobiliário, os funcionários, a documentação produzida diariamente. A questão a ser discutida

é: o que se faz com estas memórias? Como as bibliotecas universitárias lidam com os registros (documentos) de seus sucessos ou fracassos?

2.4.4 Memória institucional e esquecimento

Pollak (1989), ao discorrer sobre o esquecimento, observa que há um constante processo de seleção na memória e também uma espécie de negociação entre a memória individual e a coletiva dos indivíduos. Para Halbwachs (2006, p. 72), “a memória coletiva sempre contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas”. O esquecimento representa o ato ou efeito de esquecer, perder a memória (DICIONÁRIO ONLINE DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2017). As possibilidades de sua ocorrência, ao que parece, dependem dos valores e significados dos fatos ocorridos para os indivíduos. Inimigo da memória, o esquecimento, por vezes objeto de medo e tentação, impõe-se sempre sobre as lembranças e pode ser um alívio para estas (CANDAU, 2011).

Muitos projetos de memória têm por objetivo evitar que os erros do passado se repitam. Contudo, o ato de rememorar pode ser traumático para quem o faz, especialmente quando se trata de situações de violência e guerras, por exemplo. Para Araújo e Santos “memória e esquecimento também envolvem questões éticas e morais” (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p. 102-103) e o “esquecimento, em alguns casos, pode ser não só uma escolha, como também uma dádiva.” (p. 103).

Candau (2011) considera que nem sempre o esquecimento representa uma fragilidade da memória ou um fracasso no resgate do passado. Tampouco as memórias esquecidas representam um “campo de ruínas”, pois podem ser também um “canteiro de obras”. O esquecimento pode ser o “êxito de uma censura indispensável à estabilidade e à coerência da representação que um indivíduo ou os membros de um grupo fazem de si próprios.” (CANDAU, 2011, p. 127).

No contexto da pesquisa, a questão do esquecimento tem um peso comprometedor para a imagem da instituição, desde que o constructo da memória institucional seja usado de forma a agregar positivamente a posição da instituição frente à sociedade, pois aquilo que não traz boas memórias tende a

ser esquecido. Os projetos de memória são importantes por conseguirem resgatar a trajetória e os valores de uma instituição e, principalmente, evitar que erros cometidos no passado se repitam no futuro. Segundo Pollak (1989):

Nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito que, por não poder se ancorar no momento alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas. O passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida. (POLLAK, 1989, p.9)

Primo Levi¹⁶ afirma que a memória humana é maravilhosa, contudo é falha:

As recordações que jazem em nós não estão inscritas na pedra; não só tendem a apagar-se com os anos, mas muitas vezes se modificam ou mesmo aumentam, incorporando elementos estranhos. Sabem-no bem os magistrados: quase nunca sucede que duas testemunhas oculares do mesmo fato o descrevam do mesmo modo e com as mesmas palavras, ainda que o fato seja recente e nenhum dos dois tenha interesse em deformá-lo. (LEVI, 1994, p.19).

Existem, desta forma, os lapsos e as versões diferenciadas da memória e que, no momento de registrá-las, é importante questionar a veracidade dos fatos e também quem será beneficiado ou não com o esquecimento. Sobre este aspecto, Pollak (1989) discorre sobre as memórias subterrâneas, quais sejam, aquelas desfavorecidas frente às versões oficiais dos fatos, mas que continuam existindo de forma latente. São as memórias dos grupos menores, que têm significado, mas com pouca representatividade. No contexto das instituições, “seriam aqueles fatos, documentos ou pessoas que não alcançaram o *status* de memórias” (NASSAR, 2008, p. 116).

No ambiente das instituições, o esquecimento pode ocorrer por diversos fatores, tais como a inexistência de documentos, perda ou destruição, afastamento de pessoas ou testemunhas, destruição de instalações, máquinas e

¹⁶ Primo Levi, 1919-1987, judeu italiano, foi um dos poucos sobreviventes do Campo de Concentração de Auschwitz.

objetos, enfim, pela ausência de artefatos que representam de alguma forma a instituição. (NASSAR, 2008).

Cabe ressaltar que o esquecimento pode ser resultado das escolhas feitas por aqueles que vão narrar a História. Contudo, levando em conta que a memória não é um depósito de registros de tudo o que aconteceu e que a História é uma narrativa a partir da memória (WORCMAN, 2004), então o esquecimento é assim inevitável. Mas pode ser remediado por meio de ações efetivas como a criação de grupos de trabalhos e iniciativas de projetos de preservação da memória das instituições.

2.5 SOBRE O CONCEITO DE DOCUMENTO NO CONTEXTO DA PESQUISA

Uma estrela é um documento? Um seixo levado pela torrente é um documento? Um animal vivo é um documento? Não. Mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras em um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos em um zoológico. (BRIET 1951, p. 7, tradução nossa).

Uma reflexão sobre o conceito de documento se faz necessária para entender o seu uso no contexto da memória institucional nas bibliotecas universitárias. Os objetos considerados *documentos* são comuns nas bibliotecas e, por isso, acredita-se, podem ser eleitos como representantes da memória institucional. Como uma designação mais abrangente, tais documentos ou objetos podem ser entendidos como artefatos, caracterizados pela sua materialidade.

Os artefatos são frutos da ação humana, em que se registra um tipo de linguagem, a visual, que é uma forma de comunicação e expressão. E como expressão comunicativa, caracteriza a cultura produtora, um recurso que responde a uma necessidade informacional, é documento e fonte de informação. (GONÇALVES, 2016, p.82).

Pode-se dizer desta forma que a memória pode ser percebida a partir das informações contidas nos artefatos, cuja materialidade no contexto da pesquisa se dá nos documentos. Documentos estes, observados a partir de quatro áreas: Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e da Documentação.

Para Bellotto (2006, p.35) o documento “é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa”. Seria o livro, o artigo, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a escultura, a fotografia, o filme, etc. Segundo a autora a forma ou função do documento é que determina seu uso e armazenamento, se pelo arquivo, museu, biblioteca ou centro de documentação. Sobre a distinção entre estas instituições, a autora afirma que se produzem,

A partir da própria maneira pela qual se origina o acervo e também do tipo de documento a ser preservado: pela biblioteca, os impressos ou audiovisuais resultantes de atividade cultural e técnica ou científica, seja ela criação artístico-literária, pesquisa ou divulgação; pelo arquivo, o material de uma gama infinitamente variável (desde uma tabuleta assíria ou um relatório impresso de empresa até as provas-objeto de um processo judiciário), oriundo de atividade funcional ou intelectual de instituições ou pessoas, e produzido no decurso de suas funções; pelo museu, os objetos que tanto podem ter origem artística quanto funcional. (BELLOTTO, 2006, p.36).

Quanto aos documentos dos centros de documentação, Bellotto (2006) afirma que esses representam no que diz respeito à origem e aos fins, um somatório dos documentos comuns em arquivos, bibliotecas e museus. A finalidade do centro de documentação seria informar com propósitos culturais, científicos, funcional ou jurídico, de acordo com o material reproduzido ou referenciado.

Considerando os artefatos e documentos presentes nas bibliotecas universitárias, os quais podem de alguma forma constituir resquício da memória institucional, seguem considerações a partir da Documentação, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

2.5.1 Documento na perspectiva da Documentação

Em sua obra singular, *Traité de Documentation*, publicada em 1934, Paul Otlet apresenta a mais completa descrição sobre a Documentação e o documento em si. A Documentação é descrita tanto como um corpo sistemático de conhecimento como uma técnica.

A Documentação na visão de Paul Otlet é constituída por uma série de operações distribuídas entre pessoas e organismos diferentes, quais sejam, “o

autor, o copista, o impressor, o editor, o livreiro, o bibliotecário, o documentador, o bibliógrafo, o crítico, o analista, o compilador, o leitor, o pesquisador, o trabalhador intelectual”. (OTLET, 1937, p.1). A Documentação estaria presente em todas as partes: nas universidades, nas bibliotecas, na sociedade, em lugares onde se coleciona (Museu), ou em locais de pesquisa (Laboratório), onde se administre (Administração), e também nas oficinas de trabalho.(OTLET, 1937) . A Documentação é composta por áreas que se combinam:

- a- Documentos particulares
- b- Biblioteca
- c- Bibliografia
- d- Arquivos
- e- As coleções dos museus
- f- Documentos não bibliográficos ou gráficos
- g- Enciclopédias

Otlet de forma simples caracteriza o documento como “um suporte de determinado material e dimensões em que estão registrados dados intelectuais” (OTLET, 1934, p. 43, tradução nossa). Otlet discorre ainda sobre o *Biblion*, *Bibliogramme* ou *Document*, que abrange tipos diversos: volumes, brochuras, revistas, artigos, cartas, diagramas, fotografias, impressões, patentes, estatísticas, discos, filmes cinematográficos.

Na concepção de Otlet para o termo *documento*, cabem todos os exemplos documentais objetos de estudos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Difere, contudo, a forma de organização e deve-se considerar o documento como uma representação da realidade “em forma literária (a bibliografia, a escrita, o texto), ou gráfica ou plástica (o ícone, a imagem)”. (OTLET, 1934, p. 372, tradução nossa). O documento seria:

O livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música. É também atualmente o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica. (OTLET, 1937, p.1).

Ainda sobre o documento Otlet discorre sobre os seus componentes:

1° Elementos materiais: substância, matéria, forma. Diz respeito ao suporte e formato;

2° Elementos gráficos: texto, escrita fonética, ilustrações, imagens, fotografias, esquemas, diagramas, etc.

3° Elementos lingüísticos: idioma do livro

4° Elementos intelectuais: retórica, gênero literário, matéria científica ou literária.

A Documentação é generosa quanto a diversidade de documentos. Abrange características documentais que vão desde o aspecto físico ao intelectual. Tais características no âmbito das bibliotecas ora pesquisadas contribuem para definir a maneira adequada para o tratamento e preservação dos documentos selecionados como representantes da memória institucional.

2.5.2 Documento na perspectiva da Arquivologia

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) o documento representa a unidade de registro de informações, independente do suporte ou formato. Duranti (2005) afirma que documento é aquele “criado (produzido ou recebido e retido para ação ou referência) por uma pessoa física ou jurídica ao longo de uma atividade prática como instrumento e subproduto dessa atividade” (DURANTI, 2005, p. 7). Em outro texto, Duranti (1994) argumenta que dois aspectos permitem a habilitação dos documentos arquivísticos como fonte de prova, quais sejam, a possibilidade de atestar ações e transações e sua veracidade, que depende das circunstâncias nas quais foram criados os documentos e sua respectiva preservação. No contexto da presente pesquisa o documento arquivístico além de toda a importância na história e uma instituição, constitui também o suporte da memória institucional.

Para Jardim e Fonseca (2005), os documentos arquivísticos:

São simultaneamente instrumentos e subprodutos das atividades institucionais e pessoais. Como tal, constituem fontes primordiais de informação e prova para as suposições e conclusões relativas a estas atividades, sua criação, manutenção, eliminação ou modificação. (JARDIM ; FONSECA, 2005, p. 125)

Como características gerais dos documentos arquivísticos, Jardim e Fonseca (2005) apontam:

- *Autenticidade*: está relacionada com o processo de criação, manutenção e guarda;
- *Naturalidade*: são produzidos naturalmente nas instituições em razão das suas atividades;
- *Organicidade*: diz respeito às relações estabelecidas a partir da criação dos documentos, seus objetivos e todo o trâmite pelos quais passaram dentro da instituição que os gerou;
- *Unicidade*: cada documento é único.

Para análise dos documentos a Arquivologia recorre à diplomática e à tipologia documental. A diplomática está relacionada com a apresentação formal dos documentos.

A Diplomática, por definição, ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial. Trata, portanto, dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras (como é o caso dos notários), são submetidos, para efeito de validade, à sistematização imposta pelo Direito. Tornam-se esses documentos, por isso mesmo, eivados de fé pública, que lhes garante a legitimidade de disposição e a obrigatoriedade da imposição, bem como a utilização no meio sociopolítico regido por aquele mesmo Direito. Assim sendo, não é possível dissociar a diagramação e a construção material do documento do seu contexto jurídico-administrativo de gênese, produção e aplicação. (BELLOTTO, 2002, p.13)

Há uma preocupação com a manutenção do padrão formal em cada espécie documental, requerendo uniformidade. Desta forma os elementos fixos deverão ser os mesmos em cada espécie. (BELLOTTO, 2006). A diplomática estabelece categorias documentais a partir de atos, os quais podem gerar:

- *Documentos normativos*: leis, decretos, estatutos, regimentos, instruções normativas, acórdãos e outros;
- *Documentos enunciativos*: pareceres, relatórios, despachos;
- *Documentos de assentamento*: atas, termos, apostilas, autos de infração;

- *Documentos comprobatórios*: certidões, traslados, atestados, cópias autenticadas;

- *Documentos de ajuste*: tratados, convênios, contratos, ajustes e termos;

- *Documentos de correspondência*: alvarás, cartas, circulares, avisos, memorandos, mensagens, editais, exposições de motivos.

Quanto à tipologia documental, Bellotto (2006, p.52) afirma que está voltada “para a lógica orgânica dos conjuntos documentais: a mesma construção diplomática em todos os documentos do mesmo tipo, para que se disponha sobre ou cumpra a mesma função”. Neste sentido a tipologia documental seria a ampliação da Diplomática considerando a origem do documento, contextualização, funções e objetivos no âmbito da instituição geradora. Para Bellotto (2002):

O objeto da Diplomática é a configuração interna do documento, o estudo jurídico de suas partes e dos seus caracteres para atingir sua autenticidade, enquanto o objeto da Tipologia, além disso, é estudá-lo enquanto componente de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade. Nesse sentido, o conjunto homogêneo de atos está expresso em um conjunto homogêneo de documentos, com uniformidade de vigência. (BELLOTTO, 2002, p.19).

Paes (2004) ao discorrer sobre a *espécie dos documentos* identifica ata, carta, certidão, decreto, edital, ofício, relatório, requerimento, gravura, diapositivo, filme, planta, mapa e outros. Sobre o *gênero dos documentos* (representação em diferentes suportes), a autora classifica-os em:

- *Escritos ou textuais*: documentos manuscritos, datilografados ou impressos;

- *Cartográficos*: documentos cujas dimensões são variáveis e podem conter representações geográficas, arquitetônicas ou de engenharia (mapas, plantas);

- *Iconográficos*: são documentos cuja mensagem é representada por imagens. Compreendem as fotografias, diapositivos, desenhos, gravuras;

- *Filmográficos*: documentos em suporte de películas cinematográficas e fitas magnéticas de imagens, os famosos *tapes*. Contém imagens em movimento

com trilhas sonoras ou não; podem ter dimensões e bitolas¹⁷ variáveis. Exemplos: filmes e fitas videomagnéticas;

- *Sonoros*: documentos cujas dimensões e rotações podem ser variáveis e contêm registros fonográficos. Exemplos: discos e fitas audiomagnéticas;

- *Micrográficos*: documentos cuja informação encontra-se em suporte fílmico, seja rolo, microficha, jaqueta ou cartão-janela.

- *Informáticos*: são aqueles documentos produzidos, tratados e armazenados em meio digital.

A partir dos exemplos citados observa-se o quanto os documentos arquivísticos podem contribuir na formação de um acervo representativo da memória institucional, pois permitem o registro de dados importantes na história da instituição desde a sua origem, estrutura e funcionamento, cabendo àqueles que vão trabalhar com a memória, sensibilidade para decidir quais documentos são mais representativos ou adequados para o entendimento da memória institucional.

2.5.3 Documento na perspectiva da Biblioteconomia

O conceito de documento na perspectiva da Biblioteconomia, segundo Tanus, Renou e Araújo (2012), passa pela ramificação da Biblioteconomia tradicional e da especializada. No conceito da Biblioteconomia tradicional o documento seria compreendido a partir da perspectiva da coleção que compõe o acervo de uma biblioteca e que durante muito tempo foi formado em sua maioria por livros, documento tradicional nessas instituições. Contudo, essa perspectiva se alterou, dando espaço a outros tipos de documentos, tais como as publicações periódicas, os folhetos, os manuscritos, as músicas impressas. Os autores acrescentam que com a editoração eletrônica as bibliotecas passaram a incorporar aos seus acervos os documentos eletrônicos ou digitais.

Para a Biblioteconomia especializada, o conceito de documento estaria mais próximo da definição oriunda da Documentação, pois os documentos

¹⁷ **Bitola cinematográfica**: refere-se à largura da película cinematográfica, expressa em milímetros. Assim, quando se diz que um filme é “em 35”, por exemplo, está-se dizendo que o filme está registrado em uma película cinematográfica cuja largura é igual a 35mm. (CENTRO TÉCNICO AUDIOVISUAL/MINC, 2017).

seriam, além dos livros, todas as demais formas documentais (TANUS; RENOU; ARAÚJO, 2012).

Ortega (2016) afirma que, no campo da Biblioteconomia, as possibilidades de objetos denominados como documentos são ampliadas para outros tipos de escritos, “mas também audiovisuais, entre outras tipologias documentais, ainda que a primazia do livro permaneça, refletindo seu papel no registro do conhecimento.” (ORTEGA, 2016, p. 51). Essa primazia do livro como documento ocorre também no campo da Bibliografia. “Na Bibliografia, o livro é central, embora os objetos de registro que o precederam também sejam considerados.” (ORTEGA, 2016, p. 50). A autora sugere que é possível encontrar facilmente na literatura e nos manuais técnicos os tipos documentais da Biblioteconomia, onde são descritos como fontes informacionais e com indicação da sua forma de descrição.

Numa definição mais genérica, Briet (1951) entende documento como qualquer indicação concreta ou simbólica, conservada ou registrada com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual.

Considerando os argumentos dos autores acima citados, percebe-se que no campo da Biblioteconomia o livro permanece como principal documento, ainda que coexista com diversos outros tipos documentais. No âmbito da pesquisa o documento livro pode representar a memória institucional mesmo que contenha apenas fragmentos e registros históricos ou pode ele mesmo ser um suporte memorialístico, como por exemplo, constar como o primeiro livro adquirido ou registrado no acervo.

2.5.4 Documento na perspectiva da Museologia

Hernández Hernandez (2006) afirma que há uma proximidade entre a Museologia e a Documentação, no sentido de que nas coleções dos museus são encontrados tipos diversos de documentos em diversos tipos de suporte (papel, pedra, osso, metal, madeira), os quais, independente do suporte, podem servir como meio para transmissão de conhecimento. Para a autora a ideia de objeto “como valor artístico, arqueológico, etnográfico e histórico passa pela avaliação

do objeto como documento e reflete uma sociedade e sua cultura.” (HERNÁNDEZ HERNANDEZ, 2001, p.75)

Padilha (2014) afirma que o documento representa a evidência de algo a alguém e que seu potencial informativo se manifesta após tratamento técnico. Define o termo documento no campo da Museologia como sendo:

Qualquer objeto produzido pela ação humana ou pela natureza, independentemente do formato ou suporte, que possui registro de informação. O documento pode representar uma pessoa, um fato, uma cultura, um contexto, entre outros. Ele se caracteriza como algo que prova, legitima, testemunha e que constitui elementos de informação. (PADILHA, 2014, p. 13).

Padilha (2014) afirma que o acervo de um museu é composto por objetos bi e tridimensionais, de tipos diversos, de aspecto etnográfico, antropológico, arqueológico, artístico, histórico, tecnológico, imagético, sonoro, virtual, de ciências naturais, entre outras possibilidades.

A decisão sobre quais objetos serão considerados documentos passa pelo processo de musealização, que é realizado pela instituição que recebeu tais objetos e, em geral, reflete os propósitos e objetivos da instituição (PADILHA, 2014). Para Loureiro e Loureiro (2013, p.1) musealização é o conjunto de processos “por meio dos quais alguns objetos são privados de sua função original e, uma vez revestidos de novos significados, adquirem a função de documento”. Desta forma, ao receber um valor documental, torna-se um objeto museológico, o qual demandará cuidados na guarda e preservação, bem como tratamento técnico.

Para Desvallées e Mairesse (2013, p. 58), “a musealização produz a musealidade, valor documental da realidade, mas que não constitui, com efeito, a realidade ela mesma”. Para estes autores, a musealização é uma atividade científica dentro de um museu e o objeto portador de informação, ou objeto-documento musealizado, representa o cerne, o coração da atividade científica de um museu.

Pensando em um museu de uma biblioteca, os documentos museais estariam ligados a história da biblioteca. Como exemplo se pode citar o Museu da Biblioteca Nacional da Espanha, onde é possível conhecer, além da história da biblioteca, a história do livro. Segundo informações do *site* da Biblioteca

Nacional da Espanha, nos últimos anos o Museu tem reunido vasta coleção que inclui pinturas, fotografias, indumentárias, esculturas, móveis, instrumentos musicais, aparelhos de música mecânica, máquinas de escrever e ferramentas industriais relacionadas às artes do livro adquiridas ao longo da história da biblioteca.

FIGURA 19 - Uniforme grande de bibliotecário da Real Biblioteca Pública espanhola. Realizado por Lorenzo Caprile a partir dos desenhos conservados no Arquivo do Palácio Real. 2007.



Fonte: fotografia de Miriam Paula Manini. Madri, 2016.

2.6 PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Preservar a memória institucional traz consigo a ideia de resguardar a identidade de uma instituição. Preservar é garantir que a história e os valores sociais construídos ao longo de sua trajetória não serão esquecidos. Sabendo que são dois termos diferentes – empresa e instituição – na prática, o argumento da preservação se aplica para os dois termos. Para Worcman (2004), a história de uma empresa não deve ser pensada somente como registro do passado. Deve ser um marco referencial no qual se descobrem e fortalecem vínculos presentes, geram empatia com a trajetória organizacional e permitem criar expectativas. Assim, assevera:

A sistematização da memória de uma empresa é um dos melhores instrumentos à disposição da comunicação empresarial e corporativa. Isto porque as histórias não são narrativas que acumulam sem sentido tudo o que vivemos. O grande desafio está em saber utilizá-las. Se a

memória na empresa for entendida como ferramenta de comunicação, como agente catalisador no apoio a negócios, como fator essencial de coesão do grupo e como elemento de responsabilidade social e histórica, então poderemos afirmar que esta empresa, de fato, é capaz de transformar em conhecimento útil a história e a experiência acumulada em sua trajetória. (WORCMAN, 2004, p.23).

Pensando no contexto da biblioteca universitária, os argumentos da autora podem ser aplicados no sentido de que os registros da memória institucional nessas bibliotecas contribuem para o planejamento de ações futuras no que concerne à gestão de acervos, pessoas, administração e demais aspectos.

Para Halbwachs (2006), a memória coletiva sempre acontece em um contexto espacial. Assim também ocorre com a memória institucional.

Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda.(HALBWACHS, 2006, p. 170).

Por conseguinte, tal espaço conservado garantiria a preservação dos artefatos memorialísticos, permitindo o possível registro da memória institucional.

A preservação da memória institucional pode se dar baseado em programas e suas diretrizes no sentido de realizar todas as medidas possíveis de forma a proporcionar a segurança dos documentos, patrimônio e artefatos da memória. Em 1986 foi lançado em Viena durante a Conferência sobre preservação e conservação de materiais em bibliotecas, o *IFLA core programme on preservation and conservation*. O programa tinha como objetivo trazer o tema da preservação à tona, no sentido de despertar nos bibliotecários e em toda a equipe de profissionais das bibliotecas, bem como em seus usuários, a consciência da importância da preservação dos materiais em seus diversos suportes. Entre as propostas, o programa da IFLA encorajava a pesquisa científica sobre preservação e conservação, propunha a criação de cursos para formar profissionais para atuar e propagar as idéias inerentes às práticas da

preservação, assim como para estabelecer padrões nacionais e internacionais no tratamento de acervos.

O programa da IFLA pode efetivamente contribuir para a elaboração de projetos e iniciativas de preservação da memória institucional nas bibliotecas universitárias a partir dos planos estratégicos, os quais fornecem informações que norteiam ações de preservação. Os planos apresentam estrutura clara e estão divididos em missão, metas e ações.

Em 1992 a Unesco lançou o *Programa Memória do Mundo*, cujo objetivo é a preservação do patrimônio documental mundial. Para alcançar seus objetivos o programa traz como estratégias:

- 1- **Identificação do patrimônio documental:** identificar possíveis registros, documentos e acervos importantes e que possam compor o patrimônio documental mundial;
- 2- **Sensibilização:** despertar a conscientização nas pessoas sobre a importância da preservação do patrimônio documental;
- 3- **Preservação:** desenvolvimento e apoio aos projetos de preservação;
- 4- **Acesso:** incentivar as instituições que guardam o patrimônio documental a promover acesso aos seus acervos por meio de produtos ou serviços;
- 5- **Estruturas, estatuto e relações:** fortalecimento do programa por meio da criação de relações institucionais com a criação de comitês regionais nacionais e internacionais.

As estratégias propostas pelo programa da Unesco acredita-se, podem ser adaptadas para uma realidade menor, no caso as bibliotecas universitárias, servindo como base para o desenvolvimento de iniciativas de preservação da memória institucional nessas bibliotecas.

Uma medida também possível é o desenvolvimento de projetos. Segundo o *Project Management Institute* (PMI, 2017), um projeto “é um conjunto de atividades temporárias, realizadas em grupo, destinadas a produzir um produto, serviço ou resultado únicos”. Um projeto de memória institucional representaria um conjunto de ações orquestradas, determinando o “que, quando, onde e quem”, especificando passos ou etapas a serem realizadas visando à

preservação de documentos e patrimônio representativos da memória da instituição, e como resultado a elaboração de produtos ou serviços os quais ajudariam na divulgação da memória institucional e conscientização da comunidade interna e externa sobre a importância da preservação da memória institucional.

Segundo as Diretrizes da IFLA(2004) para a conservação e manuseamento de documentos em biblioteca:

Preservação: abrange todas as áreas de gestão e financeiras, incluindo provisionamento e armazenamento, recursos humanos, políticas, técnicas e métodos envolvidos na preservação de biblioteca e de arquivo e da informação neles contida;

Conservação: práticas específicas implementadas para reduzir a velocidade de deterioração e prolongar a vida útil de um objeto intervindo diretamente na sua constituição física ou química. Alguns exemplos poderiam ser a reparação de encadernações danificadas ou a desacidificação do papel.

No campo da Arquivologia, Bellotto e Camargo (1996, p. 61) definem preservação como “uma função arquivística destinada a assegurar as atividades de acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de documentos”.

No campo da Museologia, a preservação inclui todas as operações envolvidas quando um objeto entra no museu (aquisição, entrada em inventário, catalogação, acondicionamento, conservação e, se necessário, restauração). A preservação nesse campo significa:

Proteger uma coisa ou um conjunto de coisas de diferentes perigos, tais como a destruição, a degradação, a dissociação ou mesmo o roubo; essa proteção é assegurada especialmente pela reunião, o inventário, o acondicionamento, a segurança e a reparação (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 86).

A preservação da memória institucional no contexto da biblioteca universitária pode ser realizada com a adoção de políticas e práticas com o objetivo de resguardar os acervos que representam tal memória. Em um projeto desta natureza, possíveis ações podem contemplar:

- **Identificação e organização de documentos sobre a instituição:** análise do conteúdo dos documentos, fotografias, vídeos; organização por temas, por exemplo, pessoal, administrativo, festas e celebrações, formação de acervos etc.;

- **Registro de patrimônio:** catalogação, registro, inventário dos documentos;

- **Acondicionamento e armazenamento:** escolha de itens de proteção dos documentos, de forma que fiquem protegidos contra os poluentes, a luz, a temperatura, a umidade relativa, o ataque biológico e o manuseio. Cada situação requer uma análise e depende diretamente das condições em que se apresenta o documento (SPINELLI ; BRANDÃO ; FRANÇA, 2011);

- **Higienização:** eliminação mecânica de todas as sujidades que se encontram nos documentos e dos agentes considerados causadores: cliques, oxidados ou não; excrementos de insetos; grampos metálicos; itens generalizados utilizados como marcadores de páginas; poeira e todos os elementos espúrios à estrutura física dos documentos (SPINELLI; BRANDÃO; FRANÇA, 2011);

- **Restauração:** intervenção direta, a restauração representa um conjunto de ações técnicas no suporte dos documentos; propõe-se a executar o trabalho de reversão de danos físicos ou químicos que tenham ocorrido nos documentos ao longo do tempo (SPINELLI; BRANDÃO; FRANÇA, 2011);

- **Gestão de riscos:** “atividades coordenadas para dirigir e controlar uma organização no que se refere a riscos” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2009, p. 2). No contexto da pesquisa, diz respeito à identificação, causas e possíveis soluções para os perigos e ameaças existentes e que possam de alguma forma comprometer a segurança e a existência do acervo representante da memória institucional. Representa o diagnóstico de risco dos fatores intrínsecos, ligados às características próprias do material dos documentos (composição, constituição) e dos fatores extrínsecos, ligados ao meio ambiente em que os documentos se encontram, quais sejam: fatores ambientais como luz, temperatura, umidade e agentes biológicos. Também

devem ser consideradas a ação do homem e ocorrência de sinistros, como incêndios, inundações e catástrofes naturais (LUCCAS; SERIPIERRI, 1995)

- **Planos emergenciais contra sinistros de causas naturais e humanas:** planejamento e elaboração de estratégias de como proceder nestes casos. Devem-se considerar as possibilidades de riscos, as estratégias de ação possíveis, os planos de recuperação e impacto social. Desta forma devem ser elaboradas instruções básicas para ação em casos de emergência as quais devem ser informadas e cumpridas por todo o corpo funcional. Deve-se identificar os recursos operacionais necessários para ação e treinamento da equipe. (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 2006);

- **Formação de equipe:** formação de grupo de trabalho, multidisciplinar ou não, com vistas ao desenvolvimento de projetos de memória institucional;

- **Campanhas para preservação da memória da biblioteca:** desenvolvimento de campanhas (cursos, palestras, seminários) de modo a divulgar e sensibilizar toda a equipe de trabalho da instituição, bem como a comunidade externa sobre a importância da preservação da memória institucional.

Preservar a memória institucional é garantir que os valores construídos e que representam as práticas numa instituição não se perderão e não cairão no esquecimento. Para que isso não ocorra é preciso que sejam adotadas medidas que possam garantir a preservação do patrimônio e tudo que possa representar e legitimar a memória institucional. Para Medeiros e Bastos Jr. (2015, p. 215), “a finalidade precípua da preservação dos elementos de memória é a sua propagação às gerações vindouras, pois somente assim será garantida a continuidade da Instituição”.

2.6.1 Preservação digital e memória

A preservação da memória institucional nas bibliotecas universitárias centrais, materializada nos artefatos documentais, tem impacto quando se pensa nos documentos que migram para o meio digital e também para aqueles que já nascem nesse formato. Também eles podem representar a memória institucional.

Quando se pensa em preservação digital estão implícitos os mesmos propósitos quando da preservação dos artefatos físicos. Contudo as técnicas são diferentes no que concerne ao tratamento. Entre dos desafios da preservação digital estão as mudanças e atualizações nas plataformas em que estão armazenados os documentos, assim como a questão da segurança no ambiente digital, o qual pode ser alvo de invasores e conseqüente perda ou alteração dos documentos. Para Márdero Arellano (2008) a questão da preservação digital inclui diversas frentes de trabalho entre elas o desenvolvimento de técnicas de tratamento dos dados e elaboração de políticas pelos profissionais que lidam com gestão digital. Segundo o autor os principais métodos para preservação digital podem ser divididos em dois tipos a serem desenvolvidos: métodos estruturais e métodos operacionais.

QUADRO 1 - Métodos para preservação digital

Métodos Estruturais	Métodos Operacionais
Adoção de padrões	Conservação de <i>software/hardware</i>
Elaboração de normas	Migração de suporte
Formação de consórcios	Preservação do conteúdo
Metadados de preservação digital	Conversão de formatos
Montagem de infra-estrutura	Emulação

Fonte: Márdero Arellano, 2008

Pensar em preservação digital traz atualmente o conceito de *curadoria digital*. Tal conceito representa um conjunto de ações com o objetivo de garantir a preservação de dados. Para Sayão e Sales (2012), as práticas desenvolvidas na preservação digital nos últimos anos resultaram num conjunto de conhecimentos que coadunam estratégias, abordagens tecnológicas e ações que caracterizam agora o que se entende por curadoria digital.

A curadoria digital, em resumo, assegura a sustentabilidade dos dados para o futuro, não deixando, entretanto, de conferir valor imediato a

eles para os seus criadores e para os seus usuários. Os recursos estratégicos, metodológicos e as tecnologias envolvidas nas práticas da curadoria digital facilitam o acesso persistente a dados digitais confiáveis por meio da melhoria da qualidade desses dados, do seu contexto de pesquisa e da checagem de autenticidade. Dessa forma, a curadoria contribui para assegurar a esses dados validade como registros arquivísticos, significando que eles podem ser usados no futuro como evidência legal. O uso de padrões comuns entre diferentes conjuntos de dados, proporcionado pela curadoria digital, cria mais oportunidades de buscas transversais e de colaboração. Na ótica financeira, o compartilhamento, o reuso dos dados e as oportunidades de novas análises, além de outros benefícios, valorizam e protegem o investimento inicial na obtenção dos dados. (SAYÃO ; SALES, 2012, p.185).

Jorente, Silva e Pimenta (2015) discorrem sobre a preservação da memória em ambiente digital observando os impactos e mudanças de paradigmas na forma de preservar os registros produzidos pelo homem e conseqüente percepção pela sociedade. Para os autores as possibilidades de armazenamento e preservação digital, ainda que as evoluções constantes das tecnologias e metodologias como as empregadas pela curadoria digital o permitam fazer, não garantem a perenidade dos registros da memória.

A memória em sua dimensão digital passa, então, a compor um cenário marcado por um intenso paradoxo. Sob a ameaça do esquecimento, da destruição dos documentos, de sua perda, digitalizar parece ser uma ação capaz de salvar, de evitar a destruição e o apagamento de extensas coleções e acervos textuais, imagéticos ou orais. No entanto, apenas nos subordinamos a um novo denominador para o fenômeno do desaparecimento: a tecnologia digital. Tecnologia esta que, em sua velocidade, torna obsoletos, a cada ano, um número significativo de mecanismos e ferramentas de mediação da informação. (JORENTE ; SILVA ; PIMENTA, 2015, p.128)

No desenvolvimento da preservação digital, assim como no ambiente físico se faz necessário uma série de procedimentos. Sayão e Sales (2012) afirmam, baseados na Digital Curation Centre (DCC)¹⁸, que os elementos

¹⁸ O Digital Curation Center (DCC) é um centro internacionalmente reconhecido pelo trabalho e experiência em curadoria digital. Oferece consultoria especializada e ajuda na prática as organizações de pesquisa e investigação que desejam armazenar, gerenciar, proteger e compartilhar dados de pesquisa digitais. Fonte: Digital Curation Center, 2018.

chaves da curadoria são o dado, os objetos digitais e as bases de dados ; os procedimentos ou ações que garantem as boas práticas da curadoria se dividem em três:

- 1- **Ações para todo o ciclo de vida:** descrição e representação da informação, planejamento da preservação, participação e monitoramento, curadoria e preservação
- 2- **Ações seqüenciais:** conceitualização, criação e/ou recebimento, avaliação e seleção, arquivamento, ações de preservação, armazenamento, acesso, uso e reuso, transformação
- 3- **Ações ocasionais:** eliminação, migração

Olhando pela perspectiva da memória, a curadoria digital pode contribuir além da preservação, para a rápida disseminação da cultura e da memória institucional, devido à disponibilidade em rede e compartilhamento com o maior número de usuários. Para Márdero Arellano:

A experiência de preservar documentos digitais requer um esforço especial para manter as características originais e a capacidade de servir como registro da comunicação humana. Os conteúdos preservados precisam passar por atividades que garantam a acessibilidade, armazenamento em longo prazo e interpretação de conteúdos, quando necessário. Esse tipo de gestão leva em consideração todos os tipos de conteúdo e de formato de objetos digitais. (MÁRDERO ARELLANO, 2012, p. 84)

No contexto das bibliotecas universitárias centrais, assim como em outras instituições e órgão governamentais, a produção de documentos e sua estocagem, estão atreladas ao meio digital. Os documentos produzidos nascem em meio digital e tramitam muitas vezes no mesmo ambiente. Ainda que o formato físico muitas vezes se faça presente, o formato digital é uma realidade. Os desafios da preservação agora, além dos documentos e artefatos físicos tradicionais, se estendem para o meio digital.

2.7 ATIVIDADES, PRODUTOS E SERVIÇOS GERADOS A PARTIR DOS REGISTROS DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

As instituições no decorrer de suas atividades produzem diversos documentos e em diferentes formatos. Artefatos e objetos são adquiridos para determinadas funções ou atividades. Após cumprirem os objetivos para os quais foram criados ou adquiridos, tais documentos e artefatos perdem sua funcionalidade. Desta forma podem migrar da esfera da utilidade para a esfera da “contemplação da memória” (LEENHARDT, 2011, p.12) tornando-se patrimônio integrante do acervo que representará a memória institucional.

Os acervos representativos da memória institucional podem ser organizados por categoria de documentos e artefatos, Totini e Gagete (2004) apresentam o seguinte quadro (com adaptações):

QUADRO 2 - Tipos de acervo.

Tipo de acervo	Conteúdo/Características
Audiovisual/videoteca	Fitas de áudio e/ou vídeo produzidas ou acumuladas pela instituição.
Bibliográfico	Publicações e estudos de diferentes procedências relacionados com a instituição.
Museológico	Objetos tridimensionais e documentos que carregam em si resquícios significativos para a instituição: mobiliário, equipamentos, troféus, certificados etc. Exemplo: o primeiro computador.
Fotográfico	Documentação iconográfica: fotografias, diapositivos, desenhos, gravuras.
Textual permanente	Documentos de arquivo.
Bancos de depoimentos	Registros gravados em áudio ou vídeo de entrevistas com pessoas relacionadas com a instituição.

Fonte: Totini; Gagete, 2004, p.125. (com adaptações)

Com o acervo organizado e conhecendo a trajetória da instituição, seus hábitos, práticas e cultura de forma geral, fica mais fácil planejar atividades, criar produtos e/ou serviços para a divulgação da memória institucional. Totini e Gagete (2004) indicam as seguintes:

- **Livro histórico-institucional:** contempla a trajetória da instituição e seus principais eventos. Ricamente ilustrado e com “linguagem agradável e envolvente” (TOTINI; GAGETE, 2004, p. 121), o texto deve ser mais jornalístico e menos técnico. Deve apresentar informações de acordo com seu público alvo (público interno, externo e usuários em geral no caso das bibliotecas universitárias);

- **Publicações institucionais, vídeos e CD-ROMs:** biografias de pessoas ligadas à instituição e que contribuíram para o seu desenvolvimento; histórico de setores, produtos e serviços; coletânea de depoimentos (TOTINI; GAGETE, 2004);

- **Relatórios internos/estudos de caso:** voltados para a instrução da equipe de trabalho;

- **Conteúdos publicados na Internet:** *site* institucional onde pode ser apresentada toda a trajetória da instituição;

- **Museu:** espaço onde se podem reunir itens que relatam a tradição e a história da instituição. Totini e Gagete (2004) argumentam sobre a importância de agregar ações de responsabilidade social com a implementação de atividades culturais e educativas de forma a estimular seu público alvo.

- **Exposições de produtos de suporte:** exposições temáticas, palestras, visitas orientadas, publicações de *folders*, boletins, revistas.

2.7.1 Exemplos de projetos de preservação da memória institucional nas bibliotecas universitárias

Pesquisando pelos *sites* das bibliotecas universitárias, algumas já desenvolveram projetos sobre a sua memória. Um exemplo é o projeto **Memória Documental da BU**, desenvolvido pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina a partir de 2001. O projeto começou com entrevistas

orais de diretores e ex-diretores com o objetivo de contextualizar documentos, imagens, formulários e fotografias encontrados na biblioteca.

A partir das entrevistas foi possível identificar os documentos, os quais foram catalogados em uma base de dados. Com o projeto também foram resgatados equipamentos e mobiliários antigos e que fazem parte do patrimônio da biblioteca. Com estes objetos e mobiliários a biblioteca montou um espaço para exposição com o intuito de reproduzir cenários dos primeiros anos da biblioteca, criada em 1968. Como resultado deste projeto de memória foi lançado o livro *Biblioteca universitária da UFSC: memória oral e documental* (2002).

Outra proposta sobre memória em bibliotecas diz respeito ao projeto criado pela Universidade Federal da Bahia, o qual teve início em 2003. O *Projeto Bibliotheca: Memorial da Saúde Brasileira* tinha por objetivo resgatar a memória documental e patrimonial da biblioteca da Faculdade de Medicina, fundada em 1836 e reinaugurada em 1909, após incêndio. O projeto implementou ações de seleção, higienização e restauração para posterior catalogação dos materiais.

Pesquisando sobre o tema memória institucional em bibliotecas universitárias são encontrados muitos artigos que discorrem sobre o tema, porém voltados para as universidades como um todo. Em muitos casos a biblioteca integra a memória institucional da própria universidade e é responsável pela salvaguarda dos registros da memória da universidade.

3 ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa realizada buscou identificar o modo como as bibliotecas centrais das universidades federais tratam sua memória institucional. Constituiu-se em um levantamento, cujo instrumento aplicado foi um questionário do tipo estruturado. Em pesquisa realizada no *site* do **Cadastro E-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior**, constatou-se que existem no Brasil 63 universidades federais. Estas universidades contêm um total de 630 bibliotecas universitárias, entre **centrais** e **setoriais**, segundo informações coletadas nos *sites* das próprias bibliotecas. A maioria das universidades tem suas bibliotecas organizadas em sistemas de bibliotecas. Somente duas universidades contêm apenas uma biblioteca: a Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde (UFCSPA), de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, e a Universidade Federal de Lavras (UFLA) no estado de Minas Gerais

Alguns dos Sistemas Integrados de Bibliotecas (SIBs) têm a coordenação regida pela biblioteca central; outros têm uma gerência independente, como um órgão à parte das bibliotecas. Segundo o levantamento, das 63 universidades, 42 têm uma biblioteca central.

O questionário final foi aplicado em dezembro de 2017 e janeiro de 2018. Foi enviado somente para as universidades federais que possuem bibliotecas centrais. Optou-se pelas centrais por apresentarem estrutura mais consolidada em relação às bibliotecas setoriais, as quais muitas vezes não conseguem se manter ao longo do tempo¹⁹. O questionário foi enviado para as 42 bibliotecas centrais. Desse total apenas 19 bibliotecas responderam.

¹⁹ Carvalho (1981) discorre sobre a proliferação de bibliotecas setoriais. Em geral pequenas essas bibliotecas “mantinham seus acervos fechados, inertes, organizadas de forma artesanal e intuitivas... e todas elas enfrentavam a mesma sorte de carências, sem voz, totalmente apagadas e alheias às atividades desenvolvidas por outras bibliotecas e pela própria universidade” (CARVALHO, 1981, p. 17)

QUADRO 3 - Bibliotecas centrais das universidades federais

	BIBLIOTECA
1	BIBLIOTECA CENTRAL - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)
2	BIBLIOTECA CENTRAL - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE (UFCSPA)
3	BIBLIOTECA CENTRAL - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)
4	BIBLIOTECA CENTRAL - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)
5	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
6	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
7	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)
8	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)
9	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL-MG)
10	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)
11	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
12	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)
13	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)
14	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)
15	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)
16	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
17	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
18	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE

	RORAIMA (UFRR)
19	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
20	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)
21	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)
22	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)
23	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)
24	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)
25	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP)
26	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)
27	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)
28	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)
29	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
30	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)
31	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA (UFOB)
32	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)
33	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
34	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)
35	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)
36	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)

37	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
38	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM)
39	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (UFRA)
40	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)
41	BIBLIOTECA CENTRAL - NIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)
42	BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)

Fonte: Elaboração própria

O questionário está dividido em três pequenas seções e contém quinze questões fechadas e seis questões abertas:

Seção 1: sobre o respondente;

Seção 2: sobre a biblioteca;

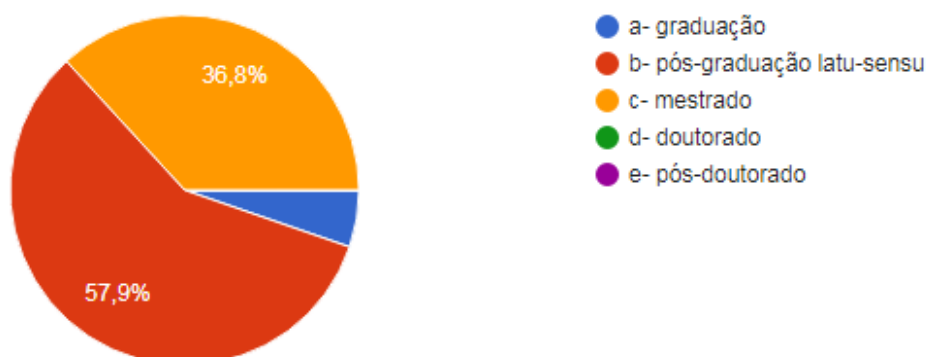
Seção 3: sobre memória institucional.

Abaixo a análise dos dados obtidos em cada questão:

SEÇÃO 1: SOBRE VOCÊ

Questão 1- Indique o seu grau de instrução:

GRÁFICO 1 - Grau de instrução



Fonte: Elaboração própria.

A maioria dos respondentes – onze ou 57.9% – tem pós-graduação *latu-sensu*; sete, 36,86% têm mestrado; somente um respondente possui apenas a graduação.

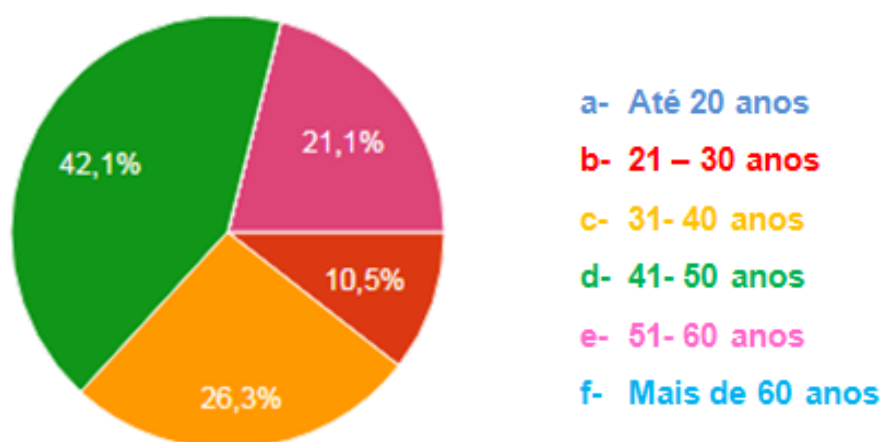
Esta questão pode ser relacionada com a questão 11 (Para você, o que significa memória institucional?), e com a questão 20 (De acordo com a sua percepção, de que modo os registros da memória institucional ajudariam no desenvolvimento da biblioteca?), no sentido de que, acredita-se, a formação acadêmica dos bibliotecários pode influenciar o ambiente de trabalho propondo ideias que possam valorizar a memória institucional.

Entre os onze respondentes que possuem pós-graduação *latu-sensu*, todos responderam o significado de memória institucional na questão 11, contudo somente nove responderam a questão 20, informando de que maneira os registros da memória institucional poderiam ajudar no desenvolvimento da biblioteca.

Entre os respondentes com grau de instrução de nível mestrado, cinco informaram o significado de memória institucional e informaram na questão 20 o modo como entendem que os registros memorialísticos ajudariam no desenvolvimento das bibliotecas.

O respondente cujo grau de instrução é graduação entende o conceito de memória institucional como “Preservação da história da instituição” e ao ser questionado de que forma os registros da memória institucional ajudariam no desenvolvimento da biblioteca, respondeu “*Demonstrando o valor de tal instituição*”.

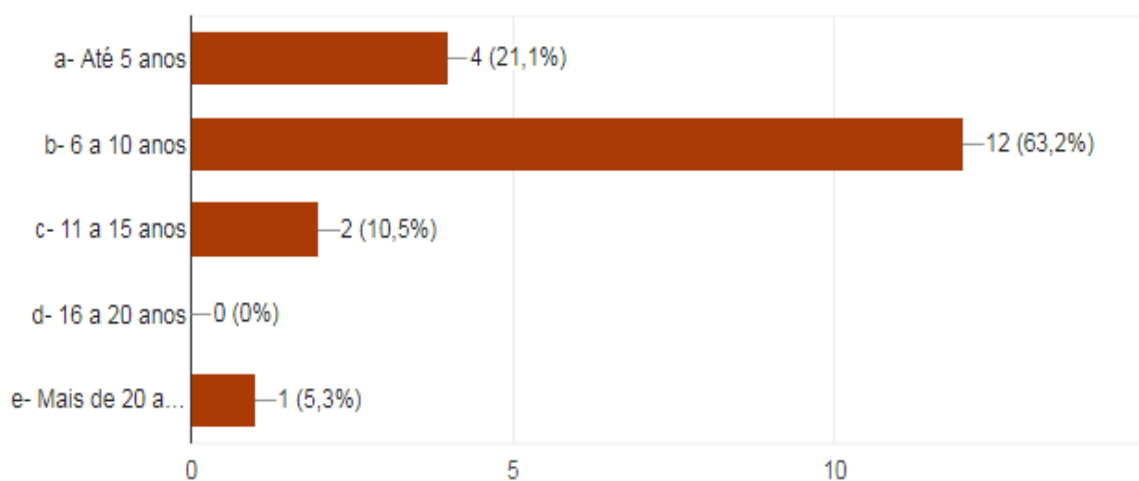
De forma geral os conceitos individuais remetem a alguma noção do significado de memória institucional, embora somente alguns respondentes tenham informado de que forma tais conceitos poderiam ajudar no desenvolvimento das bibliotecas onde trabalham.

Questão 2: Indique a sua faixa etária**GRÁFICO 2 - Faixa etária**

Fonte: Elaboração própria.

Entre os dezenove respondentes:

- 42,1% têm idade entre 41 e 50 anos;
- 21,1% têm idade entre 51 e 60 anos;
- 26,3% têm idade entre 31 e 40 anos;
- 10,5% têm idade entre 21 e 30 anos.

Questão 3: Há quanto tempo você trabalha nesta biblioteca?**GRÁFICO 3 - Tempo de trabalho na biblioteca (anos)**

Fonte: Elaboração própria.

Dos respondentes, a maioria (doze) informou que trabalha na biblioteca pesquisada entre seis e dez anos; um informou que trabalha há mais de vinte anos; outros quatro estão nos locais de trabalho há até cinco anos; somente dois trabalham entre onze e quinze anos nas respectivas bibliotecas.

As três primeiras questões buscaram identificar minimamente o perfil dos respondentes para verificar a posição deles frente ao tema da pesquisa. Chegamos à seguinte conclusão:

- 1- A maioria (onze) tem nível de instrução pós-graduação *latu-sensu*;
- 2- Faixa etária: a maior proporção (oito) é de profissionais com idade entre 41 e 50 anos;
- 3- Tempo de trabalho: mais da metade (doze) informaram que trabalham entre seis e dez anos na respectiva biblioteca.

SEÇÃO 2: SOBRE A BIBLIOTECA

Questão 4: Qual o ano de fundação da biblioteca?

QUADRO 4 - Ano de fundação da biblioteca

	Ano
Biblioteca 1	--
Biblioteca 2	1940
Biblioteca 3	1980
Biblioteca 4	1969
Biblioteca 5	1962
Biblioteca 6	--
Biblioteca 7	1975
Biblioteca 8	1973
Biblioteca 9	1959
Biblioteca 10	1976
Biblioteca 11	1976
Biblioteca 12	--
Biblioteca 13	1965
Biblioteca 14	1985
Biblioteca 15	1985
Biblioteca 16	1971
Biblioteca 17	--
Biblioteca 18	1962
Biblioteca 19	1982

Fonte: Elaboração própria.

Pelas respostas obtidas – dezenove, no total –, temos:

- uma data da década de 1940.
- uma data da década de 1950;
- quatro datam da década de 1960;
- cinco datam da década de 1970;
- quatro datam da década de 1980;
- quatro não informaram a data;

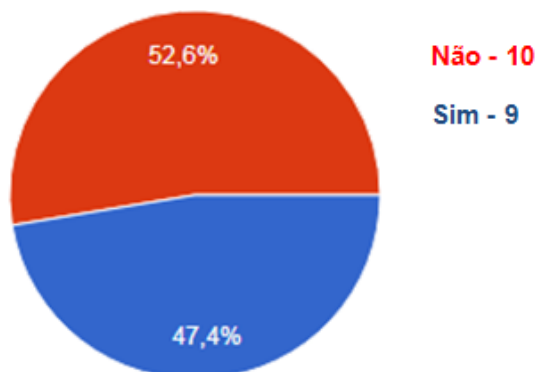
Como se pode observar pelos dados, a maioria das bibliotecas respondentes foi criada nos anos 60, 70 e 80 do século passado, após a implantação da Lei N° 1.254 de 1950, a qual dispunha sobre a federalização do ensino superior. No ano de 1968 tivemos a aprovação da Reforma Universitária no Brasil, com a Lei. N. 5.540, a qual dispunha sobre os estabelecimentos de ensino superior. Embora a referida lei não faça alusão às bibliotecas universitárias, Carvalho afirma que estas instituições foram afetadas, pois:

As atividades universitárias definidas como ensino-pesquisa-extensão demandariam bibliotecas organizadas principalmente para atender a clientela mais exigente criada com a indissociabilidade entre ensino e pesquisa e com a sedimentação da pós-graduação. (CARVALHO, 1981, p. 17).

Acredita-se também que houve expansão destas bibliotecas com a criação de bibliotecas setoriais e a implantação de Sistemas Integrados de Bibliotecas (SIBs), como ocorreu com as bibliotecas da USP e da Universidade Federal de Pernambuco, no início dos anos 1980.

Questão 5: O nome da biblioteca é em homenagem a alguém?

GRÁFICO 4 - Nome da biblioteca



Fonte: Elaboração própria

Das dezenove bibliotecas respondentes, nove tem seus nomes em homenagem a alguma personalidade. Tal fenômeno nos faz pensar que homenagear uma pessoa atribuindo seu nome a uma instituição é uma forma de prestigiá-la e permitir que a sua memória esteja presente.

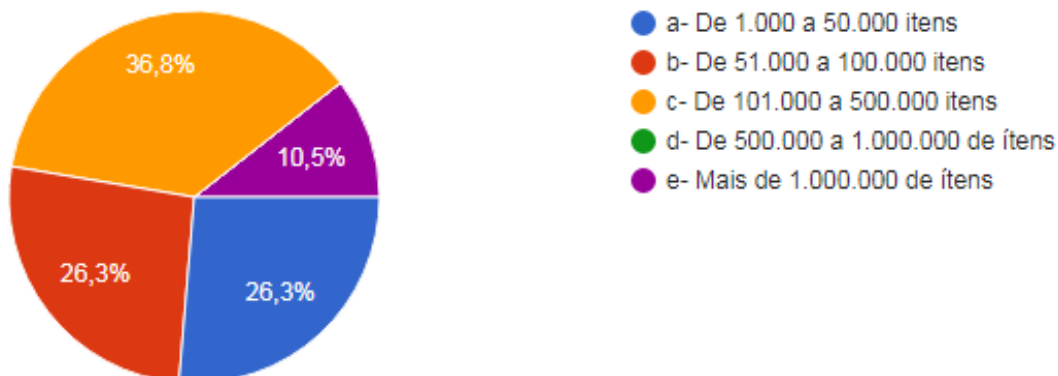
Para Candau (2011), o nome próprio de uma pessoa ou de um conjunto de indivíduos é uma forma de controle social da alteridade, pois permite distinguir indivíduos e grupos. O nome representa o lugar de inscrição social de um grupo sobre o sujeito, e também a descrição abreviada, socialmente reconhecida de uma pessoa. “O nome é sempre uma questão identitária e memorial” (CANDAU, 2011, p. 68).

Nomear é reconhecer socialmente um indivíduo ou instituição. “Fazer o nome” é agir para a posteridade, ter a esperança estéril de não desaparecer no esquecimento. “Contudo não basta nomear para identificar; é preciso conservar a memória da nomeação”, afirma Candau (2011, p. 69).

No contexto da pesquisa, acredita-se que, no ato de nomear uma biblioteca em homenagem a alguma pessoa, existe uma forma de distinção e respeito ao homenageado. De certa forma há uma relação de identidade com o homenageado. “A memória e a identidade se concentram em lugares, e em lugares privilegiados, quase sempre com um nome, e em que se constituem como referências perenes percebidas como um desafio ao tempo”. (CANDAU, 2011, p. 156).

Questão 6: Qual o tamanho do seu acervo físico?

GRÁFICO 5 - Tamanho do acervo físico da biblioteca



Fonte: Elaboração própria.

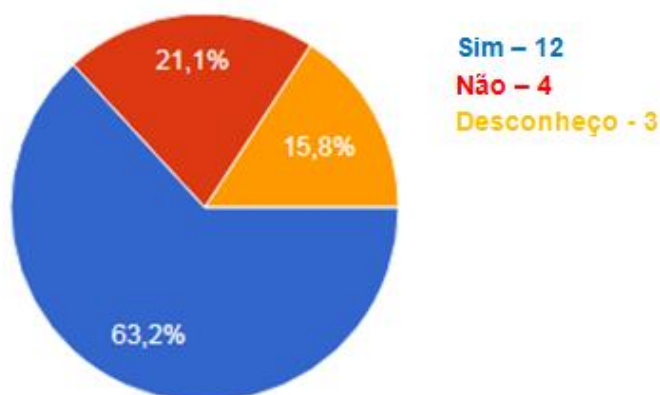
Entre as bibliotecas respondentes:

- Sete (36,8%) possuem acervo entre 101 a 500 mil itens.
- Cinco (26,3%) possuem acervo entre 51 a 100 mil itens
- Cinco (26,3%) possuem acervo entre 1000 a 50 mil itens
- Duas (10,5%) possuem acervo com mais de 1.000.000 itens.

Para fins da pesquisa foi considerada a quantidade total de itens, independente de serem duplicatas.

Questão 7: A biblioteca sofreu algum sinistro ao longo de sua história?

GRÁFICO 6 - Registro de sinistro

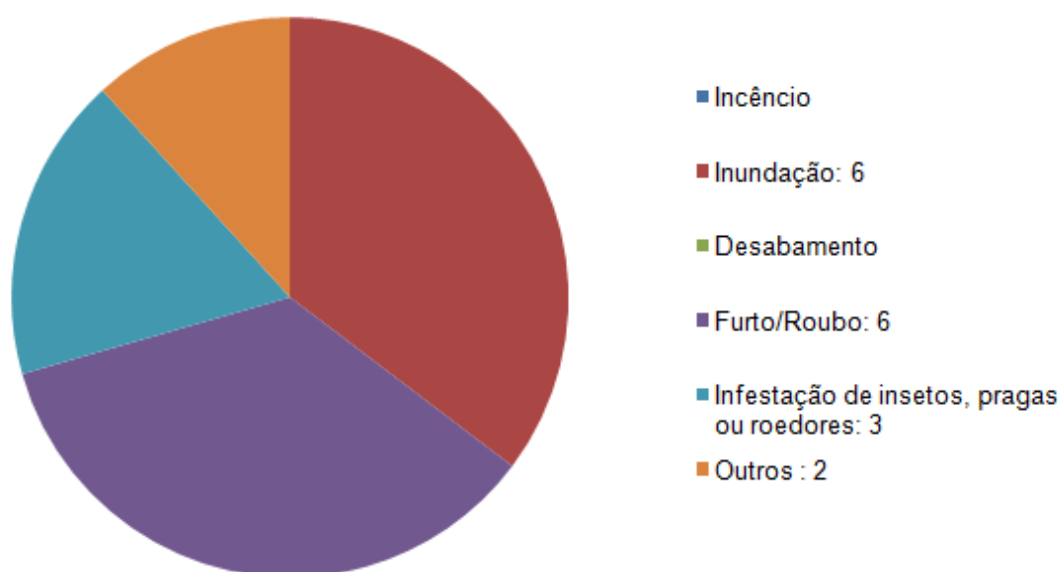


Fonte: Elaboração própria.

Dentre as dezenove respostas obtidas, doze revelaram que a biblioteca já sofreu algum sinistro; três respondentes desconhecem a ocorrência de algum sinistro; quatro respondentes afirmaram que suas respectivas bibliotecas não sofreram qualquer tipo de sinistro.

Questão 8: Se a resposta anterior foi sim, que tipo de sinistro?

GRÁFICO 7 - Tipos de sinistros



Fonte: Elaboração própria.

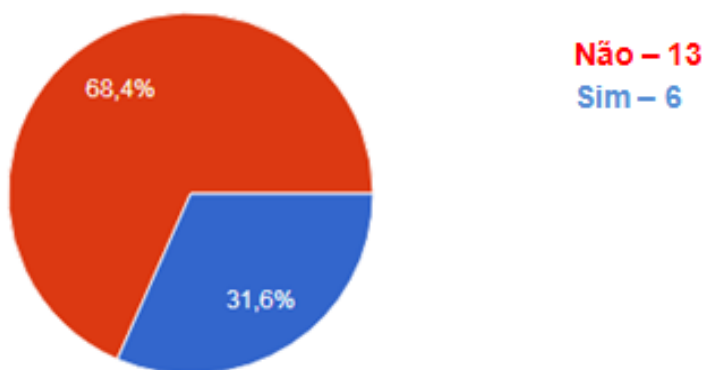
Entre as doze bibliotecas que sofreram algum sinistro, os eventos mais comuns registrados foram inundação, seguido de furto e roubo, fatos registrados em seis bibliotecas. O terceiro tipo de sinistro mais comum registrado foi a infestação de insetos, pragas ou roedores, presente em três bibliotecas. Nenhuma biblioteca registrou incêndio. Entre outras respostas, duas bibliotecas informaram a ocorrência de *tempestades* e *goteiras* respectivamente.

QUADRO 5 - Sinistros ocorridos por biblioteca

	Tipos de sinistros
Biblioteca 1	Furto / Roubo, tempestades
Biblioteca 4	Furto / Roubo
Biblioteca 5	Goteiras
Biblioteca 6	Inundação
Biblioteca 7	Inundação, Furto / Roubo, Infestação de insetos, pragas ou roedores
Biblioteca 8	Inundação
Biblioteca 9	Furto / Roubo
Biblioteca 10	Infestação de insetos, pragas ou roedores
Biblioteca 15	Inundação
Biblioteca 16	Inundação, Furto / Roubo
Biblioteca 18	Inundação
Biblioteca 19	Furto / Roubo, Infestação de insetos, pragas ou roedores

Fonte: elaboração própria

Questão 9: Existe programa de prevenção de sinistros na sua biblioteca?

GRÁFICO 8 - Programa de prevenção de sinistros

Fonte: Elaboração própria.

Analisado as respostas obtidas para esta pergunta e comparando-as com as questões 7 (Sofreu algum sinistro?) e 8 (Que tipo de sinistro?), percebe-se que:

- Das doze bibliotecas que confirmaram a ocorrência de algum sinistro, somente quatro possuem programa de prevenção;
- Entre as quatro bibliotecas que **não** sofreram qualquer sinistro, somente uma respondeu que tem programa de prevenção;

- Do total de dezenove respostas, treze bibliotecas não têm programa algum de prevenção de sinistros;

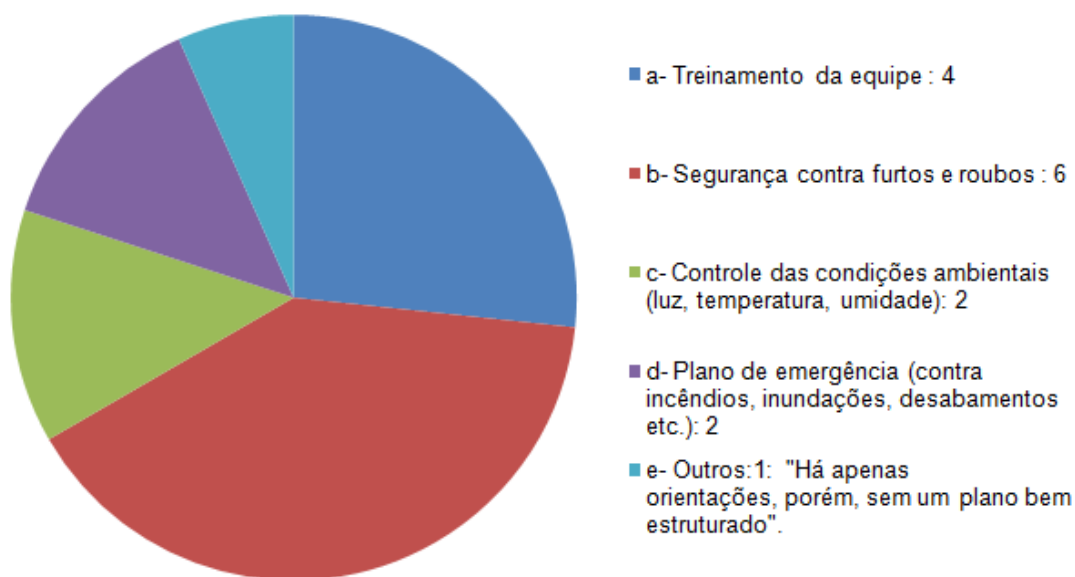
- Dentre os três respondentes que desconhecem a ocorrência de algum sinistro (questão 7), somente uma tem programa de prevenção de sinistros.

De forma geral, percebe-se que existe a preocupação com a ocorrência de sinistros, contudo, ações efetivas, como a elaboração de planos ou diretrizes para evitá-los são poucas.

Questão 10: Se a resposta anterior for sim, quais ações são contempladas?

- a- Treinamento da equipe
- b- Segurança contra furtos e roubos
- c- Controle das condições ambientais (luz, temperatura, umidade)
- d- Plano de emergência (contra incêndios, inundações, desabamentos etc.)
- e - Outros

GRÁFICO 9 - Ações contempladas nos programas de prevenção de sinistros



Fonte: Elaboração própria.

Entre as dezenove bibliotecas que responderam ao questionário, seis confirmaram que possuem algum programa de prevenção conforme questão anterior. Ao serem questionadas sobre quais tipos de ações os programas de prevenção contemplam, obteve-se apenas cinco respostas. Abaixo, as respostas quanto às ações incluídas nos programas de prevenção das respectivas bibliotecas:

QUADRO 6 - Ações contempladas nos planos de prevenção de sinistros

Biblioteca	Respostas
Biblioteca 1	<i>“Há apenas orientações, porém, sem um plano bem estruturado”.</i>
Biblioteca 2	Segurança contra furtos e roubos
Biblioteca 4	Treinamento da equipe, segurança contra furtos e roubos
Biblioteca 5	Segurança contra furtos e roubos, controle das condições ambientais (luz, temperatura, umidade), plano de emergência (contra incêndios, inundações, desabamentos, etc.)
Biblioteca 9	Treinamento da equipe, segurança contra furtos e roubos

Fonte: elaboração própria

SEÇÃO 3: SOBRE MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Questão 11: Para você, o que significa memória institucional?

QUADRO 7 - Memória institucional

Biblioteca	Resposta
Biblioteca 1	<i>No contexto informacional, entendo Memória Institucional, como sendo a coleção onde são armazenadas a produção dos membros pertencentes a uma instituição. A produção pode ser técnica, cultural, científica ou administrativa.</i>
Biblioteca 2	<i>Memória institucional é tudo que uma organização armazena de modo sistematizado a fim de preservar sua história ao longo do tempo.</i>
Biblioteca 4	É UMA FORMA DE CONSERVAR FOTOS, DOCUMENTOS, OBJETOS E A ORGANIZAÇÃO DOS REGISTROS DOS FATOS, DE FORMA A PRESERVAR A MEMÓRIA DA INSTITUIÇÃO.
Biblioteca 5	<i>Tudo o que diz respeito a sua criação, memória histórica e documental que a consolidam.</i>
Biblioteca 6	<i>A preocupação em preservar dados históricos da instituição.</i>

Biblioteca 7	<i>Tudo que diz respeito à história da Biblioteca.</i>
Biblioteca 8	<i>É uma maneira de preservar a história, firmar a identidade da instituição.</i>
Biblioteca 9	<i>É a preservação da história e da identidade de uma instituição.</i>
Biblioteca 10	<i>É o registro resguardado de toda produção intelectual e administrativa de um órgão público ou particular que poderá ser utilizado em outro momento tanto para as inovações tecnológicas quando se trata de pesquisa científica intelectual ou registros de fatos para que seja identificado em outros processos futuros ou mesmo imediatos o que motivou, como reagiu, o que foi feito para solucionar, se foi o caso, naquele momento que servirá para o resgate a continuidade dos fatos ou pesquisas</i>
Biblioteca 11	<i>Obras que de alguma forma abordam a instituição</i>
Biblioteca 12	<i>Os momentos e a trajetória da instituição registrada em documentos das mais diversas naturezas que podem ser acessados por todos os interessados ao logo do tempo sendo assegurada essa memória por meio da gestão de documentos e políticas de preservação e conservação.</i>
Biblioteca 13	<i>É a recuperação dos elementos físicos e imateriais que compõem a identidade e a história de um espaço que gera ações entre indivíduos consolidando seus significados.</i>
Biblioteca 14	<i>Guarda preservação e disponibilização de materiais técnico-científico produzidos pela instituição.</i>
Biblioteca 16	<i>A história preservada e sistematizada da Instituição e seu patrimônio material e imaterial.</i>
Biblioteca 17	<i>É preservar a história da Instituição, é dar forma a sua história, através do armazenamento de informações.</i>
Biblioteca 19	<i>É conservar, preservar e manter objetos, fotos, documentos, tudo que conta a história e o passado da instituição.</i>

Fonte: elaboração própria

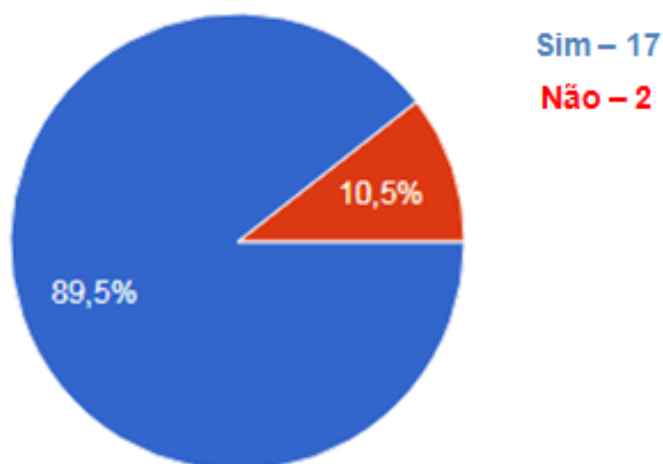
De forma geral, percebe-se que todas as respostas, embora estejam incompletas, trazem alguma noção do significado de memória institucional, considerando a afirmação de Medeiros e Bastos Jr. (2015):

A memória institucional, por sua vez, nada mais é do que uma memória coletiva que confere características identitárias a determinada instituição e a seus membros, criando em seus integrantes um vínculo que os identifica perante a sociedade e consolida os valores que regem sua conduta. Essa memória é consubstanciada de diversas maneiras, que se evidenciam na produção de documentos, fotografias, monumentos, lugares de memória, datas de celebração, produção historiográfica, documentários, museus, publicações na imprensa e na internet. (MEDEIROS; BASTOS Jr., 2015, p. 2014).

Entre os termos mais citados nas respostas temos: documentos, registros, histórico, identidade, informações e preservação. Neste contexto, todos esses termos fazem sentido para a representação da memória institucional.

Questão 12: A biblioteca tem arquivo administrativo?

GRÁFICO 10 - Existência de arquivo administrativo



Fonte: Elaboração própria.

Dentre os respondentes, dezessete têm arquivo administrativo. Relacionando esta questão com a questão 16 (Existe alguma iniciativa de projeto sobre a memória institucional da sua biblioteca?), as duas bibliotecas que não têm arquivo administrativo estão entre as bibliotecas que não

desenvolveram qualquer iniciativa ou projeto de preservação da memória institucional.

A existência de um arquivo administrativo é fundamental para a gestão dos documentos, definida segundo a Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991, artigo III, como:

[...] conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

O ciclo de vida dos documentos arquivísticos é dividido em três fases ou idades:

- **1ª fase: arquivos correntes** → conjunto de documentos em tramitação ou não, que pelo seu valor primário é objeto de consultas frequentes pela entidade que o produziu, a quem compete a sua administração;

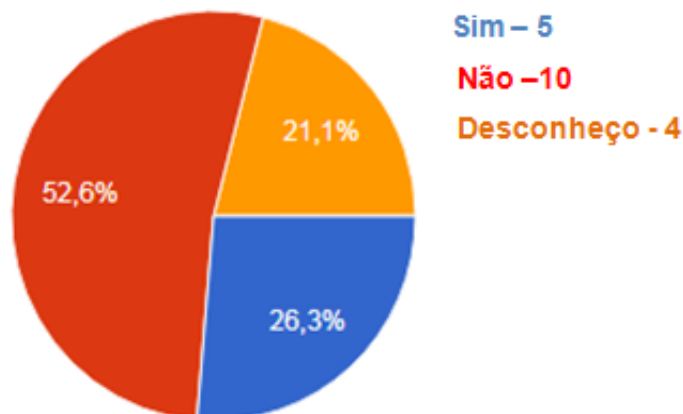
- **2ª fase: arquivos intermediários** → conjunto de documentos originários de arquivos correntes que aguarda destinação; com uso pouco frequente;

- **3ª fase: arquivos permanentes** → conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor histórico (ARQUIVO NACIONAL, 2001).

Nesta questão fica a reflexão de que a ausência do arquivo na biblioteca pode comprometer o registro da memória institucional.

Questão 13: Existe algum bem tombado (obra de arte, prédio, mobiliário etc.) na biblioteca?

GRÁFICO 11 - Bens tombados



Fonte: Elaboração própria.

O tombamento é o processo de reconhecimento, pela administração pública nas esferas federal, municipal ou estadual, do valor histórico, cultural, ambiental, artístico, arquitetônico ou arqueológico do bem analisado. Podem ser bens móveis ou imóveis, assim como o patrimônio imaterial.

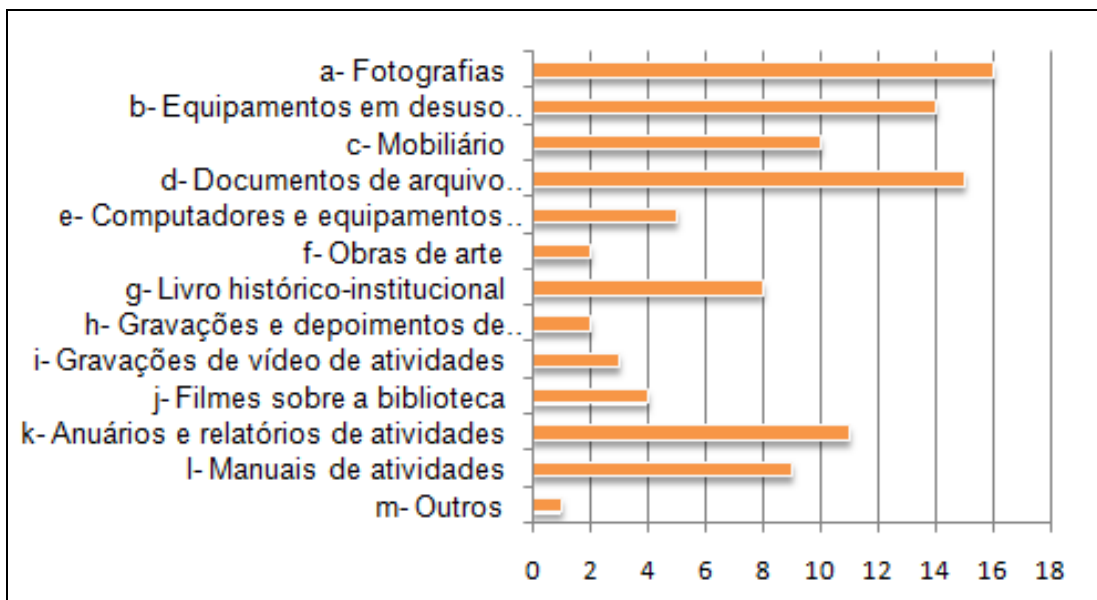
Na questão analisada, somente cinco bibliotecas afirmam possuir algum bem tombado, o que representa importante componente para a sua memória institucional. Demonstra a importância dessas instituições como locais de guarda de bens tombados e seu valor significativo na comunidade em que se encontram.

Questão 14: Que tipo de patrimônio material sua biblioteca possui e que pode representar parte da memória institucional? Marque todas as opções válidas para a sua biblioteca.

- a- Fotografias
- b- Equipamentos em desuso (catálogo de fichas, máquinas de datilografar etc.)
- c- Mobiliário
- d- Documentos de arquivo administrativo
- e- Computadores e equipamentos eletrônicos antigos
- f- Obras de arte
- g- Livro histórico-institucional
- h- Gravações e depoimentos de funcionários
- i- Gravações de vídeo de atividades

- j- Filmes sobre a biblioteca
- k- Anuários e relatórios de atividades
- l- Manuais de atividades
- m- Outros:

GRÁFICO 12 - Patrimônio representativo da memória institucional



Fonte: Elaboração própria.

Os exemplos de patrimônio material ou artefatos mais citados como representativos da memória institucional nas bibliotecas que responderam ao questionário foram:

- 1º Fotografias;
- 2º Documentos de arquivo administrativo;
- 3º Equipamentos em desuso (catálogo de fichas, máquinas de datilografar etc.);
- 4º Anuários e relatórios de atividades;
- 5º Mobiliário;
- 6º Manuais de atividades;
- 7º Livro-histórico institucional;
- 8º Computadores e equipamentos eletrônicos antigos;
- 9º Filme sobre a biblioteca
- 10º Gravações de vídeo de atividades.

11º Gravações e depoimentos de funcionários;

12º Obras de arte

Considerando as abordagens quanto ao tipo de documento, segundo a perspectiva da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, pode-se dizer que as três perspectivas estão contempladas entre os documentos apontados como representativos da memória institucional, bem como vistos pela perspectiva da Documentação.

Pelas respostas desta questão é possível constatar a tradição das bibliotecas em guardar documentos escritos, além dos livros, espécie tradicional. Todos os documentos citados são importantes e trazem em si resquícios da memória institucional. A presença de determinados artefatos nos diz também sobre quais práticas de preservação devem ser adotadas para cada tipo.

Questão 15: Patrimônio imaterial é aquele cujos aspectos são incontáveis ou intangíveis, os quais não se podem acumular fisicamente, mas se pode vivê-los ou presenciar. É representado por costumes, festas e hábitos culturais. Considerando tal definição, que tipo de patrimônio imaterial possui a sua biblioteca e que pode representar parte da memória institucional?

QUADRO 8 - Descrição do tipo de patrimônio imaterial por biblioteca

Biblioteca	Resposta
Biblioteca 4	<i>Festa de confraternização anual.</i>
Biblioteca 5	<i>Comemoração do aniversário da Biblioteca com atividades culturais e cursos que são ministrados sobre os serviços e recursos da Biblioteca durante os festejos.</i>
Biblioteca 8	<i>Desconheço</i>
Biblioteca 10	<i>As comemorações internas de confraternização de aniversariantes do mês e as confraternizações de final de ano que sempre é um acontecimento de calendário</i>

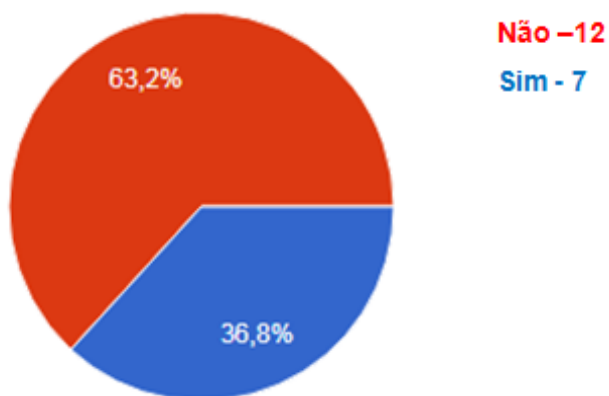
Biblioteca 13	<i>Não conheço profundamente os elementos que configurem propriamente o patrimônio imaterial da biblioteca em si, exceto talvez registros que poderiam ser coletados através de projeto de memória oral que poderiam identificar os elementos característicos dos hábitos das pessoas que frequentam o espaço.</i>
Biblioteca 14	<i>As pessoas que fazem parte da história da instituição, com suas vivências e experiências. Grande parte do conhecimento dessas pessoas vão embora com elas se não houver uma gestão de conhecimento.</i>
Biblioteca 17	<i>Poderia dizer que temos como costume realizar confraternização no final do ano ou no dia do bibliotecário, que fazem parte da nossa memória.</i>
Biblioteca 18	<i>Desconheço</i>
Biblioteca 19	<i>Experiências profissionais</i>

Fonte: elaboração própria

Para esta questão foram obtidas nove respostas. Ao que parece, os temas patrimônio imaterial e cultura imaterial são ainda pouco claros. No projeto *Formas de expressão da cultura imaterial de Pernambuco*, de 2008, realizado por meio de parceria entre IPHAN, Fundação Joaquim Nabuco, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal Rural de Pernambuco, cujo objetivo era realizar um mapeamento bibliográfico e audiovisual das manifestações da cultura imaterial presentes naquele estado, os pesquisadores observaram que o tema era pouco conhecido nas bibliotecas pesquisadas. Segundo o estudo isso ocorria porque tanto as discussões quanto a produção bibliográfica sobre o tema eram recentes. Para se ter uma ideia, os pedidos de materiais sobre patrimônio imaterial ou cultura imaterial eram quase sempre atendidos com materiais sobre folclore. No contexto da pesquisa talvez o tema ainda seja pouco conhecido ou trabalhado nas bibliotecas universitárias pesquisadas.

Questão 16: Existe alguma iniciativa ou projeto sobre a memória institucional da sua biblioteca?

GRÁFICO 13 – Iniciativas ou projeto sobre a memória institucional



Fonte: Elaboração própria.

Entre as dezenove respostas obtidas na pesquisa, somente sete afirmaram que possuem alguma iniciativa ou projeto sobre a memória institucional da respectiva biblioteca.

Questão 17: Se a resposta anterior for sim, discorra sucintamente sobre a iniciativa ou projeto.

QUADRO 9 – Iniciativas de projeto sobre memória por biblioteca

Biblioteca	Resposta
Biblioteca 2	<i>Não é específica da biblioteca em que atuo, mas do Sistema de Bibliotecas no qual ela está inserida. Os trabalhos apresentados pelos servidores do sistema de bibliotecas são inseridos no Repositório</i>
Biblioteca 3	<i>Está sendo criado o memorial da Biblioteca</i>
Biblioteca 9	<i>Temos os acervos de "Publicações da UFRN" e o de "Publicações de Autores do RN", onde preservamos um exemplar de cada título que só pode ser utilizado para consulta local; temos a "Sala Zila Mamede", que preserva a coleção particular de Zila, suas correspondências e alguns objetos pessoais, Zila foi primeira bibliotecária do RN e fundadora do SISBI/UFRN, e da nome a Biblioteca Central. Também temos</i>

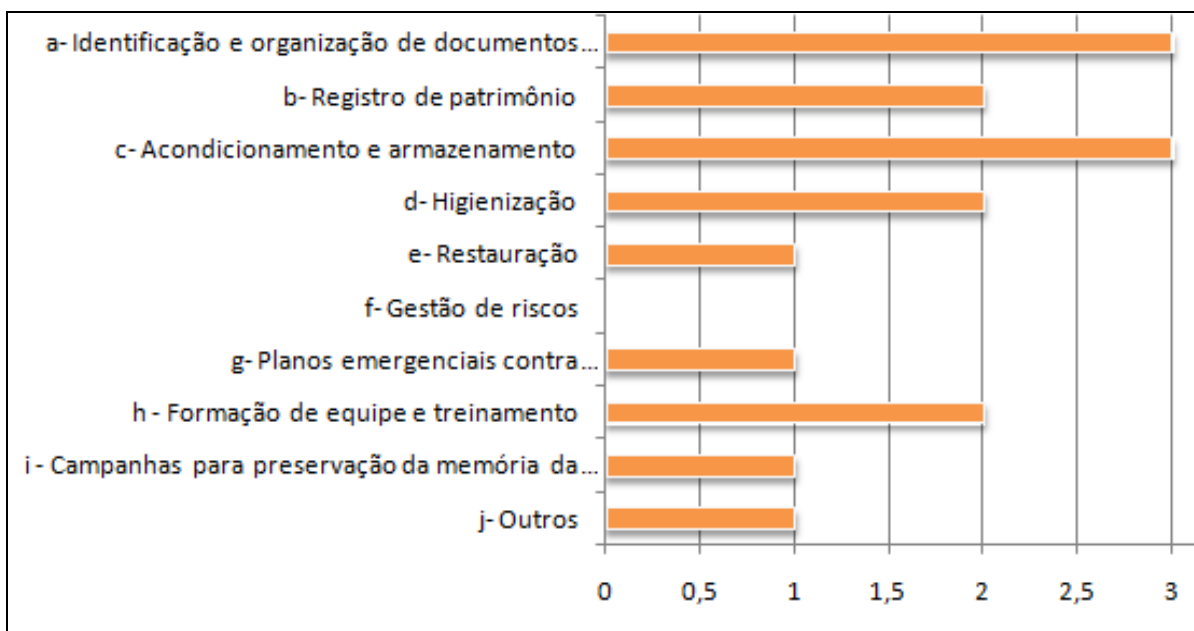
	<i>a "Coleção de Obras Raras", Coleção de fotografias da instituição, etc.</i>
Biblioteca 14	<i>Digitalização de Teses e Dissertações anteriores a 2004 (após esse ano passou a ser entregue junto com os exemplares impressos a versão digital)</i>
Biblioteca 17	<i>História das bibliotecas da FURG que tinha como objetivo resgatar a história e evolução das bibliotecas dentro da FURG.</i>
Biblioteca 18	<i>Projeto visa identificar e localizar documentos e registrar a memória oral cujo teor esteja relacionado com a história da biblioteca da universidade, além de organizar e disponibilizar este conteúdo à comunidade em geral</i>
Biblioteca 19	<i>A Biblioteca Central tem um setor específico para Memória do Sistema de Bibliotecas. Esse projeto já foi registrado no Centro de Extensão da Universidade.</i>

Fonte: Elaboração própria

Pelas respostas obtidas as iniciativas e projetos descritos ainda são tímidas e algumas se confundem com a missão de suas bibliotecas, que é resguardar a produção intelectual da universidade. Contudo a idéia de preservar a memória e história das bibliotecas é uma realidade, ainda que incipiente (entre as bibliotecas que responderam ao questionário).

Questão 18 – Quais das atividades abaixo são realizadas nas iniciativas e projetos para preservação da memória institucional? Marque todas as opções válidas para a sua biblioteca.

- a- Identificação e organização de documentos sobre a instituição
- b- Registro de patrimônio
- c- Acondicionamento e armazenamento
- d- Higienização
- e- Restauração
- f- Gestão de riscos
- g- Planos emergenciais contra sinistros, roubo, furto e vandalismo
- h - Formação de equipe e treinamento
- i - Campanhas para preservação da memória da biblioteca

GRÁFICO 14 - Ações realizadas para preservação da memória institucional

Fonte: Elaboração própria.

Das dezenove bibliotecas que responderam ao questionário apenas quatro responderam à presente questão. Diante do baixo número de respostas, fica a pergunta: estariam os artefatos e documentos representativos da memória institucional em situação de risco e a memória institucional em vias de cair no esquecimento? As ações mais citadas visando à preservação dos artefatos e documentos são:

- 1° Identificação e organização de documentos sobre a instituição;
- 2° Higienização, acondicionamento e armazenamento;
- 3° Formação de equipe e treinamento;
- 4° Registro de patrimônio/Campanhas para preservação da memória da biblioteca;
- 5° Restauração;
- 6° Planos emergenciais contra sinistros, roubo, furto e vandalismo;
- 7° Gestão de riscos.

Abaixo, as opções marcadas por cada biblioteca:

QUADRO 10 - Ações realizadas para preservação da memória institucional

Biblioteca	Respostas
Biblioteca 5	Identificação e organização de documentos sobre a instituição, registro de patrimônio, acondicionamento e armazenamento, restauração, planos emergenciais contra sinistros, roubo, furto e vandalismo, formação de equipe e treinamento
Biblioteca 9	Identificação e organização de documentos sobre a instituição, acondicionamento e armazenamento, higienização, formação de equipe e treinamento, campanhas para preservação da memória da biblioteca
Biblioteca 10	<i>“Estamos iniciando uma nova gestão que tem dentre os planos a implementação de gestão de riscos; não é um grande passo mas já tem essa medida sendo mapeada o que nos dá uma possibilidade de avançar neste tema”</i>
Biblioteca 16	- Identificação e organização de documentos sobre a instituição, registro de patrimônio, acondicionamento e armazenamento, higienização

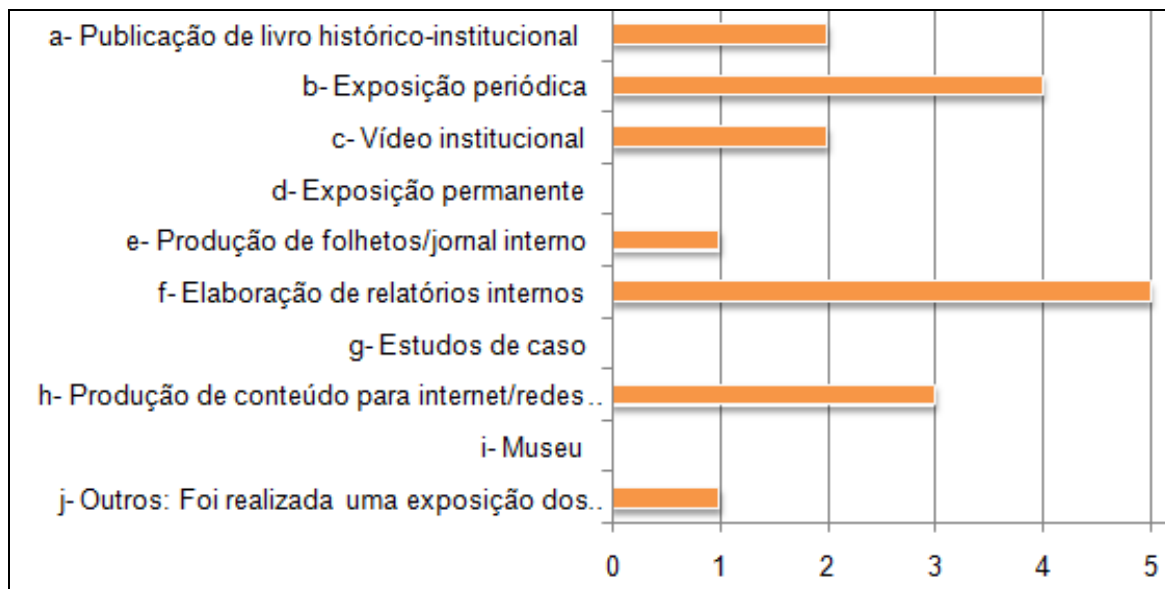
Fonte: Elaboração própria

Questão 19: Quais produtos ou serviços são elaborados para levar ao público informações sobre a memória institucional de sua biblioteca?
Marques todas as opções válidas para a sua biblioteca.

- a- Publicação de livro histórico-institucional
- b- Exposição periódica
- c- Vídeo institucional
- d- Exposição permanente
- e- Produção de folhetos/jornal interno
- f- Elaboração de relatórios internos
- g- Estudos de caso

- h- Produção de conteúdo para internet/redes sociais
- i- Museu
- j- Outros

GRÁFICO 15 – Produtos e serviços elaborados para divulgação da memória institucional das bibliotecas



Fonte: Elaboração própria.

Entre as dezenove respostas obtidas na pesquisa, embora somente sete bibliotecas afirmem ter desenvolvido alguma iniciativa ou projeto sobre memória institucional (Questão 16), nove responderam a presente questão afirmando que produzem algum material ou realizam atividades para divulgação da memória institucional. Desta forma, acredita-se que, ainda que não exista uma iniciativa de projeto sobre memória institucional, a memória da biblioteca é divulgada por algum meio.

Sobre a forma de divulgação da memória institucional nas bibliotecas, os meios mais citados foram:

- 1º- elaboração de relatórios internos (5 bibliotecas)
- 2º- Exposição periódica (4 bibliotecas)
- 3º- Produção de conteúdos para internet e redes sociais (3 bibliotecas)
- 4º- Livro histórico-institucional / vídeo institucional (2 bibliotecas)

5°- Produção de folhetos / jornal interno (1 biblioteca)

6°- Outros: “Foi realizada uma exposição dos equipamentos e palestra sobre a história da biblioteca quando completou 40 anos”

Questão 20: De acordo com a sua percepção, de que modo os registros da memória institucional ajudariam no desenvolvimento da biblioteca?

QUADRO 11 - Contribuições dos registros da memória institucional para desenvolvimento da biblioteca

Biblioteca	Respostas
Biblioteca 1	<i>Os registros da memória institucional podem auxiliar em argumentações para construção de diversos projetos, administrativos, técnicos ou culturais, na redução de esforços para desenvolver novos produtos ou serviços com base na experiência já vivida.</i>
Biblioteca 2	<i>Ajudariam a perceber o desenvolvimento da instituição e contribuiriam para um mapeamento e planejamento de ações futuras.</i>
Biblioteca 3	<i>SERVIRIA DE PARALELO SOBRE O MODO DE TRABALHO ANTIGO E O ATUAL, MANTENDO SEMPRE A INSTITUIÇÃO EM DESENVOLVIMENTO.</i>
Biblioteca 5	<i>A preservação da memória institucional contribuiria para dar a visibilidade e a importância que uma Biblioteca possui no âmbito institucional e acadêmico.</i>
Biblioteca 6	<i>Poderia ajudar os próprios colaboradores entenderem melhor o contexto da biblioteca, e a promoção de sua história perante a comunidade acadêmica.</i>
Biblioteca 7	<i>Como parâmetro para tomada de decisão.</i>
Biblioteca 9	<i>Os registros da memória institucional ajudam a biblioteca ser mais utilizada e a tornar um dos principais órgãos da instituição, sempre sendo requisitada por diversos órgãos da Universidade.</i>
Biblioteca 10	<i>Seria um ambiente onde se teria um referencial para pesquisa e agregaria mais valor a Biblioteca e por conseguinte ao seu desenvolvimento</i>
Biblioteca 11	<i>Poderiam servir como divulgação</i>
Biblioteca 12	<i>Ajudariam no sentido de compreender a nossa trajetória</i>

	<i>enquanto instituição e também nos ajudam quanto à tomada de decisões através dos documentos e relatórios o que nos possibilita sempre avançar não repetindo os erros do passado.</i>
Biblioteca 14	<i>A diversidade e qualidade do acervo mostram a importância de um espaço físico onde estão reunidos documentos que tratam da instituição, facilitando a preservação, recuperação e disponibilização destes materiais.</i>
Biblioteca 15	<i>Demonstrando o valor de tal instituição</i>
Biblioteca 16	<i>Manter os registros preservados e atualizados facilita a continuidade do trabalho, mesmo quando alterado o quadro de servidores, além de servir como fonte de pesquisa.</i>
Biblioteca 17	<i>Acredito que são importantes pois podemos tomar novas decisões e até mesmo verificar o motivo de certas decisões na medida em que as registramos.</i>
Biblioteca 18	<i>O registro da memória colabora definitivamente para o sentimento de grupo, de pertencimento, capaz de unir pessoas e fortalecer laços humanos e institucionais. Promove o indivíduo, dando-lhe segurança e credibilidade, na medida em que embasa e justifica ações.</i>
Biblioteca 19	<i>Quando se conhece o passado e a História, tem-se melhor entendimento dos processos atuais.</i>

Fonte: Elaboração própria

Para esta questão foram obtidas dezesseis respostas. De modo geral, elas enfatizam a questão da memória institucional como um recurso ou uma ferramenta que pode ajudar na tomada de decisão na gestão da biblioteca, no sentido de que, conhecendo o passado e a trajetória da biblioteca, podem-se tomar decisões mais acertadas para projeções futuras. Observa-se também a relação de identidade entre os indivíduos e a instituição, pelo menos em uma resposta, ao citar o “sentimento de pertencimento”.

Falar de memória institucional é também falar de tradição, ideia esta que talvez esteja nas entrelinhas das respostas, quando se fala na história, valor, visibilidade, reconhecimento da biblioteca e fortalecimento de laços humanos e institucionais.

Hervier-Léger (1993, *apud* CANDAU, 2011, p.121) afirma que a tradição corresponde a um “universo de significações coletivas no qual as experiências cotidianas que inscrevem os indivíduos e os grupos no caos são comportadas a uma ordem imutável, necessária e preexistente aos indivíduos e aos grupos”. A tradição como a perpetuação de hábitos e costumes contribui para a construção da identidade da instituição entre os membros do grupo e permite sua legitimidade perante a comunidade em que está inserida.

De modo geral, percebe-se que entre os respondentes há o reconhecimento da relevante contribuição dos registros da memória institucional para o desenvolvimento das bibliotecas pesquisadas, principalmente para fins de gestão.

Questão 21: Por favor, coloque aqui outras observações não contempladas nas questões anteriores sobre preservação, guarda, registro e recuperação da memória institucional em sua biblioteca; ou qualquer outra observação que julgar relevante.

QUADRO 12- Informações não contempladas na pesquisa

Biblioteca	Resposta
Biblioteca 10	<i>Apesar da Biblioteca ter 42 anos ela se tornou biblioteca universitária depois de 2003, primeiro foi Escola de Agronomia depois Faculdade de Ciências Agrárias em 2003 se transformou em Universidade Federal Rural da Amazônia mas muito custou para ser de fato universidade; os profissionais só começaram a ser contratados depois de 2012 o que demorou para começar a se trabalhar com ações que são de cunho de Biblioteca Universitária, esse histórico é para mostrar que os anos somados daria para ter muitos planos mas as circunstâncias não foram favoráveis, posso dizer que agora que estamos nos tornando de fato o que se pode chamar de Biblioteca Universitária e os planos e projetos começando a despontar.</i>
Biblioteca 18	<i>Estamos, no momento, desenvolvendo os projetos Memória, Museu e Política de Gestão da Informação.</i>

	<i>Como produtos prevêem-se vários dos itens citados, como: Exposição periódica, vídeo institucional, exposição permanente, produção de folhetos, elaboração de relatórios internos, produção de conteúdo para internet/redes sociais, Museu, identificação e organização de documentos sobre a instituição, acondicionamento e armazenamento, higienização, restauração, gestão de riscos, planos emergenciais contra sinistros, roubo, furto e vandalismo, campanhas para preservação da memória da biblioteca.</i>
Biblioteca 19	<i>O Centro de Memória do Sistema de Bibliotecas da UFMG tem como objetivo preservar a memória institucional das 25 bibliotecas do Sistema de Bibliotecas da UFMG.</i>

Fonte: Elaboração própria

Para esta questão obteve-se três respostas. De cunho particular, as respostas remetem às circunstâncias em que se encontram as iniciativas de projetos sobre memória institucional nas suas respectivas bibliotecas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas universitárias, estando no cerne de produção de conhecimento – a universidade –, a cada dia recebem uma enxurrada de novas publicações, sejam impressas ou em formato digital. A administração desses processos e todos os demais que ocorrem desde o desenvolvimento de coleções até a administração de recursos humanos da própria biblioteca criam rotinas e estabelecem procedimentos necessários à execução das tarefas diárias. Os hábitos e práticas cotidianos vão somando características que aos poucos se tornam próprias dessas bibliotecas. Tornam-se típicas. Com o passar do tempo, desenvolve-se a memória institucional; e esta vai se transformando com o passar dos anos. Procedimentos adotados no passado podem não ser os mesmos no presente. Pessoas que aí trabalhavam podem ter se aposentado. O que acontecia no passado acontece de modo diferente no agora. Também pode ocorrer que o esquecimento se estabeleça por algum tempo. Por isso é importante lembrar e preservar a memória institucional.

Ao longo do trabalho, percebeu-se certo desencontro de informações, especialmente sobre a criação das universidades no Brasil. Algumas instituições tomam para si o título de primeira universidade, mesmo que tenham perecido em pouco tempo. Muitas fontes consultadas se mostram inconsistentes; e cada dado informado carece de outras fontes que o confirme.

Quanto à aplicação do questionário houve grande dificuldade em obter respostas. O formulário foi enviado pelos menos 3 vezes para cada biblioteca. Em alguns casos as respostas foram obtidas somente após contato telefônico.

Sobre o tema principal, é notório que já existe muito material sobre memória institucional, mas, novamente, com outros enfoques que não a memória institucional da própria biblioteca. Esta é na maioria das vezes responsável por resguardar a memória da universidade. Das dezenove bibliotecas que responderam o questionário apenas sete informaram que desenvolveram alguma iniciativa ou projeto da memória institucional. Algumas iniciativas se confundem com as atividades rotineiras; outros parecem mais estruturados como sugere o projeto da biblioteca 18:

- *“O projeto visa identificar e localizar documentos e registrar a memória oral cujo teor esteja relacionado com a história da biblioteca da universidade, além de organizar e disponibilizar este conteúdo à comunidade em geral”.*

Na última questão a biblioteca 18 ainda descreve os produtos ou serviços que pretende gerar a partir dos registros da memória institucional:

- *“Estamos, no momento, desenvolvendo os projetos Memória, Museu e Política de Gestão da Informação. Como produtos prevêem-se vários dos itens citados, como: exposição periódica, vídeo institucional, produção de folhetos, elaboração de relatórios internos, museu, campanhas para preservação da memória da biblioteca”*

Dois bibliotecas sugerem que tiveram projetos sobre memória institucional implantados:

- Biblioteca 17: *“História das bibliotecas da FURG” que tinha como objetivo resgatar a história e evolução das bibliotecas dentro da FURG.*

- Biblioteca 19: *“A Biblioteca Central tem um setor específico para Memória do Sistema de Bibliotecas. Esse projeto já foi registrado no Centro de Extensão da Universidade”.*

Outros projetos estão em vias de implantação, como sugere a biblioteca 3: *“Está sendo criado o memorial da Biblioteca”*

Pelos resultados, o tema da pesquisa parece tímido nas bibliotecas, uma vez que menos da metade dos respondentes sinalizaram positivamente para a existência de iniciativas ou projetos de memória institucional. A maioria conseguiu descrever minimamente o que entendem como memória institucional e sua importância para o desenvolvimento das suas bibliotecas. Entretanto, efetivamente poucas bibliotecas, dentro do recorte pesquisado, estão desenvolvendo algum projeto sobre memória institucional.

Sobre a questão da preservação dos documentos e artefatos representativos da memória institucional há um alerta: somente quatro bibliotecas (entre dezenove) informaram realizar alguma ação com vistas à preservação. Quando questionadas se existe programa de prevenção de sinistros, somente seis bibliotecas sinalizaram positivamente. Tal dado é alarmante, visto que a maioria das bibliotecas que enviaram respostas já sofreu algum sinistro. Diante de tal contexto é possível afirmar que os acervos

representativos da memória institucional nas bibliotecas pesquisadas podem estar em situação de vulnerabilidade.

Quanto a produtos ou serviços, gerados a partir dos registros da memória institucional e como meio para divulgá-la, das dezenove respostas, nove informaram que produzem algum material para divulgação da memória institucional, consubstanciada muitas vezes em relatórios, vídeos institucionais, exposições temporárias e conteúdos para internet e redes sociais.

Com relação aos objetivos propostos inicialmente acredita-se que foram alcançados, embora os resultados não tenham sido os esperados.

QUADRO 13 - Mapa da pesquisa

Objetivo geral	Analisar de que forma as bibliotecas centrais das universidades federais tratam a sua memória institucional.		
Objetivos específicos	Objetivos específicos	Método	Resultados
	1-Identificar iniciativas ou projetos sobre a memória institucional e sua contribuição para o desenvolvimento das bibliotecas centrais das universidades federais.	Questionário	A pesquisa apontou que das dezenove bibliotecas que responderam ao questionário, sete informaram ter desenvolvido alguma iniciativa ou projeto sobre a memória institucional da biblioteca.
	2-Identificar nas iniciativas ou projetos, ações para preservação dos artefatos representativos da memória institucional.	Questionário	A pesquisa apontou que embora existam poucas iniciativas ou projetos sobre a memória institucional, as bibliotecas, dentre as que responderam ao questionário, desenvolvem ações visando a preservação, tais como identificação dos artefatos e documentos, acondicionamento, higienização, restauração, planos emergenciais contra furtos e roubos, entre outras.

	3-Verificar quais produtos e serviços são gerados para divulgar a memória institucional das bibliotecas em questão.	Questionário	A pesquisa apontou que os principais produtos ou serviços gerados são: - Relatórios internos - Exposições periódicas - Produção de conteúdos para internet e redes sociais - Publicação de livro histórico institucional - Vídeos institucionais
--	---	--------------	---

Fonte: Kama, 2016 (com adaptações)

5 FUTURAS PESQUISAS

Os estudos sobre memória são instigantes e ao mesmo tempo desafiadores, pois a memória, como algo não palpável e sim vivido, torna a sua busca por explicações bastante laboriosa no sentido de recorrer a diversas áreas do conhecimento. O que de fato é normal, visto que o fenômeno memória está presente em todas as áreas do conhecimento. Os outros temas relacionados na pesquisa – universidades e bibliotecas universitárias – apresentam extensa bibliografia com autores considerados clássicos, devido à quantidade de citações presentes em outros trabalhos.

Durante a revisão de literatura alguns desafios foram encontrados, especialmente com relação aos conceitos, por exemplo, de memória institucional, memória organizacional e memória de empresa. Ao longo de algumas leituras é perceptível que os termos, em muitos textos, embora não sejam sinônimos são tratados como tal. Outros termos comuns em outras áreas do conhecimento oferecem desafios quanto à sua interpretação e indicam que, ao serem utilizados, devem informar sob qual enfoque estão sendo aplicados, como por exemplo, o termo *bem e patrimônio*. Isto pode representar um desafio para a Ciência da Informação, que é interdisciplinar e multidisciplinar, mas é também o campo propício para agregar novos conhecimentos transdisciplinares.

A possibilidade de entrelaçamento de temas com a memória é um terreno propício para novas pesquisas, pois ainda nos parece inseguro discorrer com firmeza sobre memória e identidade, memória e tradição, memória e patrimônio imaterial. Especialmente quando se busca provar, por meio de pesquisa científica, conceitos passíveis de generalização.

Por fim, acredita-se que mais estudos sobre memória institucional em bibliotecas universitárias são necessários, especialmente os que vierem a debater sobre políticas de preservação, propondo soluções e sensibilizando aqueles que lidam com a memória, sejam profissionais ou a comunidade em geral. No escopo da preservação poderiam ser desenvolvidos estudos sobre:

- Critérios para definição e seleção de patrimônio documental representativo da memória institucional;

- Estratégias para sensibilização / conscientização da importância da preservação da memória institucional;
- Desenvolvimento de diretrizes políticas para preservação do patrimônio memorialístico nas instituições.
- Estudos sobre curadoria e boas práticas para a preservação da memória institucional em meio digital.

Acredita-se que mais estudos sobre o tema são importantes, inclusive para provocar reflexões entre os profissionais da área, que muitas vezes permanecem focados somente nas suas atividades diárias, deixando de lado a questão da memória.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. “Tesouros humanos vivos” ou quanto as pessoas transformam-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiência francesa de distinção do “mestre da arte”. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário S. (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 24, n. 57, p. 113-126, mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000100113&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2017.

AMARAL, A. E. M. Aberta e patente a todos! In: BERNARDES, José Augusto C.; MIGUÉIS, Ana Maria E.; FERREIRA, Carla A. S. (Coords.). **A biblioteca da universidade: permanência e metamorfoses**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 163-176. Disponível em: <<https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/36971/3/A%20biblioteca%20da%20Universidade%20-%20Perman%C3%Aancia%20e%20Metamorfoses.preview.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

ARAÚO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: Implicações políticas . **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, 2007. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/728#quotation>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <https://www.ufmg.br/diarq/anexos/wfd_1400007011537269633917c--cod_clas_temp.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2017.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL); **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf> Acesso em 12 dez. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR, ISO 31000: Gestão de Riscos – Princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro, 2009.
BARRETO, Arnaldo L.; FILGUEIRAS, Carlos A. L. Origens da universidade brasileira. **Química Nova**, São Paulo, v. 30, n. 7, p. 1780-1790, 2007. Disponível

em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422007000700050&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr. 2017.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

BERNARDES, Denis. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec, FAPESP; Recife-PE: UFPE, 2006. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=AluwH7UZOKwC&pg=PA136&lpg=PA136&dq=Biblioteca+dos+Oratorianos&source=bl&ots=lsazqchhAn&sig=T2scFR2q0GelvLBeQzfyVG2Qnmg&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiOla76z7XNAhWCEZAKHZ6pCL0Q6AEIPDAE#v=onepage&q=Biblioteca%20dos%20Oratorianos&f=false>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BELLOTTO, Heloísa L., CAMARGO, Ana Maria A. (Coords.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: AAB-Núcleo Regional de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, Departamento de Museus e Arquivos, 1996.

_____. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2079211/mod_resource/content/1/Diplom%C3%A1tica.pdf>. Acesso em 02 nov. 2017.

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. 318 p.

BHATTACHERJEE, A. **Social science research: principles, methods, and practices**. Flórida: University of South Florida, 2012. Disponível em: <http://scholarcommons.usf.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1002&context=oa_textbooks>. Acesso em: 15 maio 2016.

BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **História da BCE**. Disponível em: <<http://www.bce.unb.br/sobre-a-bce/historia-da-bce/>>. Acesso em: 07 set. 2017.

BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPAÑA. **Museo**. Disponível em: <<http://www.bne.es/es/MuseoBibliotecaNacional/>>. Acesso em: 01 set. 2017.

BIBLIOTECA MALATESTIANA. Disponível em: <http://www.comune.cesena.fc.it/malatestiana/antica> >. Acesso em: 05 maio 2017.

BIBLIOTECÁRIOS SEM FRONTEIRA. Disponível em:
<<https://bsf.org.br/tag/biblioteca/>>. Acesso em: 02 maio 2017.

BRASIL. **Decreto N° decreto n. 11.530 de 1915**. Reorganiza o ensino secundário e o superior na Republica. Rio de Janeiro, 18 de março de 1915. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>> Acesso em: 31 jul. 2017.

BRASIL. **Decreto N° 19.851 de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização tecnica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

BRASIL. **Decreto N° 35.124 de 27 de fevereiro de 1954**. Cria o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, nos termos da Lei n° 1.310, de 15 de janeiro de 1951. Rio de Janeiro, em 27 de fevereiro de 1954. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35124-27-fevereiro-1954-323012-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

BRASIL. **Decreto 62.937 de 2 de julho de 1968**. Dispõe sôbre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências. Brasília, 2 de julho de 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62937-2-julho-1968-404810-publicacaooriginal-1-pe.html>> . Acesso em: 31 jul. 2017.

BRASIL. **Lei N° 1.254 de 4 de dezembro de 1950**. Dispõe sôbre o sistema federal de ensino superior. Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1950. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1254.htm>. Acesso em: 31 jul. 2017.

BRASIL. **Lei N° 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, 28 de novembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 31 jul. 2017.

BRASIL. **LEI N° 8.159 de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, 8 de janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. **Lei N° 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 29 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/12711.htm> . Acesso em 12 de ago. 2017.

BRASIL. **Decreto n° 5.773 de 09 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Brasília, 09 de maio de 2006. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>>. Acesso em 15 set. 2017.

BREVE HISTÓRIA DE LA BIBLIOTECA. Disponível em: <<http://bibliotecahistorica.usal.es/images/stories/documentacion/historia.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris, EDIT, 1951. Disponível em: <<http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/>> . Acesso em 10 jan. 2018.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMACHO, Thimoteo. A universidade pública no Brasil. **Revista de Sociología**, Santiago, n. 19, ene. 2005. Disponível em: <<http://www.revistadesociologia.uchile.cl/index.php/RDS/article/view/27816/29484>>. Acesso em: 27 maio 2017.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLAN, Claudio U. Os museus e o patrimônio histórico: uma relação complexa. **História**, Franca, v. 27, n. 2, p. 75-88, 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jun. 2017.

CARSALADE, Flávio. Bem. In: REZENDE, Maria Beatriz et al. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Bem%20pdf\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Bem%20pdf(3).pdf)>. Acesso em: 08 abr. 2017.

CARVALHO, Leandro. **Humanismo renascentista**. Brasil Escola. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/historiag/humanismo-renascentista.htm>>. Acesso em: 09 maio de 2017.

CARVALHO, Maria Carmen R. **Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1981.

CASTELO-BRANCO, Fernando. Tentativa de criação de uma universidade no Brasil, no século XVIII. **Anais da Academia Portuguesa de História**. Lisboa, 2ª série, vol. 21. p. 623-631, 1972.

CASTRO, Aníbal P. A livraria da universidade. In: **História da universidade em Portugal**. Coimbra: Universidade de Coimbra; Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

COMISSÃO EUROPEIA. **O Processo de Bolonha e o Espaço Europeu do Ensino Superior**. Disponível em <http://ec.europa.eu/education/policy/higher-education/bologna-process_pt>. Acesso em: 15 jul. 2017.

COSTA, Ricardo. **Tumblr dedicado à Igreja Católica**. Disponível em: <<http://igrejacatolica.tumblr.com/post/71983981916/o-triunfo-de-santo-tom%C3%A1s-de-aquino-santa-maria>>. Acesso em: 05 set. 2017.
CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1986.

CUNHA, Murilo B. Construindo o futuro: a biblioteca universitária em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://w.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a8.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

CUNHA, Murilo B.; CAVALCANTI, Cordélia R. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CUNHA, Murilo B; DIÓGENES, Fabiene C. B. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 100-123, set. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p100/32344>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

DEAECTO, Marisa M. **O império dos livros**: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2011.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Eds.). **Conceitos-chave de Museologia**. ICOM/Armand Colin, 2013. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

DICIONÁRIO ONLINE DE LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/esquecimento/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

DIGITAL CENTRE CURATION. Disponível em: < <http://www.dcc.ac.uk/about-us>> . Acesso em 01 abril 2018.

DIÓGENES, Fabiene C. B. **Os novos papéis da biblioteca universitária brasileira**. 2012. 444 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/12305>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

DURANTI, Luciana. Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital: as descobertas conceituais do Projeto InterPARES. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, v. 4, n. 1, p. 5-18, 2005.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jul. 1994. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976>>. Acesso em: 31 Mar. 2017.

ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA. Disponível em: < academic-eb-britannica.ez54.periodicos.capes.gov.br/levels/collegiate/article/Bo-tree/15801>. Acesso em: 09 maio 2017.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, dez. 2006. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/7609>>. Acesso em: 24 maio 2017.

FEBAB. **Bibliotecas paulistanas**. Disponível em: <http://febab.org.br/bibliotecas_paulistana.htm>. Acesso em: 02 jun. 2017.

FERREIRA, Lusimar S. **Centralização e descentralização das bibliotecas universitárias brasileiras**. 1976. 236 p. Dissertação (Curso de Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1976.

FERREIRA, Suely. **A universidade do século XXI: concepções finalidades e contradições**. 2009. Tese (Doutorado)–Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. 305 f. Disponível em:<
<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/1157/1/tese%20suely%20ferreira%20educacao.pdf>> . Acesso em: 25 out. 2017.

FONSECA, Edson N. **Introdução à Biblioteconomia**. 2ª ed. Brasília: Brique de Lemos, 2007.

_____. **Problemas brasileiros de documentação**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1988.

_____. **Roteiro para organização de bibliotecas universitárias**. Brasília: Universidade de Brasília, 1967.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (Org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008, p. 19-34. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/829>>. Acesso em: 02 maio 2017.

GANTZ, Carroll. **Model 800 Kodak Carousel**. Disponível em: <<http://www.industrialdesignhistory.com/node/166>>. Acesso em: 08 set. 2017.

GIUSEPPE-ARCIMBOLBO.ORG. **The librarian**. Disponível em: <<https://www.giuseppe-arcimboldo.org/The-Librarian-The-Librarian-1566.html>> Acesso em 13 jun. 2017

GONÇALVES, Eveline Filgueiras. **A fotoautobiografia como espaço de recordação**: fragmentos em álbuns de memória sobre a Universidade Federal da Paraíba no Arquivo Afonso Pereira. 2016. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/8846/2/arquivo%20total.pdf>> . Acesso em: 01 abril 2018.

GONÇALVES, José Reginaldo S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário S. (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 117-122, dez. 1990. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/332/332>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

GUINCHAT, Claire ; MENOU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2.ed. rev. aum. Brasília: Ibict;CNPq, 1994. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1007>>. Acesso em: 15 maio 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. Museología como ciencia de la documentación. In: LÓPEZ YEPES, José (Coord.). **Manual de ciências de la documentación**. 2 ed. Madrid: Pirámide, 2006.

_____. **Manual de Museología**. Madrid: Editorial Síntesis, 2001.

HJØRLAND, Birger. Documents, memory institutions and information science. **Journal of Documentation**, v. 56, n. 1, jan. 2000. Disponível em: <<http://www-emeraldinsight-com.ez54.periodicos.capes.gov.br/doi/pdfplus/10.1108/EUM0000000007107>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

HORTALE, Virginia A.; MORA, José-Ginés. Tendência das reformas da educação superior na Europa no contexto do processo de Bolonha. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 937-960, out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a14v2588.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

IFLA. **Directrizes da IFLA para a conservação e o manuseamento de documentos de biblioteca**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2004. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=nZVxGB4hnWsC&pg=PA14&dq=diferen%C3%A7a+preserva%C3%A7%C3%A3o+e+conserva%C3%A7%C3%A3o+documentos&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjFga6C7sPUAhUBFJAKHUmGAOIQ6AEILTAC#v=onepage&q=diferen%C3%A7a%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20e%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20documentos&f=false>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. IFLA core programme on preservation and conservation. **International preservation news**. Washington, n. 1, September 1987. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/pac/ipn/ipn-01.pdf>> . Acesso em 02 nov. 2017.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

JARDIM, José M. ; FONSECA, Maria O. Arquivos. In: CAMPELLO, Bernadete ; CALDEIRA, Paulo da T. **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. P. 121-139)

JORENTE, Maria J. V. ; SILVA, Anahi R. ; PIMENTA, Ricardo M. Cultura, memória e curadoria digital na plataforma SNIIC . **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 122-139, maio 2015. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3637/3101>> . Acesso em 01 abril 2018.

KAMA, Ana Flávia Lucas de Faria. **Livros, bibliotecas universitárias e livros eletrônicos: aspectos e consequências de um novo suporte da escrita**. 2016. 122 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/21174>> . Acesso em 12 jan. 2018.

LANDSBERG, Alison. **Prosthetic memory: the transformation of American remembrance in the age of mass culture**. New York: Columbia University Press, 2004.

LEENHARDT, Jacques. Teoria e prática patrimônio. In: BERNARD, Zilá; SANTOS, Nádía M. W. (Orgs.) **Bens culturais: temas contemporâneos**. Porto Alegre: Movimento, Unilasalle, 2011, p. 9-18.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário Luiz N.; CATANI, Afrânio M. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 7-36, Mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Jul. 2017.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LOUREIRO, Maria Lucia N. M.; LOUREIRO, José Mauro M. Documento e musealização: entretecendo conceitos. **Revistas Midas**, Évora, Portugal, n. 1, p. 1-11, 2013. Disponível em: <<https://midas.revues.org/78#quotation>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

LOUREIRO, Maria Amélia S. (Coord.). **História das universidades**. São Paulo: Estrela Alfa, [1986?].

LUCAS, Lucy; SERIPIERRI, Dione. **Conservar para não restaurar**: uma proposta para preservação de documentos em bibliotecas. Brasília: Thesaurus, 1995.

MACEDO, Neusa D. **A biblioteca universitária**: o estudante e o trabalho de pesquisa. 1980. 211 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - São Paulo, 1980.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. Cariniana: uma rede nacional de preservação digital. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.83-91, jan./abr., 2012. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/1354/1533>> Acesso em: 01 abril 2018..

_____. **Critérios para a preservação digital da informação científica**. 2008. 356 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1518>> . Acesso em 01 abril 2018,

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

MARTINS, Antonio C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, São Paulo, v. 17, supl. 3, p. 04-06, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 maio 2017.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Anhembi, 1957.

MEDEIROS, Eduardo D.; BASTOS Jr., Edmundo J. Memória institucional: uma reflexão sobre sua importância para a Polícia Militar de Santa Catarina. **Revista Ordem Pública**, v. 8, n. 2, p. 211-231, jul./dez., 2015. Disponível em:
<<https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/140/134>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

MENEGHEL, Stela M. Políticas de modernização da universidade no Brasil: a reforma universitária de 1968 e a LDB/96. **Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento**, Brasília, 2002. Disponível em:

< <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/29119-29137-1-PB.pdf> >. Acesso em: 14 jul. 2017.

MENESES, Ulpiano T. B. A crise da memória, história e documentos: reflexões para um tempo de transformação. In: SILVA, Zélia L. (Coord.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. (Seminários e debates).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Cadastro E-Mec de Instituições e Cursos de Educação Superior**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2017

_____. **Criação de universidades: linha do tempo**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/linhatempo-ifes.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

MINISTÉRIO DA CULTURA. CENTRO TÉCNICO AUDIOVISUAL. **Glossário**. Disponível em: <<http://ctav.gov.br/tecnica/bitolas-e-formatos-de-filmes/>>. Acesso em: 15 maio 2017.

MIRANDA, Antonio. Acervos de livros das bibliotecas das instituições de ensino superior no Brasil: situação problemática e discussão de metodologia para seu diagnóstico permanente. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 1, jan.-abr. 1993, p. 30-40. Disponível em: <revista.ibict.br/ciinf/article/download/514/514>. Acesso em: 11 jul. 2017.

_____. **Biblioteca universitária no Brasil: reflexões sobre a problemática**. Brasília: Capes, 1978. Disponível em: <http://www.antoniomiranda.com.br/ciencia_informacao/biblioteca_universitaria_.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

MODESTO, F. Panorama da catalogação no Brasil: da década de 1930 aos primeiros anos do Século XXI. In: **Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação**, Brasília, 21, 08-11 de Julho de 2007. Anais... Brasília (DF), 2007. Disponível em: <<https://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/09/2007panoramacatalogacao.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

MOLINA, Letícia G.; VALENTIM, Marta L. P. Memória organizacional, memória corporativa e memória institucional: discussões conceituais e terminológicas.

Revista EDICIC, v. 1, n. 1, p. 262-276, Jan./Mar. 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115215/ISSN2236-5753-2011-01-n.1-262-276.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 jun 2016.

MONROE, Paul. **História da Educação**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

MORAES, Rubens B. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

MOTT, Maria Lúcia; DUARTE, Ivomar G.; GOMES, Marcela T. Montando um quebra-cabeça: a coleção “Universidade de São Paulo” do Arquivo Público do Estado de São Paulo. In: **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 37-72, jul.-dez. 2007 (Dossiê Instituições e Acervos: experiências no Estado de São Paulo no campo da saúde).

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Política de segurança para arquivos, bibliotecas e museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2006. Disponível em: <http://museuvillalobos.org.br/poldeseg.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

NALANDA UNIVERSITY. **About Nalanda University**. Disponível em: <https://www.nalandauniv.edu.in/about-nalanda/> Acesso em: 09 maio 2017.

NASSAR, Paulo. **Relações públicas**: na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações. 2ª ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2008.

NEVES, Margarida de S. **Lugares de Memória na Medicina no Brasil**. Disponível em: <http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/lugaresdememoria/faculdadedemedicinadabahia.htm>. Acesso em: 16 fev. 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História**, São Paulo, p. 7-28, v. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 05 maio 2017.

NUNES, Martha S. C.; CARVALHO, Kátia de. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 173-193, mar. 2016.

Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2572/1708>>.

Acesso em: 03 jul. 2017.

OLDEN, Anthony. África. In: RICHARDS, Pamela S.; WIEGAND, Wayne A.; DALBELLO, Marija (Eds.). **A history of modern librarianship: constructing the heritage of western cultures**. Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, 2015, p. 143-173.

OLIVEIRA, Eliane B. de. **O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil**: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação. 2010. 194., il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em:

<<http://repositorio.unb.br/handle/10482/7466>>. Acesso em: 14 jun. 2017

ORSO, José Paulino (Org.). **Educação, sociedade de classes e reformas universitárias**. Campinas: Autores Associados, 2007.

ORTEGA, Cristina D. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, p. 41-64, aug. 2016.

Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118749>>. Acesso em: 06 set. 2017.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

OTLET, Paul. **Documentos e documentação**: discurso pronunciado no Congresso de Documentação Universal, Paris, 1937. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional (Separata). Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/otlet/>>. Acesso em: 02 maio 2017.

OTLET, Paul. **Traité de Documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelas: Editiones Mundaneum, Palais Mondial, 1934.

PADILHA, Renata C. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. (Coleção Estudos Museológicos, 2). Disponível em: <

http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/arquivosSGC/DOWN_175328Documentacao_Museologica_Gestao_Acervo.pdf> . Acesso em 01 jun. 2017.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3ª ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

PINHEIRO, Ana Virgínia (Org.). **Livros raros de Biblioteconomia**: a memória científica da Biblioteca Nacional brasileira: catálogo. Fundação Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: < <http://biblioo.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2013/09/LivrosRarosDeBiblioteconomia-Catalogo.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2017.

POBLACIÓN, Dinah Aguiar. Literatura cinzenta: presente e future. **INTERCOM** – Rev. Bras. de Com., São Paulo, v. 20, n. 1, p. 153-160, jan./jun. 1997. Disponível em< <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/935/838>> . Acesso em: 02 maio 2017.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

POULOT, Dominique. Le sens du patrimoine : hier et aujourd'hui (note critique). In: **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**. 48^e année, N. 6, 1993. pp. 1601-1613. Disponível em: < http://www.persee.fr/doc/AsPDF/ahess_0395-2649_1993_num_48_6_279233.pdf> . Acesso em 10 jan. 2018.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **O que é gerenciamento de projetos**. [s.l.]: PMI, 2017. Disponível em: <<https://brasil.pmi.org/brazil/AboutUs/WhatIsProjectManagement.aspx>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

RANGANATHAN, Shiyale. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet De Lemos, 2009.

RELATÓRIO FINAL: formas de expressão da cultura imaterial em Pernambuco. [S.L.]: IPHAN, 2008. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Relatatorio_final_pernambuco_pnpi.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

RIBEIRO, Darcy. **UnB: invenção e descaminho**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

RICOEUR, Paul. **A memória, a História, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2010.

ROBREDO, Jaime. Panorama dos planos e projetos de automação das bibliotecas universitárias brasileiras. In: **Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 2.**, 1981, Brasília. Anais... Brasília: CAPES, 1981. Disponível em: https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais_anterior/II-SNBU.pdf. Acesso em 02 nov. 2017.

ROUVEYRE, Edouard. **Connaissances nécessaires a un bibliophile: accompagnées de notes critiques et de documents bibliographiques**. 5ª ed. Paris: E. Rouveyre, 1899.

SÁ, Artur Moreira de. (Org.) **Chartularium Universitatis Portugalensis : 1288-1537**. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1966. V. 1.

SALES, Rodrigo. Ranganathan e a mudança no trajeto das classificações de biblioteca. In: LUCAS, Elaine R. O.; CORRÊA, Elisa C. D.; EGGERT-STEINDEL, Gisela (Orgs.) **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia: reflexões e desafios**. São Paulo: FEBAB, 2016, p. 57-71 Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/As_contribuicoes_de_Ranganathan.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2017.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Da Biblioteconomia à Informática. Ciência da Informação, Brasília, v. 7, n. 1, jun. 1978. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/125/125>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

SAYÃO, Luis F.; SALES Luana F. Curadoria digital: um novo patamar para a preservação de dados digitais de pesquisa. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v.22, n.3, p. 179-191, set./dez. 2012. Disponível em <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/12224/8586>> . Acesso em 01 abril 2018.

SCHWIKART, Georg. **Dicionário Ilustrado das Religiões**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2001. Disponível em: <<http://sioncentrodeestudos.org/wp-content/uploads/2013/09/00190-dicionarioilustradodasreligies-090322124128-phppapp01.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

SCRUTON, Roger. **The meaning of conservation**. Middlesex, England: Penguin books, 1986. Disponível em: <https://portalconservador.com/livros/Roger-Scruton-The-Meaning-of-Conservatism.pdf>. Acesso em 10 jan. 2018

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião. In: MOROSINI, Marília (Org.). **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Inep, 2006, p.275-289. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/443>>. Acesso em: 24 maio 2017.

SILVA, Maria Abadia. Gestão da educação superior pública. In: SILVA, M. A. ; SILVA, B. S. **Ideia de universidade: rumos e desafios**. Brasília: Liber livro, 2006. P. 179-207.

SILVEIRA, Fabrício José N. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 67-86, nov. 2010. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1102>>. Acesso em: 06 set. 2017.

SPINELLI, Jayme; BRANDÃO, Emiliana; FRANÇA, Camila. **Manual técnico de preservação e conservação: documentos extrajudiciais**. [Rio de Janeiro]: CNJ, FBN, 2011. Disponível em: <<https://folivm.files.wordpress.com/2011/04/manual-an-bn-cnj-2011-c3baltima-versc3a3o-2p-folha.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

TANUS, Gabrielle. F. S. C.; RENAU, Leonardo. V.; ARAÚJO, Carlos. A. A. O conceito de documento na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, 2012. v. 8, n. 2, p. 158-174, jul./dez. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/220/234>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

TARAPANOFF, Kira. Planejamento de e para bibliotecas universitárias no Brasil: sua posição sócio-econômica e estrutural. In: **Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 2.**, 1981, Brasília. Anais... Brasília: CAPES, 1981. Disponível em: https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais_anterior/II-SNBU.pdf. Acesso em 02 nov. 2017.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

_____. Memorial, escrita de si, trajetos. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 399-425, 2015.

Disponível em:

<<http://periodicos.ufpb.br/index.php/abcib/article/view/27074/14475>>. Acesso em 31 jul. 2017.

TOTINI, Beth; GAGETE, Élide. Memória empresarial: uma análise da sua evolução. In. NASSAR, Paulo (Org.). **Memória de empresa**: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004, p.113-126.

UNESCO. **Memória do mundo**: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental. 2002. Disponível em: <<https://mowlac.files.wordpress.com/2012/07/diretrizes-para-a-salvaguarda-do-patrimc3b4nio-documental.pdf>> . Acesso em 10 jan. 2018.

UNIVERSIDAD DE SALAMANCA. **Breve historia de La biblioteca**. Disponível em: <<http://bibliotecahistorica.usal.es/images/stories/documentacion/historia.pdf>> Acesso em: 05 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Memória Documental da BU**. Disponível em: <<http://portal.bu.ufsc.br/conheca-a-bu/historico/memoria-bu/>>. Acesso em: 20 jun 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portalufpr/historico-2/>>. Acesso em: 07 set. 2017.

VEIGA, Cynthia G. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VERGER, Jacques. **Les universités au moyen âge**. Paris: Press universitaires de France, 1973.

VIANA, Michelângelo M. M. Uma breve história da automação de bibliotecas universitárias no Brasil e algumas perspectivas futuras. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 43-86, ago. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/15688/12852>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

VISONI, Rodrigo Moura; CANALLE, João Batista Garcia. Bartolomeu Lourenço de Gusmão: o primeiro cientista brasileiro. **Rev. Bras. Ensino Fis.**, São Paulo , v. 31, n. 3, p. 3604.1-3604.12, Sept. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-11172009000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 abril 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-11172009000300014>.

WORCMAN, Karen. Memória do futuro: um desafio. In. NASSAR, Paulo (Org.). **Memória de empresa**: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004, p. 23-30.

APÊNDICE A - Questionário

Abaixo segue questionário aplicado.

Memória institucional em bibliotecas universitárias federais

Prezado (a) participante,

O questionário abaixo é parte da pesquisa desenvolvida no mestrado em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília - UnB, cujo objetivo é analisar o tema memória institucional nas bibliotecas centrais das universidades federais brasileiras. Entre os objetivos específicos está a busca da identificação de iniciativas ou projetos realizados no âmbito em questão e sua contribuição para a preservação da memória institucional nestas bibliotecas. O questionário está dividido em 3 pequenas seções e contém 15 questões fechadas e 6 questões abertas. Sua participação é muito importante e trará reflexões importantes ao tema pesquisado. Pedimos a gentileza de responder de forma franca para que possamos atingir o melhor resultado possível. Sua identidade será mantida em sigilo e suas respostas serão utilizadas somente para fins da pesquisa. Um resumo com os resultados será enviado a você como uma forma mínima de agradecer sua disposição e disponibilidade. Gratias pela sua atenção e colaboração!

Cordialmente,

Maria do Socorro Neri de Sousa, Mestranda em Ciência da Informação

Prof.a Dr^a Dulce Maria Baptista

Sobre você

SEÇÃO 1: SOBRE VOCÊ

Marque as opções abaixo de acordo com o seu perfil

Questão 1: Indique o seu grau de instrução:

- a- graduação
- b- pós-graduação latu-sensu
- c- mestrado
- d- doutorado
- e- pós-doutorado

Questão 2: Indique a sua faixa etária

- a- Até 20 anos
- b- 21-30 anos
- c- 31-40 anos
- d- 41-50 anos
- e- 51-60 anos
- f- Mais de 60 anos

Questão 3: Há quanto tempo você trabalha nesta biblioteca?

- a- Até 5 anos
- b- 6 a 10 anos
- c- 11 a 15 anos
- d- 16 a 20 anos
- e- Mais de 20 anos

Sobre a biblioteca**SEÇÃO 2: SOBRE A BIBLIOTECA**

Por favor, responda as questões abaixo referentes à biblioteca em que você trabalha

Questão 4: Qual o ano de fundação da biblioteca?

Questão 5: O nome da biblioteca é em homenagem a alguém?

- a- Sim
- b- Não

Questão 6: Qual o tamanho do seu acervo físico?

- a- De 1.000 a 50.000 itens
- b- De 51.000 a 100.000 itens
- c- De 101.000 a 500.000 itens
- d- De 500.000 a 1.000.000 de itens
- e- Mais de 1.000.000 de itens

Questão 7: A biblioteca sofreu algum sinistro ao longo de sua história?

- a- Sim
- b- Não
- c- Desconheço

Questão 8: Se a resposta anterior foi sim, que tipo de sinistro?

- a- Incêndio
- b- Inundação
- c- Desabamento
- d- Furto / Roubo
- e- Infestação de insetos, pragas ou roedores
- f- Outro:

Questão 9: Existe programa de prevenção de sinistros na sua biblioteca?

- a- Sim
- b- Não

Questão 10: Se a resposta anterior for sim, quais ações são contempladas?

- a- Treinamento da equipe
- b- Segurança contra furtos e roubos
- c- Controle das condições ambientais (luz, temperatura, umidade)
- d- Plano de emergência (contra incêndios, inundações, desabamentos, etc.)
- Outro:

Sobre a biblioteca**SEÇÃO 3: SOBRE MEMÓRIA INSTITUCIONAL**

Por favor, responda às questões abaixo sobre memória institucional na biblioteca em que você trabalha

Questão 11: Para você, o que significa memória institucional?

Questão 12: A biblioteca tem arquivo administrativo?

- a- Sim
- b- Não

Questão 13: Existe algum bem tombado (obra de arte, prédio, mobiliário etc.) na biblioteca?

- a- Sim
- b- Não

Questão 14: Que tipo de patrimônio material sua biblioteca possui e que pode representar parte da memória institucional? Marque todas as opções válidas para a sua biblioteca.

- a- Fotografias
- b- Equipamentos em desuso (catálogo de fichas, máquinas de datilografar etc.)
- c- Mobiliário
- d- Documentos de arquivo administrativo
- e- Computadores e equipamentos eletrônicos antigos
- f- Obras de arte
- g- Livro histórico-institucional
- h- Gravações e depoimentos de funcionários
- i- Gravações de vídeo de atividades
- j- Filmes sobre a biblioteca
- k- Anuários e relatórios de atividades
- l- Manuais de atividades
- m- Outros:

Questão 15: Patrimônio imaterial é aquele cujos aspectos são incontáveis ou intangíveis, os quais não se podem acumular fisicamente, mas se pode vivê-los ou presenciar. É representado por costumes, festas e hábitos culturais. Considerando tal definição, que tipo de patrimônio imaterial possui a sua biblioteca e que pode representar parte da memória institucional?

Questão 16: Existe alguma iniciativa ou projeto sobre a memória institucional da sua biblioteca?

- a- Sim
- b- Não

Questão 17: Se a resposta anterior for sim, discorra sucintamente sobre a iniciativa ou projeto.

Questão 18 – Quais das atividades abaixo são realizadas nas iniciativas ou projetos para preservação da memória institucional? Marque todas as opções válidas para a sua biblioteca.

- a- Identificação e organização de documentos sobre a instituição
- b- Registro de patrimônio
- c- Acondicionamento e armazenamento
- d- Higienização
- e- Restauração
- f- Gestão de riscos
- g- Planos emergenciais contra sinistros, roubo, furto e vandalismo
- h - Formação de equipe e treinamento
- i - Campanhas para preservação da memória da biblioteca

Questão 19: Quais produtos ou serviços são elaborados para levar ao público informações sobre a memória institucional de sua biblioteca? Marque todas as opções válidas para a sua biblioteca.

.

- a- Publicação de livro histórico-institucional
- b- Exposição periódica
- c- Vídeo institucional
- d- Exposição permanente
- e- Produção de folhetos/jornal interno
- f- Elaboração de relatórios internos
- g- Estudos de caso
- h- Produção de conteúdo para internet/redes sociais
- i- Museu
- j- Outros

Questão 20: De acordo com a sua percepção, de que modo os registros da memória institucional ajudariam no desenvolvimento da biblioteca?

Questão 21: Por favor, coloque aqui outras observações não contempladas nas questões anteriores sobre preservação, guarda, registro e recuperação da memória institucional em sua biblioteca; ou qualquer outra observação que julgar relevante.

ANEXO A - Lista das universidades federais brasileiras

Universidades Federais Brasileiras
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE (UFCSPA)
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC)
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA (UNIPAMPA)
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL-MG)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - UNIFEI (UNIFEI)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI (UFSJ)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA (UFOB)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (UFESBA)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (UNIFESSPA)
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM)
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (UFRA)
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)

Fonte: Ministério da Educação, 2017.